



Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar.

Um Caminho de Cidadania

Leopoldo Manuel Madeira Carvalho

Relatório da Prática de Ensino Supervisionada

Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º ciclo do
Ensino Básico e Ensino Secundário

2013



Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar.

Um Caminho de Cidadania

Leopoldo Manuel Madeira Carvalho

Relatório da Prática de Ensino Supervisionada orientado pelo Professor
Doutor Miguel Maria Santos Corrêa Monteiro

Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º ciclo do
Ensino Básico e Ensino Secundário

2013

Dedicatória

In Memoriam

À minha Mãe,
luz brilhante
sempre presente,
sempre reconfortante,
com um amor transcendente.

Agradecimentos

Começo por agradecer ao Professor Doutor Miguel Corrêa Monteiro, ter tido a paciência de me orientar neste Relatório e ter podido contar com a sua total disponibilidade. O Professor Doutor Miguel Corrêa Monteiro é um exemplo de grande humanismo e profissionalismo. Obrigado por me ter indicado os caminhos, pelo acompanhamento atento e, sobretudo, pela amizade, pela preocupação, pela boa disposição e pela liberdade.

Permitam-me agradecer de forma muito profunda à Professora Isabel Pedro, pela amizade, pelo carinho e por tudo o que me ensinou. A Doutora Isabel Pedro é a melhor Professora Cooperante que algum mestrando pode desejar e eu tive esse imenso privilégio.

À Isabel, à Margarida, ao António, ao Filipe e ao Pedro agradeço a enorme amizade, a tolerância, a solidariedade e a paciência. São corresponsáveis por eu ter conseguido chegar aqui, sempre acompanhado por excelentes Amigos.

A todos os Professores do Mestrado agradeço. Houve bons e maus momentos, mas todos serviram para o meu enriquecimento pessoal. No entanto, quero endereçar uma palavra de grande apreço à Professora Doutora Ana Leal de Faria, ao Professor Doutor Sérgio Claudino, à Professora Doutora Benedita de Portugal e Melo e ao Professor Doutor Joaquim Pintassilgo.

Agradeço a todos os elementos da Escola Secundária de Camilo Castelo Branco, que me aceitaram como um dos seus e que deixaram que me sentisse na minha Escola.

Aos alunos da turma 12ºA, do ano lectivo 2011/2012, e aos alunos da turma 9ºD, do ano lectivo 2012/2013 sou imensamente grato por me terem permitido ser seu professor, e é com muito orgulho que afirmo que foram uns excelentes Alunos.

Por fim, e como é costume dizer-se «os últimos são os primeiros», quero agradecer às minhas cunhadas Dudu e Janja, aos meus cunhados Zé e Vitor e aos meus sobrinhos Carolina, Nuno e Filipe, a vossa Amizade.

De forma muito sincera quero agradecer à Nídia e ao Palhinha a vossa paciência e amor.

Agradeço à minha irmã Paula, e aos meus sobrinhos Catarina e Filipe, o vosso amor, o carinho e o apoio que sempre senti, apesar da distância.

Quero afirmar que este Relatório é composto de três partes, e que duas absolutamente fundamentais pertencem à Ana e ao Pedro, sem os quais jamais eu estaria aqui. Devo-vos tudo, **obrigado**.

Índice geral

Índice de gráficos	vi
Índice de imagens	vii
Índice de quadros	viii
Resumo.....	ix
Abstract	x
Introdução	1
PRIMEIRA PARTE	4
Enquadramento Teórico.....	4
1.O Ensino da História – Valor Formativo	4
2.A 1ª República (1910-1926) – Perspectivas	8
3.Educação para a Cidadania – Formação transversal	24
4.A Europa e o Mundo no limiar do século XX	29
SEGUNDA PARTE	33
Tema escolhido: “Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar” e a sua aplicação em sala de aula.....	33
1.A Escola e os Alunos	33
1.1.A Escola Secundária com 3º Ciclo de Camilo Castelo Branco	33
1.2.Caracterização da turma 9º D	38
2.A Unidade Didáctica escolhida	42
2.1.Orientações programáticas.....	42
2.2.Opções pedagógico-didáticas	44
3.As aulas com a turma 9º D.....	55
3.1.Aulas observadas	55
3.2. A planificação na disciplina de História	59
3.2. A descrição das aulas leccionadas	71
4.A avaliação.....	87
TERCEIRA PARTE.....	90
Actividades extra-curriculares	90

1. Comunidade educativa e formação	90
2.O Conselho de Turma.....	92
3.A visita de estudo	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
BIBLIOGRAFIA	110
ANEXOS.....	116
Anexo 1 – Plano de Trabalhos 2012/2013.....	117
Anexo 2 – Relação de Turma.....	119
Anexo 3 – Listagem de Fotografias	120
Anexo 4 – Ficha de Registo Biográfico	121
Anexo 5 – Relatório de Avaliação da Professora Cooperante	122
Anexo 6 – Quadro Síntese do Trabalho Realizado	125
Anexo 7 – Discurso de Afonso Costa (Excerto).....	128
Anexo 8 – Ficha de Trabalho sobre o Regicídio.....	129
Anexo 9 – Página 42 do Manual	130
Anexo 10 – Ficha de Trabalho sobre os Partidos.....	131
Anexo 11 – Actividade, Guião de Visionamento	132
Anexo 12 – Ficha de Trabalho sobre as medidas educativas.....	133
Anexo 13 – Páginas 44, 45 e 46 do Manual	134
Anexo 14 – Página 48 do Manual	137
Anexo 15 – Notícia sobre a Revolta Militar de 1926.....	138
Anexo 16 – Actividade, notícia sobre o Golpe Militar	139
Anexo 17 – Teste Sumativo.....	140
Anexo 18 – Grelha de Correção.....	143
Anexo 19 – Quadros de Valor e Excelência e de Mérito Desportivo	144
Anexo 20 – Conferência “O Marquês de Pombal e os Jesuítas”	145
Anexo 21 – Pauta de Propostas de Avaliação	146
Anexo 22 – Autorização da Visita de Estudo	148
Anexo 23 – Avaliação da Visita de Estudo.....	150

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Taxa de Analfabetismo.....	18
Gráfico 2 – Média de alunos por turma, 2012/2013.....	36
Gráfico 3 – Total de alunos	37
Gráfico 4 – Quadro familiar.....	40
Gráfico 5 – Habilitações literárias do pai.....	40
Gráfico 6 – Habilitações literárias da mãe.....	40

Índice de imagens

Imagem 1- Assinatura da Lei de Separação do Estado das Igrejas	15
Imagem 2 – A luta pelas Bandeiras	20
Imagem 3 – A Bandeira Oficial da República Portuguesa	21
Imagem 4 – Entrada principal da Escola.....	34
Imagem 5 – Edifício principal	34
Imagem 6 – Espaços amplos e agradáveis.....	34
Imagem 7 – Planta da sala de aula	56
Imagem 8 – Lista de tópicos para o teste de 24/10/2012	57
Imagem 9 – Fases da planificação	60
Imagem 10 – Ilustração alusiva à proclamação da República	78
Imagem 11 – Lista de tópicos para o teste de 28/11/2012	86

Índice de quadros

Quadro 1- Número de alunos e turmas, 2012/2013.....	35
Quadro 2 - Planificação anual.....	62
Quadro 3 - Planificação anual - continuação	63
Quadro 4 - Planificação anual - continuação	64
Quadro 5 - Planificação anual - continuação	65
Quadro 6 - Planificação anual - continuação	66
Quadro 7 - Planificação anual - continuação	67
Quadro 8 - Planificação de médio prazo	69
Quadro 9 - Planificação de médio prazo - continuação	70
Quadro 10 - Planificação de curto prazo – aulas 18 e 19.....	74
Quadro 11 - Planificação de curto prazo – aula 20.....	76
Quadro 12 - Planificação de curto prazo – aulas 21 e 22.....	79
Quadro 13 - Planificação de curto prazo – aula 23.....	82
Quadro 14 - Planificação de curto prazo – aulas 24 e 25.....	85

Resumo

O nosso Relatório da Prática de Ensino Supervisionada pretende ser uma proposta didáctica para o tema “Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar”, do Programa Oficial de História, realizada com alunos da turma D, do 9º ano de escolaridade da Escola Secundária com 3º Ciclo de Camilo Castelo Branco em Carnaxide.

Portugal viveu, em 5 de Outubro de 1910, a transição da Monarquia para a República. A partir daí alterações relevantes aconteceram no nosso País nos domínios político, económico, social e cultural. Do ideal republicano um novo homem tinha que se formar, substituindo o súbdito pelo cidadão, com direitos e deveres. Foi preciso cultivá-lo, criá-lo desde a raiz e não era e não é uma tarefa fácil, contudo, não impossível.

À Escola e à História pertence essa missão de grande importância: educar para a cidadania, tarefa a que devemos dar especial atenção por estarmos perante um conceito polissémico, com elevada carga ideológica e longe de estar definido.

No entanto, temos o firme propósito de demonstrar a importância dos valores cívicos republicanos e outros símbolos da identidade nacional, e de contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores de cidadania e dos direitos humanos.

Palavras-chave: Cidadania, República, História da Educação, Didáctica e Ensino/Aprendizagem.

Abstract

Our Supervised Teaching Practice Report is intended to be an didactic proposal to the theme "Portugal: From the 1st Republic to the Military Dictatorship", of the Official History Program, conducted with students in the class D, of the 9th grade of the Secondary School with 3rd Cycle Camilo Castelo Branco in Carnaxide.

Portugal lived, on 5 October 1910, the transition from Monarchy to Republic. Since then, relevant changes have happened in our country on the political, economical, social and cultural domains. From the republican ideal a new man had to be formed, replacing the vassal for the citizen, with rights and duties. It was necessary to cultivate him, create him from the roots and it wasn't and it still isn't an easy task, however, it's not impossible.

To School and to History belongs this very important mission: educating for citizenship, a task to which we must pay special attention we are facing a polysemic concept, with a high ideological load and far from being defined.

However, we have the firm intention to demonstrate the importance of republicans civic values and other symbols of national identity, and to contribute to the training of responsible people, autonomous, supportive, who know and exercise their rights and duties in dialogue and in respect to others, with a democratic spirit, pluralistic, critical and creative, taking as reference the values of citizenship and human rights.

Keywords: Citizenship, Republic, History of Education, Didactics and Teaching/Learning.

Introdução

É nossa intenção que este trabalho constitua o Relatório da Prática de Ensino Supervisionada que apresentaremos no seminário de Iniciação à Prática Profissional 4, vertente de História, realizado no quarto semestre do Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário.

Utilizaremos a norma portuguesa NP 405, do Instituto Português da Qualidade, referente a referências bibliográficas, normas e estilos: NP 405-1, de 1994; NP 405-2, 1998; NP 405-3, de 2000; NP 405-4, de 2002. Ao nível da escrita não aplicaremos o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: resolução da Assembleia da República nº 36/91, Diário da República, I Série-A, nº 193 (4730-4388), de 23 de Agosto de 1991. Decidimos, também, colocar as notas infra paginais para comodidade do leitor.

A estrutura apresentada tem em linha de conta um trabalho mais desenvolvido, mais adequado e mais reflectido relativamente ao que realizámos durante este Mestrado e às normas estabelecidas para a realização do Relatório.

Conforme indicado, devemos salientar o relato e reflexão sobre a sequência de 10 aulas/blocos de 45 minutos, por nós leccionadas, e restantes actividades constantes do Plano de Trabalho¹ estabelecido entre a Comissão Científica do Mestrado em Ensino de História e Geografia e a Professora Cooperante. A unidade didáctica a ser trabalhada, escolhida por acordo entre as partes, foi o subtema 9.3. – *Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar*², que se encontra inserido no Tema 9 – A Europa e o Mundo no limiar do século XX, do Programa Oficial de História do 9º ano.

Decidimos dividir este relatório em três partes. Na **primeira parte** está o enquadramento teórico do tema e dos conceitos estruturantes da unidade, a saber: cidadania e república.

¹ Ver Anexo 1, Plano de Trabalho 2012/2013, p. 117.

² Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica - **Programa de História. Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem, Ensino Básico 3º Ciclo.** Volume II (4ª edição), Lisboa: Ministério da Educação, 1994, p. 66.

A **segunda parte** é, em grande medida, a nossa proposta didáctica para aplicação, em sala de aula, da unidade *Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar*. Começamos por descrever a Escola Secundária com 3º Ciclo de Camilo Castelo Branco, o nosso núcleo de estágio, a qual sofreu obras de modernização ao abrigo do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário, estando no presente ano lectivo a adaptar-se às novas instalações e à nova realidade de se ter tornado, também em 2012, escola sede do novo Agrupamento de Escolas de Carnaxide.

A nossa prática lectiva decorreu na turma D, do 9º ano de escolaridade, da qual fazemos a caracterização. As aulas aconteceram durante o primeiro período, entre 31 de Outubro e 28 de Novembro do ano lectivo de 2012/2013.

Apresentamos a caracterização da turma 9º D, com a qual trabalhámos e à qual leccionámos a unidade didáctica escolhida. No 2º período participámos na realização da visita de estudo ao Museu da Presidência da República.

Realizamos, no ponto dois, uma abordagem teórica às orientações programáticas e às nossas preocupações pedagógico-didácticas que contextualizam e balizam este trabalho e a nossa actividade na Escola Secundária com 3º Ciclo de Camilo Castelo Branco.

Depois, no ponto três, num primeiro momento, fazemos a descrição sumária das aulas por nós observadas, situação de grande importância pois foi nelas que se deu o primeiro contacto entre nós e a turma. Nestas aulas começámos, de forma gradual, a interagir com os alunos mas, mais importante foi a nossa observação de tudo o que aconteceu ao nível da interacção entre alunos e entre estes e a Professora Isabel Pedro, nossa Professora Cooperante.

Num segundo momento, descrevemos todas as aulas leccionadas, à luz das planificações construídas e das estratégias/actividades de aprendizagem utilizadas e, evidentemente, acompanhada da nossa reflexão sobre todo o processo. Complementamos este ponto com o parecer da Professora Cooperante, sobre o nosso desempenho.

Num terceiro momento, abordamos o tema da avaliação, assunto de muita importância e complexidade da didáctica. Entendemos ser fundamental referir aquilo que foi a nossa experiência avaliativa.

Na **terceira parte** deste Relatório apresentamos as actividades extra-curriculares, das quais salientamos a visita de estudo realizada, pelo seu grande valor científico, pedagógico, didáctico, inter-relacional e lúdico, que será alvo de maior desenvolvimento.

Consideramos que a proposta de ensino apresentada neste Relatório, é consentânea com a conjuntura educacional actual, com significação para os alunos. Esperamos que contribua, ainda que de forma modesta, para a formação de cidadãos críticos e participativos no seu contexto, sem a presunção de que a este nível estamos a formar historiadores e com a plena consciência de que ao incutirmos valores de cidadania aos nossos alunos estaremos a cumprir grande parte da nossa missão de educadores e, no fundo, o *Sonho Republicano*.

Esta nossa preocupação é, também, o nosso norte e deve-o ser igualmente da Escola que, em linha com o Artº 2º, nº4 da Lei de Bases do Sistema Educativo³, precisa responder “ (...) às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.”

³ Lei nº 49/2005, Diário da República – I Série-A, nº 166, 5122-5138, de 30 de Agosto de 2005.

PRIMEIRA PARTE

Enquadramento Teórico

1.O Ensino da História – Valor Formativo

“O conhecimento histórico ajuda-nos a perceber que cada momento temporal, ontem como hoje, encerra muitos futuros possíveis.”⁴

Neste mundo globalizado em que vivemos, onde a *sociedade do conhecimento* impera, é fundamental acompanhar o avanço tecnológico. Uma tarefa complexa mas imprescindível, sob pena de se passar a fazer parte da sociedade dos info-excluídos. A História já apanhou este comboio do progresso, tem sabido aproveitar as imensas capacidades proporcionadas pelo avanço tecnológico. A internet é uma montra para historiadores e historiografias, disponibiliza imensa informação. Ela é hoje, a par com as bibliotecas, fornecedora de imensa bibliografia que podemos e devemos utilizar na construção das nossas aulas e dos nossos trabalhos académicos.

Os nossos alunos são filhos da *sociedade do conhecimento*. Devemos ter a consciência de que muitos deles possuem um elevado grau de informação obtido através dos meios de comunicação: televisão, cinema, internet, etc.. Assim, têm conhecimentos prévios que devemos detectar, aproveitar, orientar e desenvolver, sob pena de cavarmos um fosso entre nós e os nossos alunos. É muito importante dar atenção a estas realidades porque, como Michel de Certeau afirma, acontece o seguinte:

“A História sai da escola e entra nos *mass-media* porque estes ocupam hoje em dia, em grande parte, o lugar que a História tinha no século XIX. Os *mass-media* tornam-se numa grande empresa de escolarização nacional. É por seu intermédio que se transmite ao público o relato doutrinal da cultura.”⁵

⁴ Rui Ramos - **OUTRA OPINIÃO, ENSAIOS DE HISTÓRIA**. Lisboa: O Independente Global, 2004, p.7.

⁵ Jacques Le Goff, [et all] - **A NOVA HISTÓRIA**. Lisboa: Edições 70, 1991, p. 12.

Por isto, e não só, vai sendo recorrente ouvir dizer que os nossos alunos afirmam que não gostam de história e que o seu estudo é inútil. Não temos dados estatísticos sobre este assunto, mas temos a vivência da nossa prática docente, e consideramos que a nossa disciplina continua a gozar de grande simpatia junto dos alunos. Contudo, se para alguns o ensino da história tem este problema, outras disciplinas o têm também. O que pensar quando os nossos alunos englobam o português e a matemática no grupo das disciplinas de que menos gostam? Não é por isso acontecer que se coloca em causa a importância dessas disciplinas, na formação dos nossos alunos, sendo mesmo consideradas fundamentais para o seu futuro. Da mesma forma, não entendemos como se pode colocar em causa a disciplina de história, desvalorizando a sua importância formativa e utilidade, porque como Peter Lee refere:

“ (...) é habitual perguntar para que serve a História ou porque deve ser aprendida. Se o nosso conhecimento do mundo presente não é um conhecimento «instantâneo», transportando consigo algumas concepções do passado, então ser ignorante historicamente é simplesmente ser-se ignorante.”⁶

Temos noção das nossas limitações, contudo, não somos ignorantes e os nossos alunos também não o são. Não sabemos bem porquê, mas estamos convencidos que é crónico ouvir falar de crise e de problemas no sistema de ensino, onde a história está inserida, pensamos ser uma situação nalguns casos descabida porque como Miguel Monteiro refere:

“São problemas sentidos desde há bastante tempo pelos professores da disciplina e não só, que observam o crescente avolumar de uma questão que já tem sido alvo de debates e provoca diversas reacções, desde aqueles que entendem que a culpa é da falta de cultura dos alunos, e dos que acham que o principal problema reside na falta de inovação não somente ao nível das finalidades, mas também ao nível das metodologias utilizadas.”⁷

Nós consideramos que os nossos alunos não dependem de nós, para terem um papel activo na aprendizagem da História. Têm capacidades para procurar

⁶ Alarcin Dickinson; Peter Lee; Peter Rogers (Eds) - **Learning history**. London: Heinemann, 1984, p.4.

⁷ Miguel Corrêa Monteiro - **O ENSINO DA HISTÓRIA NUMA ESCOLA EM TRANSFORMAÇÃO**. Lisboa: Plátano Edições, 2003, pp. 9-10.

informação sobre o passado a partir de várias fontes, por exemplo: na família, na televisão, nos livros que leem e em muitos dos jogos de computador que jogam. Isto permite-nos afirmar que os alunos não são seres alheados da história. Eles são historicamente informados, ao contrário daquilo que ainda muito frequentemente se pensa, apenas precisam que os acompanhem e orientemos.

Sabemos do valor formativo da História num ensino de qualidade, mas, também sabemos que determinado tipo de ensino da História é bastante prejudicial para alunos e professores. Devemos prestar especial atenção ao que Joaquín Prats refere:

“As explicações científicas do mundo social não são muito presentes na educação e, frequentemente, têm sido utilizadas para doutrinar ou criar sentimentos de adesão à pátria ou a personagens históricos. Nestes casos não se poderia falar de que educamos cidadãos livres, com espírito crítico e independência de julgamento, muito pelo contrário. (...) Quando se incorporam conhecimentos de ciências sociais às aulas, estes são apresentados como conhecimentos prontos, acabados, e em consequência os alunos não os relacionam exatamente com aquilo que é próprio de uma ciência. Acabam por considerar como científicas apenas as disciplinas das ciências naturais ou físicas e matemáticas, enquanto as sociais são percebidas como elementos de cultura, de curiosidade ou de mera repetição de datas comemorativas e acidentes geográficos.”⁸

Queremos uma História viva, uma História ciência, uma História problema, que obrigue ao confronto de opiniões e se afaste definitivamente das verdades absolutas. Ao não introduzirmos estas práticas na sala de aulas, vamos permitir que se perpetuem as opiniões sobre a inutilidade do ensino da História no currículo nacional. Assim, temos obrigação de o alterar uma vez que:

“Esta ausência de consideração do científico relacionado com o social faz com que a História, a Geografia e outras Ciências Sociais sejam vistas pelos alunos como disciplinas de memorização, mais ou menos interessantes, e que não admitem atividades discursivas, de indagação ou de resolução de problemas.”⁹

Queremos acreditar que já não há, nas nossas escolas, professores que “despejem” conteúdos e que culpem os alunos pelos problemas da História ou de

⁸ Joaquín Prats - Ensinar História no Contexto das Ciências Sociais: princípios básicos. in **Educar, Especial** (191-218), Curitiba: Editora UFPR, 2006, pp.193-194.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 194.

qualquer outra disciplina. Somos defensores da inovação de métodos e práticas. Foi neste sentido que trabalhámos na construção das nossas aulas e planificações, aplicando as aprendizagens adquiridas ao longo deste mestrado.

Queremos, em linha com Rui Ramos¹⁰ recuperar aquilo que torna a História ao mesmo tempo fascinante e importante: a força dos acontecimentos, e o drama das opções. O mesmo autor refere que:

“Nestes últimos vinte anos, os trabalhos multiplicaram-se, experimentaram-se métodos inéditos, alcançaram-se novos pontos de vista. Infelizmente, pouco disso chegou ao público, a quem continua a ser servida a papa infantil das ideias feitas há trinta anos.”¹¹

Vamos evitar isto, não queremos que o ensino da História decepcione os nossos alunos. Para nós, ensinar e aprender é fazer opções, apresentar diferentes perspectivas e discuti-las – as ideológicas e as outras. No entanto, não nos devemos iludir e o que Georges Duby indica para o historiador, devemos aceitá-lo também para nós:

“O historiador não deve enganar-se a si próprio. O que ele enuncia, quando escreve história, é o seu próprio sonho. (...), tendo plena consciência de que jamais chegaremos a uma verdade objectiva.”¹²

Para concluir este ponto, importa referir que não consideramos que a função primordial da história seja formar para a cidadania, porque para nós ela vale, antes de mais, pela importância do seu objecto de estudo, das suas questões, dos seus conhecimentos científicos e da utilidade com que equipa os nossos alunos. Será, no entanto, absurdo não explorar todas as suas possibilidades formativas desenvolvendo uma missão fundamental de, na nossa sociedade democrática e republicana, **formar os nossos alunos em cidadania.**

¹⁰ Rui Ramos, *op. cit.*, p.7.

¹¹ Idem, *ibidem*, p.8.

¹² Georges Duby [et al] - **HISTÓRIA E NOVA HISTÓRIA**. Lisboa: Editorial Teorema, 1986, p.11.

2.A 1ª República (1910-1926) – Perspectivas

As oito aulas aconselhadas pelo Programa para o tratamento deste Tema, são manifestamente insuficientes para um trabalho que se pretende frutuoso e coerente, não sendo fácil, neste número de aulas, abarcar todos os conteúdos prescritos: a crise e queda da monarquia; a difusão dos ideais republicanos; a revolução republicana; as realizações da 1ª República; a participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial e suas consequências; as dificuldades políticas, económicas e sociais; a queda da 1ª República; a ditadura militar; a ascensão de Salazar. Assim, traçámos um caminho historiográfico, que consideramos correcto em face das diversas sensibilidades existentes sobre este tema, e que apresentamos assumindo as responsabilidades pelas nossas opções.

Não realizámos, nas aulas leccionadas, um desfile exaustivo de causas e efeitos sobre os conteúdos acima referidos. Procurámos trabalhar aspectos relevantes do período estudado, de forma mais aprofundada e viva, trazendo para a discussão personagens, realizações positivas e negativas, conjuntura política, económica, cultural e social da época, de um “projecto falhado” que, no entanto, marcou intensamente a sociedade portuguesa até à actualidade.

Não os referenciamos a todos neste ponto, contudo, falando de alguns desses conteúdos queremos deixar patente que em História e sobre *uma mesma realidade* encontramos *várias perspectivas de explicação* que advém de diversos tipos de interpretação. Isto é um reflexo da situação que Georges Duby refere:

“Fomos progressivamente descobrindo que a objectividade do conhecimento histórico é um mito, que toda a história é escrita por um homem e que quando esse homem é um bom historiador põe na sua história muito de si próprio.”¹³

¹³ Idem, *ibidem*, p. 7.

O período indicado, de vigência da 1ª República, é prova disso, e começamos por citar Rui Ramos que, sem rodeios, demonstra o que pensa sobre este assunto:

“A República que hoje existe em Portugal pouco tem que ver – felizmente – com aquela que foi implantada a 5 de Outubro de 1910 e durou até 1926, a chamada I República. Porque é que uma democracia pluralista insiste em fazer feriado em memória de um regime que, pelos padrões do princípio do século XXI, não foi democrático nem pluralista? O 5 de Outubro foi e é um dia de equívocos.”¹⁴

Pode o historiador, a partir de 2013, ficar descansado pois o equívoco terminou, o dia 5 de Outubro deixou de ser feriado nacional. Pode a República, *que hoje existe em Portugal*, incluir nos Programas Oficiais da disciplina de História essa orientação fundamental de *não estabelecermos paralelismos com esse equívoco, hoje, sim, somos um regime democrático e pluralista!*

Vamos tentar refrear um discurso marcadamente ideológico, quanto às diferentes perspectivas sobre este período. Mas, as diversas correntes ideológicas estão sempre presentes (problema frequentemente sentido em História Contemporânea), porque como José Hermano Saraiva refere:

“O antagonismo radical destas interpretações reflecte conflitos ideológicos insuperados, impeditivos da formação de uma imagem integradora e explicativa, independente de preconceitos valorativos. É aliás tendência geral, em relação aos períodos recentes da história, usar-se mais o sentimento do que a aritmética e preferir-se a reacção emotiva, que vai da hipérbole pueril ao insulto primário, aos juízos baseados nos factos, isentos, serenos e informados.”¹⁵

Mas, se em 2013 foi resolvido o *equívoco*, em 2010 por todo o País o seu centenário foi comemorado, com realizações importantes em que estiveram envolvidos importantes historiadores portugueses como Maria Cândida Proença, Ernesto Castro Leal, António Ventura, Áurea Adão, Amadeu Carvalho Homem, Joaquim Pintassilgo e muito outros. Estas comemorações foram, sem dúvida momentos importantes, como Justino Magalhães refere:

“Comemorar é sempre um gesto ideológico, religioso, festivo; é um ritual destinado a atualizar a memória. A comemoração permite fazer do passado um

¹⁴ Rui Ramos, *op. cit.*, p. 24.

¹⁵ José Hermano Saraiva – **História Concisa de Portugal**. 11ª edição. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987, p. 356.

lugar de memória, dar lugar à história, fazer história. Sobre a I República não há visões passivas, nem inócuas, pelo que a comemoração da I Lei Republicana para o Ensino Primário é também a oportunidade para revisitar e aprofundar a história, articulando, de forma crítica, o binómio passado-presente, (...)”¹⁶

Consideramos importante referir que com o fim da monarquia constitucional, em 5 de Outubro de 1910, Portugal tornou-se um dos poucos países europeus republicanos. Os outros dois estados europeus com o mesmo regime eram a França e a Suíça, sendo o resto do continente governado por monarquias, mais ou menos conservadoras, tendo sido árdua a tarefa da diplomacia portuguesa, conseguir obter o reconhecimento do novo regime e o prestígio internacional de Portugal.

Para nós, foi igualmente difícil reconhecer o caminho a seguir, sentimos que a preparação científica das nossas aulas, para trabalhar com os nossos alunos os **16 loucos anos** da 1ª República, foi algo complexa, no entanto, foi fascinante. A 1ª República não foi um período de ouro mas, também não foi um período negro. Pisámos um terreno difícil, caminhámos por entre autores e historiografias de diferentes sensibilidades, e fizemos as nossas escolhas, salvaguardando as necessárias diferenças valorativas, com o período estudado: não há uma resposta, uma explicação, uma perspectiva. Como António Reis refere

“A República, antes de ser um regime, foi um ideal e uma opção ética, misto de sonho com uma pátria renascida e instituições justas e livres e de revolta contra a corrupção, os escândalos, os privilégios e a decadência de uma monarquia atolada em conflitos internos e cada vez mais desprestigiada.”¹⁷

Joaquim Pintassilgo refere que decadência, regeneração e progresso são conceitos-chave do pensamento português na transição do século XIX para o século XX que caracterizaram o discurso republicano sobre educação. E começando pela decadência, este torna-se um tema central na propaganda republicana.¹⁸

¹⁶ Áurea Adão; Carlos Manique da Silva; Joaquim Pintassilgo (Org.) - **O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: Revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal** [Em linha]. Lisboa: Instituto de Educação da UL, 2012, p. 11. [Consult. em 29 Jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6383/3/342673.pdf>>.

¹⁷ António Reis (Dir.) – **Portugal Contemporâneo**. Volume 2, Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1996, p. 7.

¹⁸ Joaquim Pintassilgo - **República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 56.

Segundo Rui Ramos¹⁹, para alguns autores, a revolução republicana portuguesa de 1910 começa em 1880 com as comemorações camonianas. Para outros em 1890, com o Ultimato britânico, Mas parece consensual que todos concordam que era necessário terminar o domínio dos direitos tradicionais monárquicos. Era necessário formar o moderno nacionalismo português.

E para nós é importante considerar diversos factores que favoreceram esta revolução, sendo verdade que a subjugação do país aos interesses coloniais britânicos, os gastos da família real, o poder da igreja, a instabilidade política e social, o sistema de alternância de dois partidos no poder (os progressistas e os regeneradores), a ditadura de João Franco, a incapacidade de acompanhar a evolução dos tempos e se adaptar à modernidade contribuíram para um imparável processo de erosão da monarquia portuguesa do qual os defensores da república, particularmente o Partido Republicano, souberam tirar o melhor proveito.²⁰

Mas, qual o significado de se ser republicano na transição do século XIX para o século XX:

“Ser republicano em 1890, 1900 ou 1910, queria dizer ser contra a Monarquia, contra a Igreja e os Jesuítas, contra a corrupção política e os partidos monárquicos, contra os grupos oligárquicos. Mas a favor de quê?”²¹

Para o discurso ideológico e propagandístico republicano é importante reforçar a luta contra a decadência, vencer e a regeneração realizar-se-á pela simples implantação da República donde resultará o inevitável progresso de Portugal.

É importante, neste momento, clarificar três conceitos presentes no plano ideológico e simbólico da República, a saber: Pátria, Nação e Estado. Os republicanos vão, frequentemente, apelar ao patriotismo qualificado, *no século XIX, pelo diplomata liberiano Edward Blyden como «a poética da política», e outros*

¹⁹ Fernando Martins; Pedro Aires Oliveira (Coord.) - **AS REVOLUÇÕES CONTEMPORÂNEAS**. Lisboa: Edições Colibri, 2011, p. 71.

²⁰ Célia Pinto do Couto; Maria Antónia Monterroso Rosas - **O Tempo da História**. 9º ano, 3.ª parte, Porto: Porto Editora, 2004, p.124

²¹ António Henrique de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 64.

*distinguindo-o do nacionalismo, têm-no definido como uma ideologia do sentimento*²².

Patriotismo ou o acto de ser patriota, e somos patriotas porque mantemos uma relação de amor, de entrega, de defesa da nossa pátria, essa entidade que representa um conjunto diverso de ideias de ordem biológica, social e cultural. É importante salientar que o “sentimento pátrio possui uma forte «componente psicoafectiva» que «pode ser definida como matripatriótica (...) enquanto mãe-pátria que os seus filhos devem amar e proteger» - e «paterno-viril enquanto autoridade (...), que chama às armas e ao dever». (...) E, na ideologia transversal às novas sociedades políticas, «o morrer pela pátria» é mais convincente e mobilizador do que o «morrer pela nação» ou apelo que seria ainda mais estranho, do que o «morrer pelo Estado». (...) todo o nacionalismo se escuda num patriotismo (porque toda a nação requer uma pátria, pelo menos), nem todo o patriotismo foi (e é) um nacionalismo”²³. O patriotismo, esse sentimento de pertença, é anterior ao surgimento das nações politicamente organizadas.

À Nação pertenceu o papel de estabelecer a ligação entre o «Estado» e a «Pátria», da qual resulta o Estado-nação moderno. Do «Estado» podemos dizer que é o aparelho político (instituições governamentais e funcionalismo público) que governa um dado território, cuja autoridade assenta na lei e na capacidade para usar a força²⁴.

Instaurada a República, em 5 de Outubro de 1910, entra em funções o Governo Provisório de Teófilo Braga. Diversas medidas políticas começam a ser tomadas, alcançando todos os campos da sociedade portuguesa. Tudo tem que ser alterado, o País precisa ser regenerado, tratava-se de construir um novo Portugal.

Neste governo emerge Afonso Costa como líder da governação e, consequentemente, do Partido Republicano Português. Foi muita a legislação a entrar em vigor, mas a acção governativa não pode considerar-se um somatório coerente de medidas, produto de um programa definido realizado por uma equipa coesa. As providências tomadas exprimem assim uma mescla de factores, ora

²²Fernando Catroga - **Ensaio Respublicano**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011, p. 10.

²³Idem, *ibidem*, p. 21.

²⁴Anthony Giddens – **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 691.

predominantemente ideológicos, ora eminentemente pragmáticos, ditados pela evolução da conjuntura política, pelas relações de força no Estado e no Partido em face das pressões mais ou menos divergentes e contraditórias da base social republicana.²⁵

De acordo com João Serra, o Partido Republicano Português (PRP):

“(...) desmembrava-se em três partidos: era criado o Partido Democrático, de Afonso Costa; em 24 de Fevereiro de 1912, António José de Almeida fundava o Partido Evolucionista e, dois dias depois, Brito Camacho fundava a União Republicana. A República que se seguiu ao desmembramento do PRP não evoluiu para o bipartidarismo, como outrora o rotativismo parlamentar monárquico, em vez disso, prevaleceu o multipartidarismo, dominando o Partido Democrático. A partir daqui a sucessiva saga de governos não ia parar: o 1º governo constitucional de João Pinheiro Chagas pouco mais durou que dois meses (...).”²⁶

Este novo desenho da vida político-partidária da 1ª República Portuguesa cria um desequilíbrio na representatividade. Por outro lado, era ao Parlamento que cabia a maior responsabilidade sobre a organização política, pois segundo a Constituição aprovada em 1911, Portugal era uma democracia parlamentar. Estes factores não permitiram que existisse uma alternância com normal regularidade na governação. Formou-se um modelo político caracterizado como de “multipartidarismo imperfeito ou de partido dominante” que prevaleceu até 1926²⁷.

A incapacidade de gerar consensos governativos teve como consequência uma fortíssima instabilidade governativa, constatada pela existência de oito presidentes da república e de quarenta e oito governos na breve vida da 1ª República (16 anos) – salpicada por duas experiências ditatoriais: Pimenta de Castro (25 de Janeiro a 14 de Maio de 1915) e Sidónio Pais (28 de Abril a 14 de Dezembro de 1918), o que tornou Portugal no país mais instável da Europa.

²⁵ António REIS (Dir.), *op. cit.*, p. 35.

²⁶ Apud José Lúcio; Filomena Marques – **A Pobreza em Lisboa na I República**. [Em linha]. (s/d), p. 2. [Consult. em 23 Jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL: http://www.academia.edu/466837/A_Pobreza_em_Lisboa_na_I_Republica>.

²⁷ Ernesto Castro Leal - **Partidos e Programas. O campo partidário português (1910-1926)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 45.

Ao nível legislativo, são de referir:

- As leis tendentes à laicização do Estado e anticlericais – Lei da Separação do Estado das Igrejas – 20/04/1911; a criação do registo civil – 18/02/1911; a lei do divórcio – 3/11/1910.
- As leis de carácter laboral – Regulamentação do horário de trabalho e o direito à greve, as quais dificilmente são implementadas. No caso do direito à greve, vai ser fortemente reprimido, vindo a ser Afonso Costa alcunhado de *racha-sindicalistas*. Os governos republicanos vão considerar as greves inoportunas.
- As leis no campo da Educação – A criação de jardins-de-infância; grande atenção dada à escola primária e a implementação de uma escolaridade obrigatória até aos 10 anos; criação das universidades de Lisboa, do Porto e do Instituto Superior Técnico, medidas estas promovidas por António José de Almeida, Ministro da Instrução.

Por outro lado, era espectável que o regime triunfante erradicasse símbolos e apanágios da Monarquia. Entre as medidas tomadas com esta intenção temos:

- A abolição do Conselho de Estado e da Câmara dos Pares (acabando os privilégios e imunidades dos seus membros);
- A demissão dos funcionários ao serviço das casas reais, a abolição dos títulos nobiliárquicos, das distinções honoríficas e dos direitos de nobreza;
- A proscrição *ad aeternum* da família de Bragança;
- Abolição do juramento religioso e sua substituição pela declaração de honra;
- A adopção de nova bandeira, hino nacional e moeda.

Vamos salientar a Lei de Separação do Estado das Igrejas que entra em vigor em 20 de Abril de 1911, atribuída a Afonso Costa, talvez a mais controversa lei da 1ª República. A questão religiosa não era nova, teve início na época pombalina. O laicismo e o anti-clericalismo eram pontos fundamentais do ideário republicano, pelo que, logo em 8 de Outubro de 1910 são repostas em vigor as leis de 1759 e de 1787, que conduziram à expulsão imediata de todos os jesuítas. É também reposta a lei de 1834, de Joaquim António de Aguiar (alcançado de o *mata-frades*), que extingue as ordens religiosas em Portugal.

Mas será a lei de Afonso Costa que vai provocar o aparecimento de uma guerra religiosa em quase toda a sociedade portuguesa que atingiu o país profundo.²⁸



Imagem 1 - Assinatura da Lei de Separação do Estado das Igrejas pelos membros do Governo Provisório²⁹.

«Lisboa, 20 de Abril de 1911 (Ecclesia) – A Lei da Separação do Estado das Igrejas, assinada em 20 de abril de 1911, permanece hoje como um dos documentos mais controversos e discutidos da I República, dividindo historiadores sobre o seu objetivo e consequências.

O segundo artigo dos 196 que compunham o decreto legislativo do governo provisório assinala que “a religião católica apostólica romana deixa de ser a religião do Estado e todas as igrejas ou confissões religiosas são igualmente autorizadas”.³⁰

²⁸ Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (Coord.) – **História da Primeira República Portuguesa**. 2ª edição, Lisboa: Tinta da China, 2010, p. 129.

²⁹ Disponível em WWW: <URL: www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=85308>, [Consult. em 01 Jul. 2013].

³⁰ ECCLESIA, Agência de Notícias da Igreja Católica em Portugal [Em linha]. Igreja/República: 100 anos de Separação, Lei de 1911 e sua aplicação continua a dividir historiadores, mas a diferenciação de domínios é hoje pacífica, Lisboa, 20 de Abril de 2011. [Consult. em 27 Jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL: www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=85308>.

Lendo a transcrição acima, de fonte católica, introduzimos um dos *possíveis equívocos*. Desta leitura entendemos que uma das intenções dos republicanos em 1911, ao aprovarem esta lei, era tornar Portugal um país laico, pondo fim ao monopólio da religião católica na vida religiosa portuguesa e dar liberdade de culto a todas as sensibilidades religiosas, em igualdade de circunstâncias, e nesta medida concordamos com ela. Se para lá disto, esta lei serviu para uma perseguição à Igreja Católica com intenções de a exterminar, nunca seríamos seus apoiantes. Neste sentido, à época, Afonso Costa, proeminente republicano, foi alvo de violentos ataques promovidos pelos seus opositores. Foi, porventura, entre 1910 e 1930, o mais querido e o mais odiado dos Portugueses. O seu nome simbolizou toda uma política, mesmo um regime, até.³¹

Face à religião e ao clero católico o seu pensamento foi, porventura, o mais deturpado de quantos lhe atribuíram e até nós, incorrectamente, o alcunhámos de *mata-frades*. Desde a famosa e pretensa afirmação de que extinguiria a religião em duas gerações, tendo o próprio Afonso Costa apresentado um desmentido.³²

Esta lei teve efeitos contrários aos esperados pelos seus mentores, levantou contra si um inimigo poderosíssimo, o Vaticano. Por outro lado, Guerra Junqueiro proferiu um aviso, em Maio de 1911, sobre a qualidade da mesma, antes da sua entrada em vigor em 1 de Julho do mesmo ano:

“Ora a lei é estúpida, dignifica o padre, e vai ferir o sentimento religioso do povo português. (...) O povo odiava o jesuíta, o povo não se importava com o padre. Era cortar em carne morta. Mas com esta lei, o caso muda de figura, e só o mau padre, só o bandalho a pode aceitar.”³³

Derivando para outro campo, não seremos condenados, se afirmarmos que a educação foi umas das *paixões dos nossos velhos republicanos*. Mas, a educação nunca conseguiu, em Portugal, ser um tema de consenso. Com muita preocupação nossa, a dança do poder político e ideológico sempre promoveu que: ora a educação é alvo de *grandes paixões* (levando a cabo reformas megalómanas não exequíveis),

³¹ António Henrique de Oliveira Marques – **Ensaios de História da 1ª República Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 177.

³² Idem, *ibidem*, p. 232.

³³ Apud António Reis, *op. cit.*, p. 27.

ora é alvo de *grandes ódios* (levando a cabo reformas de enfraquecimento da escola pública), e ontem como hoje as semelhanças são evidentes.

A situação em que Portugal se encontrava em 1910, no âmbito da educação era preocupante, e as suas consequências ainda se fizeram sentir em pleno regime republicano, de acordo com o que Jaime Cortesão escreve em 1912:

“ (...) O nosso ensino é particularmente defeituoso por não ser educativo, ou porque consciente e inconscientemente educa jesuiticamente, isto é, deformando os caracteres, amputando-lhes a originalidade espontânea e ensinando os homens a abdicar da própria individualidade. O aluno que sai das nossas escolas é um tipo de intelectualidade gaguejante, de vontade tibia, de moralidade duvidosa e que para resolver qualquer problema na vida põe sempre de parte o esforço original, servindo-se do que está feito, bom ou mau, aplicando a casos próprios formulas alheias, que raramente podem resolver problemas individuais ou nacionais (...).”³⁴

Era motivo de vergonha nacional, e completamente inaceitável para os republicanos, manter o povo português ignorante conforme a situação descrita por Joaquim Pintassilgo:

“As estatísticas publicadas na segunda metade do século XIX conduzem à sua traumática descoberta pela minoria culta do país, ao mostrarem que a esmagadora maioria do povo português nunca havia frequentado a escola, não sabendo ler nem escrever.”³⁵

As afirmações constantes nestas citações estão reflectidas no Gráfico 1, construído com dados sobre a taxa de analfabetismo entre 1890 e 1930, apresentado na página seguinte:

³⁴ Apud Luís Alberto Marques Alves - República e Educação: Dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros... in **Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA**, III Série, vol. 11 (165-180). Porto, 2010, p. 165.

³⁵ Joaquim Pintassilgo - **A REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO: DO IDEAL ÀS REALIZAÇÕES**. [Em linha]. 2009, pp. 2-3. [Consult. 29 Jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4018/1/ARepúblicaeaeeducação.pdf>>.

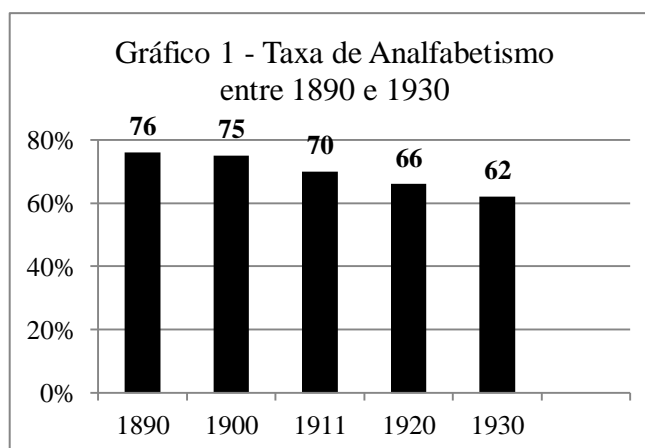


Gráfico 1 – Construção própria. Fonte: Nóvoa, 1992, p. 475

Para os republicanos tornar a educação e a cultura laica, ia para lá de pôr fim ao domínio católico. Era fulcral implantar no País novos símbolos, novas práticas e novos rituais que apagassem da memória colectiva os anteriores de índole monárquica e católica. De acordo com Joaquim Pintassilgo era preciso:

“(...) recriar o imaginário popular com base nos novos valores, fomentar uma nova sociabilidade e contribuir, por essa via, para a instauração ou para o reforço da nova ordem republicana”.³⁶

Estávamos perante a necessidade de construir uma alternativa à religião católica, uma religião republicana, laica e cívica. As novas gerações de portugueses tinham que ser educados de acordo com os valores da república, do progresso, da liberdade individual e da solidariedade social. Coube à escola primária esta missão, a instituição capaz de desenvolver esta tarefa fundamental de socialização e de *transmutação do súbdito em cidadão*.

A nova religião, de inspiração positivista, vai regenerar a identidade nacional, e será nos bancos da escola primária que isso se fará através da assimilação do culto da pátria e de outros a ele associados como o culto da bandeira, do hino e dos heróis nacionais, onde Luís de Camões era a figura maior. O culto da pátria constitui a essência da religiosidade cívica republicana. É o patriotismo que se apresenta, em

³⁶ Joaquim Pintassilgo - **República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 152.

grande medida, como alternativa aos cultos e rituais do catolicismo, unificando e subordinando a si os restantes discursos veiculados no terreno educativo.³⁷

Sabemos que muitas das modernas intenções republicanas, ao nível do ensino, não passaram disso mesmo. Contudo, foram meritórias porque foram veiculadas, conhecidas e discutidas. Os ideólogos republicanos, na área da educação, ambicionavam aplicar ao sistema de ensino português os princípios da *Escola Nova*, no entanto, sem grande sucesso por dificuldades de implementação. Todos sentimos como foi importante este contacto e esta tentativa de dar a Portugal novas práticas no ensino. Atentemos na descrição de Jorge Ramos do Ó:

“ (...) Onde a escola tradicional viu esforço, atenção forçada, pressão externa, disciplina imposta, a educação Nova encontrava agora interesse. Direcção e controle seriam as palavras mágicas da primeira; liberdade e iniciativa as da outra. É absurdo supor que uma criança conquiste mais disciplina mental ou intelectual ao fazer, sem querer, qualquer coisa, do que fazê-la, desejando-a de todo o coração; ‘interesse e disciplina são coisas conexas e não opostas’ como sucedia no passado, afirmava Dewey. (...) Na escola do futuro existiria uma identificação absoluta entre o facto a ser aprendido ou a acção a ser praticada e o actor que nela se encontrava implicado. A educação seria aí uma reconstrução contínua da experiência, a vida mesma, e já não como anteriormente uma preparação para a vida.”³⁸

Como já referido atrás, dois símbolos fulcrais no culto da pátria foram a bandeira e o hino. Sendo a noção de pátria relativamente abstracta, os novos dirigentes sentiram a necessidade de cultivar símbolos que representassem, a fundo, a sua concretização a um nível acessível à generalidade da opinião pública. É o caso da nova bandeira e do novo hino nacional.³⁹

É de salientar o prestígio e a aceitação que estes dois símbolos nacionais, ganharam ao longo dos tempos. São, sem dúvida, símbolos de identidade e coesão nacional. Mas, no início esta aceitação não foi fácil, em especial em relação à bandeira.

No caso do Hino, *A Portuguesa*, da autoria de Alfredo Keil e de Henrique Lopes de Mendonça, ele é sancionado em 19/06/1911 sem grandes oposições. No fundo ele não passava de uma marcha de protesto contra o Ultimato de 1890, a que a

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 160.

³⁸ Apud Luís Alberto Marques Alves, *op. cit.*, p.168.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 172.

grande maioria das pessoas aderiu. Não se pode afirmar que, antes da instauração da República, os dois autores fossem republicanos e, também, *A Portuguesa* não estava ligada à ideia de República. Mas, os ânimos inflamados dos republicanos contra o *Ultimato*, adoptaram-na como sua. Não sendo de cariz republicano, ela apela ao nacionalismo, ao patriotismo e promete o ressurgimento desse grande Portugal que deu *novos mundos ao mundo*, pelo que a sua aceitação não levantou problemas.

No caso da bandeira verde-rubra, a situação foi complicada e a escolha e aceitação não foi de todo pacífica. Temos como exemplo a querela entre Guerra Junqueiro e Teófilo Braga, bem ilustrada na imagem seguinte:



Imagem 2 – A luta pelas Bandeiras.⁴⁰

A discussão para a escolha da bandeira assenta, essencialmente, em duas hipóteses: ou se mantém a tradicional bandeira azul e branca, com as necessárias alterações, ou se mudava para a verde-rubra, em linha com as preferências dos revolucionários republicanos.

⁴⁰ MEDINA, João (Dir.) - **História de Portugal**. Volume XIII, Amadora, Ediclube, 2004, p. 144.

Para resolver esta situação foi nomeada uma comissão, composta por Columbano Bordalo Pinheiro, João Chagas, Abel Botelho e Ladislau Parreira, que apresenta a opção verde-rubra, rapidamente aceite em 29/11/1910. O Governo provisório decreta o 1º de Dezembro como o dia da Bandeira, tornando-o o primeiro feriado da República (ganha uma dupla função, celebra os heróis da Restauração de 1640 e a consagração da nova Bandeira Nacional).

Apesar desta escolha oficial, esta continuou a não ser a Bandeira de todos os portugueses. A este respeito damos a conhecer a opinião de Fernando Pessoa sobre ela, esse *ignóbil trapo*:

“ [O] regimen está, na verdade expresso naquele ignóbil trapo que imposto por uma reduzidíssima minoria de esfarrapados morais, nos serve de bandeira nacional. (...) Está ali contudo a alma do republicanismo português – o encarnado do sangue que derramaram e fizeram derramar, o verde da erva de que, por direito mental, devem alimentar-se (...).”⁴¹

No entanto, a Bandeira verde-rubra singrou e é hoje um dos símbolos mais importantes do nosso País. Promove a identidade e a coesão nacional, e sentimo-lo junto dos nossos alunos que, com grande interesse, descreveram o significado dos vários símbolos que a compõem.



Imagem 3 – Bandeira Oficial da República Portuguesa.

⁴¹ Jaime Nogueira Pinto – **Nobre Povo, os anos da república**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, p. 118.

Passamos a descrever os diferentes significados:

- As cinco quinas simbolizam os cinco reis mouros que D. Afonso Henriques venceu na Batalha de Ourique,
- Os pontos dentro das quinas representam as cinco chagas de Cristo;
- Os sete castelos simbolizam as localidades fortificadas que D. Afonso Henriques conquistou aos Mouros;
- O verde simboliza a esperança;
- O vermelho simboliza a coragem e o sangue dos Portugueses mortos em combate;
- A esfera armilar simboliza o mundo que os navegadores portugueses descobriram nos séculos XV e XVI e os povos com quem trocaram ideias e comércio.⁴²

A 1ª República fracassou ao fim de dezasseis anos de vigência e foram várias as causas, entre elas a questão financeira, e como Oliveira Marques refere:

“Herdada da Monarquia, pode dizer-se que a questão financeira constitui um dos mais candentes problemas dos dezasseis anos da 1ª República Portuguesa.”⁴³

Para além desta questão financeira, insanável, como é constatada ainda hoje no nosso quotidiano. Juntamos a instabilidade política sempre presente, as promessas não cumpridas, a disputa religiosa e finalmente um factor importantíssimo: decorridos apenas quatro anos da instauração da República, tem início a 1ª Guerra Mundial. A participação de Portugal teve graves consequências financeiras e económicas, o financiamento do esforço de guerra foi feito à custa de um brutal aumento de impostos e do aumento da dívida pública, o que levou à subida da inflação, ao aumento dos preços e ao aumento da miséria para o povo português.

Mas, a participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial associou à 1ª República uma perda irremediável: cerca de 15.000 mortos entre os soldados do Corpo

⁴² Junta de Freguesia de S. João de Brito – **Os nossos Símbolos**. Lisboa: TipEstrela, 2006, pp. 35-36.

⁴³ António Henrique de Oliveira Marques- **A 1ª República Portuguesa**. 3ª edição, Lisboa: Livros Horizonte, 1980, p. 34.

Expedicionário Português, envolvido nos confrontos localizados na Europa; cerca de 20.000 mortos entre os soldados do Exército Português, na guerra em África. Tudo junto traduz-se no seu insucesso e fim em 1926.

Incapazes de esgotar este assunto e depois de termos pesquisado, analisado e interpretado (parcialmente e modestamente) o período da 1ª República (1910-1926), temos que discordar de Rui Ramos quando afirma que:

“Portugal passou o século XX a pagar a factura do 5 de Outubro. A revolução republicana comprometeu os fundamentos institucionais e culturais da democracia representativa em Portugal.”⁴⁴

Com este último parágrafo terminamos este ponto, considerando que nem antes, nem depois da 1ª República Portugal viveu uma democracia representativa e, assim, sentimos uma maior coerência em António Reis, ao afirmar que o regime republicano (1910-1926) foi pleno de contrastes, sujeito ao turbilhão de uma Europa em convulsão, a República acumulou erros e fracassos a par de algumas notáveis realizações, num ambiente de indisciplina cívica e de conspiração permanente, que fez frequentemente das regras mínimas da vida democrática letra-morta. Os ideais que a nortearam, esses resistiram na mente de muitos, com uma força tal que nunca o regime seguinte teve coragem para remover os seus símbolos ou restaurar as instituições monárquicas.⁴⁵

⁴⁴ Rui Ramos - **OUTRA OPINIÃO, ENSAIOS DE HISTÓRIA**. Lisboa: O Independente Global, 2004, pp. 27-28.

⁴⁵ António Reis (Dir.) *op. cit.*, p. 10.

3.Educação para a Cidadania – Formação transversal

“De forma mais ou menos explícita, a Escola sempre teve por finalidade a promoção de um determinado modelo de pessoa e cidadão. Nas sociedades contemporâneas, a progressiva transferência da socialização primária (...) para a Escola [Tedesco, 2002] reforça a responsabilidade desta no desenvolvimento da competência social e cidadã.”⁴⁶

Partimos de nós próprios sentindo uma dupla responsabilidade, enquanto cidadãos e enquanto educadores, que nos impele a trilhar o *caminho da cidadania* em pleno século XXI! Por um lado porque a cidadania continua a ser uma palavra maldita em muitas partes do globo, por outro lado porque noutras regiões onde esta palavra, plena de significado, apesar de corriqueira na boca de altas figuras, não tem, no entanto, qualquer dimensão prática.

As políticas educativas portuguesas têm salientado a importância da educação para a cidadania. Em 2001 encontramos a seguinte preocupação legislativa:

“O diploma consagra a educação para a cidadania, o domínio da língua portuguesa e a valorização da dimensão humana do trabalho, bem como a utilização das tecnologias de informação e comunicação como formações transdisciplinares, no âmbito do ensino básico, abordando de forma integrada a diversificação das ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, definindo um quadro flexível para o desenvolvimento de actividades de enriquecimento do currículo.”⁴⁷

Como constatamos estamos perante uma preocupação formativa transdisciplinar para a educação para a cidadania. Assim, sentimos que temos toda a legitimidade, e obrigação, para a incluir no processo de ensino/aprendizagem. E esta nossa decisão sai reforçada, na mesma legislação que refere a: Integração, com carácter transversal, da educação para a cidadania em todas as áreas curriculares.⁴⁸

Apesar de, no início do ano lectivo 2012/2013, o Decreto-Lei nº 6/2001 ter sido revogado pelo Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de Julho, como sabemos as transições nunca são automáticas nem imediatas. O fim das Áreas Curriculares Não Disciplinares – Área de Projecto, Estudo Acompanhado e Formação Cívica – pode

⁴⁶Sérgio Claudino - A CIDADANIA COMO DESAFIO ESCOLAR. in **Multiárea, Revista de Didáctica**, 04 (219-235), Ciudad Real: UCLM, 2009, p. 219.

⁴⁷ Decreto-Lei nº 6/2001, Diário da República – I Série-A, nº 15, 258-265, de 18 de Janeiro de 2001, Preâmbulo, p. 259.

⁴⁸ Idem, Artigo 3º, alínea (d).

comprometer a educação para a cidadania uma vez que, contrariamente ao espírito da lei, esteve muito ligada a estas Áreas Curriculares Não Disciplinares, não se dando a devida atenção à sua inserção em todas as áreas curriculares.

No nosso caso, futuros professores de história e de geografia, não sentimos que as nossas áreas disciplinares se desresponsabilizassem desta função. Não foi difícil, no âmbito das nossas disciplinas, dar o nosso contributo relativamente às questões cívicas. Os programas de ambas as disciplinas, no 3º Ciclo e Secundário, permitem e incitam ao desenvolvimento da educação para a cidadania, em muitas das suas facetas.

A actual geografia escolar está preocupada com aprendizagens adequadas que conduzam à reflexão:

“ (...) sobre os grandes problemas sociais e ambientais que hoje afectam a humanidade, ensinando os alunos a formular perguntas e a estabelecer conjecturas e hipóteses sobre os mesmos, bem como a questionar criticamente a informação que sobre estes lhe é fornecida, que se promove o desenvolvimento de um verdadeiro raciocínio geográfico fundamental à criação de cidadãos responsáveis, geograficamente competentes.”⁴⁹

Quanto à História, o seu lugar na realidade curricular é deveras importante:

“ (...) não somente pela natureza dos conteúdos que aborda mas porque fomenta uma atitude crítica que é fundamental para a formação dos alunos. A história contribui deste modo para:

- o individuo tomar consciência da realidade – passado;
- que os problemas do mundo actual sejam entendidos em termos locais e globais;
- formar cidadãos com consciência democrática e solidária para com os problemas sociais;
- o aprofundamento cultural em termos científicos e estéticos.”⁵⁰

⁴⁹Herculano Cachinho - Geografia Escolar: Orientação Teórica e Práxis Didáctica. in **Inforgéo**, nº15 (69-90), Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 69.

⁵⁰Miguel Corrêa Monteiro - **O ENSINO DA HISTÓRIA NUMA ESCOLA EM TRANSFORMAÇÃO**. Lisboa: Plátano Edições, 2003, p. 17.

No Decreto-Lei nº 139/2012, o XIX Governo Constitucional, actualmente em exercício, assume que a educação é um factor determinante para o futuro do País. Para nossa satisfação, considera que a História e a Geografia são disciplinas fundamentais, as quais deverão sair reforçadas na nova organização curricular. A educação para a cidadania mantém a sua importância e o seu carácter transversal:

“m) Reforço do carácter transversal da educação para a cidadania, estabelecendo conteúdos e orientações programáticas, mas não a autonomizando como disciplina de oferta obrigatória; (...).”⁵¹

Desta análise, continuamos convictos de que a História mantém o seu papel importante no âmbito da educação para a cidadania. A nós, professores, cabe a responsabilidade de contribuir para que esse objectivo seja cumprido e que os nossos alunos se tornem melhores cidadãos. Foi com esta preocupação que planificámos e trabalhámos a nossa unidade didáctica.

Cidadania é um conceito polissémico, complexo, e o seu significado variou, varia e continuará a variar em função de vários factores. Nós encontramos a cidadania ligada a um processo político, económico, social, histórico e geográfico. Não apresentamos uma definição de cidadania, porque qualquer que ela fosse seria incompleta, conteria ambiguidades que conduziriam a interpretações enviesadas.

No entanto, é importante referirmos que temos uma ideia de cidadania que encontra eco nas palavras de João Reis:

“A ideia de cidadania nasce da transformação do súbdito em cidadão, em resposta aos desafios do contexto histórico e social. Essa transformação constitui um património de valor inquestionável para as sociedades democráticas do nosso tempo. O desenvolvimento da cidadania, ancorado na liberdade e na democracia, permitiu alargar as possibilidades de participação cívica e a construção de sociedades mais justas.”⁵²

⁵¹ Decreto-Lei nº 139/2012, Diário da República – I Série-A, nº 129, 3476-3491, de 5 de Julho de 2012, Artigo 3º, alínea (m).

⁵² João Reis - CIDADANIA NA ESCOLA: DESAFIO E COMPROMISSO. in **Inforgo** nº 15 (105-116), Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 114.

Nos nossos dias, as formas tradicionais de cidadania ligadas à identidade, ao território, à prática dos direitos e deveres cívicos, mantêm todo o seu valor. Contudo, não acompanharam as mudanças verificadas na nossa sociedade, as formas ditas tradicionais precisam ser aprofundadas e o modelo de cidadania tem que ser renovado ou como João Reis refere:

“ (...) tem de evoluir para formas mais especializadas capazes de responder a filiações mais locais ou mais transnacionais e integrar os grupos que têm permanecido excluídos de uma cidadania efectiva. O aprofundamento da cidadania está cada vez mais ligado à acção face a problemas como: o ambiente, o urbanismo, a qualidade de vida, a exclusão social, o emprego e o desemprego, os direitos das minorias, a transparência na administração e, naturalmente, a utilização das tecnologias de informação e comunicação.”⁵³

Foi importante conjugar, nos séculos XVIII-XIX, direitos fundamentais dentro do espaço territorial da nação. Será desta ligação que será possível implementar princípios de igualdade e de liberdade perante a lei. Esta forma de cidadania é uma criação contemporânea⁵⁴.

Queremos estabelecer a nossa ligação preferencial com a cidadania social, que não se restringe apenas a um carácter político - herdado da Antiguidade greco-romana. Seguimos o princípio de que todos os homens são iguais em direitos mas diferentes cultural, religiosa e socialmente.

“Nenhuma cidadania pode ser reivindicada quando o acesso à autonomia é vedado. Embora os jovens sejam considerados dependentes de socializações de vária ordem, eles reclamam direitos de autonomia. Os estudos da juventude foram tradicionalmente dominados por paradigmas que reflectiam a forma como ideologicamente os jovens eram representados: isto é, dependentes, não autónomos. Hoje em dia, mesmo no espaço doméstico, os jovens encontram-se

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 115.

⁵⁴, Thomas Marschal - **Citizenship and Social Class**. Cambridge: Cambridge University Press, 1950, p.148.

Nesta obra o autor divide o conceito de cidadania em três partes:

- A civil – composta pelos direitos necessários à liberdade individual - liberdade de expressão, de pensamento e fé, e direito à propriedade e à justiça, século XVIII;
- A política – composta pelo direito de participar no exercício do poder político, como membro de um corpo investido de poder político (parlamento), século XIX;
- A social – composta por tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar económico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (sistema educacional e serviços sociais), século XX.

expostos ao exterior. No refúgio do espaço doméstico, a televisão e a internet são janelas abertas para um mundo ao qual todos acedem (Postman, 1983). Esta exposição aos *media* e às novas tecnologias deu aos jovens um poder de que outrora não desfrutavam.”⁵⁵

A cidadania precisa ser cultivada, e estamos plenamente convencidos que a Escola é o terreno fértil para a semearmos, depois deixemo-la crescer livre. Na Escola temos que praticar cidadania, temos que a desenvolver, temos que a transformar renovando-a e dando-lhe autonomia, porque só assim poderá responder às constantes mudanças sociais.

E nós, enquanto parte responsável na transmissão da história, temos determinadas obrigações de acordo com o que Joel Serrão afirma:

“assim como o poeta está condenado à palavra, o músico ao som, o historiador, por seu turno, está condenado à cidadania, se é que deseja encontrar algo que valha a pena historiar...”⁵⁶

⁵⁵ José Machado Pais - JOVENS E CIDADANIA. [Em linha]. in **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS**, n.º 49, (53-70), Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 2005, p.63. [Consult. em 02 Jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n49/n49a04.pdf>>.

⁵⁶ Joel Serrão – **A emigração portuguesa: sondagem histórica**. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.

4.A Europa e o Mundo no limiar do século XX

Queremos iniciar este ponto referindo que o título do Tema 9 do Programa de História, ainda em vigor, é “A Europa e o Mundo no limiar do século XX”⁵⁷ e não “A Europa no limiar do século XX”, como está indicado no Manual⁵⁸ adoptado na Escola Secundária com 3º Ciclo de Camilo Castelo Branco em Carnaxide, também neste o tema surge indicado como tema I, conforme consta do Currículo Nacional do Ensino Básico, Competências Essenciais, de 2001⁵⁹, o qual é composto por três unidades didácticas, a saber:

- I 1 - Hegemonia e declínio da influência europeia;
- I 2 - Portugal: da I república à ditadura militar;
- I 3 - Sociedade e cultura num mundo em mudança.

Para o 3º ciclo do ensino básico os programas de História objectivam para a disciplina, quer pelos conteúdos a tratar quer pela metodologia utilizada, que ela contribua para a compreensão do mundo contemporâneo, a formação de cidadãos críticos, autónomos, capazes de fazer escolhas e tomar decisões fundamentadas e de intervirem responsavelmente na comunidade em que se inserem, indo de encontro aos princípios que presidem à organização do nosso sistema educativo.

No programa oficial⁶⁰, o tema 9, ainda mantém o ponto 9.2., o qual foi retirado do documento Currículo Nacional do Ensino Básico, Competências Essenciais, de 2001, é composto por 4 unidades didácticas, a saber:

- 9.1. Hegemonia e declínio da influência europeia;
- 9.2. A revolução soviética – ponto retirado do Currículo Nacional do Ensino Básico;

⁵⁷ Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica - **Programa de História. Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem.** Ensino Básico 3º Ciclo, Volume II (4ª edição), Lisboa: Ministério da Educação, 1994, p. 63.

⁵⁸ Helena Neto [et al] - **Viver a História**, 9º ano. 2ª Edição, Carnaxide: Santillana Constância, 2008.

⁵⁹ Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica – **Currículo Nacional do Ensino Básico, Competências Essenciais.** Lisboa: Ministério da Educação, 2001, p. 103.

⁶⁰ Ministério da Educação, Direcção Geral dos Ensinos Básico e Secundário - **Organização Curricular e Programas, Ensino Básico 3º Ciclo**, Volume I, Lisboa: Ministério da Educação, 1991, p. 138.

9.3. Portugal: da I república à ditadura militar;

9.4. Sociedade e cultura num mundo em mudança.

Todo o 9º ano, conforme programa da disciplina, é dedicado à história contemporânea. As linhas programáticas apontam para o tratamento de algumas estruturas globais partindo da realidade portuguesa. Noutros casos partimos de conjunturas europeias mais significativas para analisar posteriormente a realidade portuguesa. É lógico que se estude em primeiro lugar a I Guerra Mundial e só depois a participação de Portugal nesta guerra. Por outro lado podemos analisar primeiramente o colonialismo português do século XIX, a questão do Mapa Cor-de-rosa, e integrá-lo depois na questão da partilha do Mundo.

Consideramos, em linha com a teoria a seguir apresentada, que estes objectivos têm maiores possibilidades de desenvolvimento, apreensão e aplicação no terceiro ciclo do ensino básico, em particular no 9º ano de escolaridade. Os alunos, deste ano de escolaridade, estão no limiar da adolescência (13/14 anos), inseridos no período das operações formais, um dos três períodos definidos por Jean Piaget⁶¹, identificados por estádios do desenvolvimento intelectual da criança e do adolescente, que são:

1. O período da inteligência sensório-motora – entre o nascimento e os dois anos de idade;
2. O período de preparação e de organização das operações concretas de classes, reações e número - entre os dois anos e onze/doze anos – e divide-se em dois subperíodos: o das representações pré-operatórias – entre os dois anos e os sete/oito anos; o das operações concretas- entre os sete/oito anos e os onze/doze anos;
3. O período das operações formais – a partir dos onze/doze anos. Contudo, é a partir dos treze ou catorze anos que este período se expande, devido a um grande número de transformações intelectuais nos jovens adolescentes. Vemos aparecer a lógica das proposições, a capacidade de raciocinar sobre

⁶¹ Jean Piaget - **PROBLEMAS DE PSICOLOGIA GENÉTICA**. 4ª edição, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977, pp. 59-69.

dados, sobre hipóteses, e já não sobre objectos pousados numa mesa ou imediatamente representados.

Assim, os nossos alunos têm a capacidade de realizar raciocínios abstractos, não necessitando recorrer ao contacto com a realidade. A capacidade de formular hipóteses, de definir conceitos e valores permite, aos nossos alunos, a possibilidade de alcançar melhores aprendizagens em História e nesse campo tão importante para formação integral dos nossos jovens que é a educação para a cidadania.

A Professora Cooperante Isabel Pedro deu-nos a possibilidade de escolher entre leccionar ao 8º, ao 9º ou ao 10º ano. O nosso gosto pela história contemporânea conduziu a nossa escolha para o 9º ano. Somos professores de história e para nós todos os períodos históricos são ricos de significados, e promotores de excelentes aprendizagens, e como Vitorino Magalhães Godinho afirma: Somos contemporâneos de todas as épocas, vivemos em todos os países. A história é essencialmente uma continuidade⁶².

No entanto, a nossa preferência recai sobre a história contemporânea, da qual podemos, ainda, encontrar testemunhos vivos, sendo nós próprios actores de alguns desses acontecimentos que marcam a nossa história recente. História é sem dúvida memória e para nós é fascinante termos memória da história.

Os nossos alunos devem saber que o século XX foi tempo de alguns dos maiores acontecimentos ocorridos na história da humanidade. Se nele tiveram lugar grandes feitos do Homem, foram cometidos, também, enormes atentados que puseram em causa a sobrevivência da raça humana.

Será, da nossa parte, uma postura cidadã referir os enormes progressos acontecidos no século XX, quando largos milhões de cidadãos do mundo perderam a vida, flagelados pela guerra, pela fome e pela doença? Estamos convictos que sim, com este nosso procedimento seremos melhores cidadãos e contribuiremos, na medida das nossas possibilidades, para a formação de melhores cidadãos. O século XX ficou marcado por diversos acontecimentos, em que Estados totalitários e tiranias militares esmagaram os direitos humanos. Mas, o contrário também

⁶² Vitorino Magalhães Godinho – **Ensaio**. Volume III, Lisboa: Sá da Costa, 1971, p.152.

aconteceu. São muitos os casos em que verdadeiros cidadãos lutaram pela igualdade de direitos entre indivíduos e entre nações.

Um dos nossos deveres de educadores, é trabalhar para que os nossos alunos não sintam ameaçado esse direito basilar da cidadania, o direito à educação⁶³. Este direito foi esquecido, ou negligenciado, com muita frequência durante o século XX em muitas regiões do Mundo. As nossas referências restringem-se, maioritariamente, à Europa e a Portugal, porque este é o espaço geográfico dominante na nossa unidade didáctica. E o que acabámos de referir foi uma realidade, como vimos, durante a 1ª República, onde as preocupações educativas republicanas não passaram, muitas delas, de *ideais e sonhos* que ficaram por cumprir.

⁶³ Constituição da República Portuguesa, 7ª Revisão, Lei nº1/2005, Diário da República – I Série-A, nº 155, 4642-4686, de 12 de Agosto de 2005, Parte I, Título III, Capítulo III. Artigo nº 73º, nº1: “Todos têm direito à educação e à cultura”. Artigo nº 74º, nº1: “Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”.

SEGUNDA PARTE

Tema escolhido: “Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar” e a sua aplicação em sala de aula

1.A Escola e os Alunos

1.1.A Escola Secundária com 3º Ciclo de Camilo Castelo Branco

“À educação cabe fornecer, de algum modo, a cartografia dum mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele.”⁶⁴

A Escola Secundária com 3º Ciclo de Camilo Castelo Branco iniciou a sua actividade em 1985. Fica situada numa área arborizada de 3,9 hectares, integrada num contexto residencial, razoavelmente harmonioso e estruturado, da freguesia de Carnaxide, concelho de Oeiras (Rua Luz Veloso, 2790-096 Carnaxide).

Inicialmente, designada Escola Secundária de Carnaxide, em 1992, sob auscultação da comunidade escolar, adoptou como patrono o escritor Camilo Castelo Branco, em virtude da sua incontornável importância na cultura literária portuguesa e, sobretudo, pela sua estadia, em determinado período da sua vida, nesta freguesia.

A escola serve um público heterogéneo. Tal heterogeneidade acentuou-se ao longo da década de 90, reflexo das mutações sociológicas advindas sobretudo da implantação dos vários bairros sociais que hoje circundam a freguesia e de que o realojamento da população da Pedreira dos Húngaros (situada na freguesia de Linda-a-Velha), nos bairros da Outurela/Portela, se constitui o mais emblemático.

A Escola sofreu obras de modernização, ao abrigo do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário, que ficaram concluídas a tempo de se iniciar o ano 2012/2013 com novas instalações, sendo hoje uma escola moderna e muito aprazível, motivo de orgulho e de motivação para todos quantos nela desenvolvem a sua actividade (alunos, pessoal não docente e professores).

⁶⁴ Jacques Delors (Coord.) - **Educação um tesouro a descobrir**, Porto: Edições ASA, 1996, p.77.



Imagem 4 – Entrada principal da Escola



Imagem 5 – Edifício principal



Imagem 6 – Espaços amplos e agradáveis

O compromisso de excelência por parte de todo o pessoal tem vindo a permitir, ao longo dos anos, diversificar a oferta educativa no sentido de corresponder às necessidades educativas da população.

Como escola de tipologia Escola Secundária com 3º ciclo, oferece à população juvenil o 3º ciclo do ensino básico (incluindo cursos de educação e formação de tipo 2 e 3) e o ensino secundário (cursos científico-humanísticos e cursos profissionais), integrava, até ao ano lectivo de 2011/2012, um Centro de Novas Oportunidades.

Ela é desde 2012 a escola sede do recém-formado Agrupamento de Escolas de Carnaxide, o qual engloba todas as instituições do ensino pré-escolar, 1.º Ciclo, 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e Secundário da freguesia, a saber: o J. I. Nossa Senhora do Amparo; a E. B. 1/J. I. São Bento – Valejas; a E. B. 1 Antero Basalisa; a E. B. 1 Sylvia Philips; a E. B. 2/3 Vieira da Silva; a Escola Secundária com 3º Ciclo de Camilo Castelo Branco.

Conforme o quadro 1, a Escola Secundária com 3º Ciclo de Camilo Castelo Branco foi frequentada, no ano lectivo de 2012/2013, por 781 alunos distribuídos por 36 turmas.

Anos	Alunos	Turmas
7º	114	5
8º	116	5
9º	134	7
10º	181	7
11º	128	6
12º	108	6
Total	781	36

Quadro 1 – Número de Alunos e Turmas – 2012/2013 (Fonte: Escola Secundária de Camilo Castelo Branco)

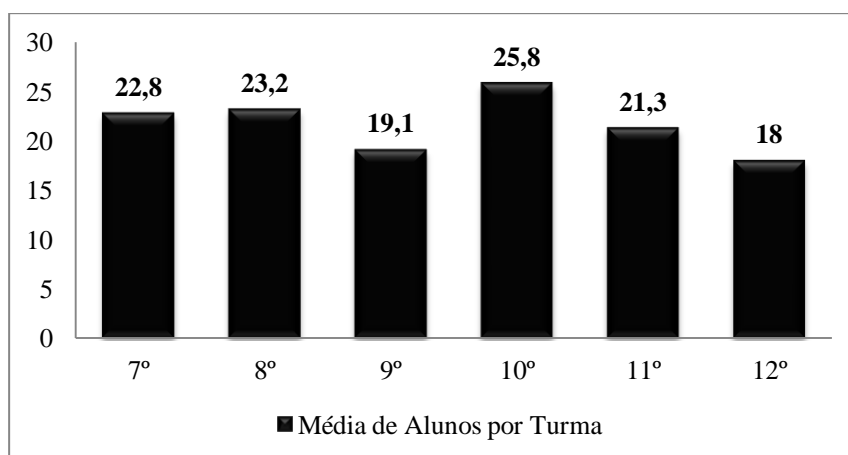


Gráfico 2 – Média de alunos por Turma – 2012/2013 (Fonte: Escola Secundária de Camilo Castelo Branco)

Pela análise do gráfico 2, salientamos o elevado número médio de alunos por turma no 10º ano, o que representa, também, que é este o ano de escolaridade com maior número de alunos, como se observa na tabela 1. Esta situação deve-se, na nossa opinião, à criação do agrupamento, passando a existir desde então uma preocupação, da Direcção da Comissão Administrativa Provisória, de não deixar sair os alunos do agrupamento (“vamos ter tolerância zero”, palavras do Director na Reunião Geral de Professores de 10/09/2012, a que assistimos), se possível o aluno entra no jardim-de-infância e só sai do agrupamento para transitar para o ensino superior. Esta política, implementada pela nova Comissão Administrativa Provisória, promoveu um acréscimo de alunos de 8,5%, como se observa no gráfico 3, apesar da desactivação do Centro de Novas Oportunidades.

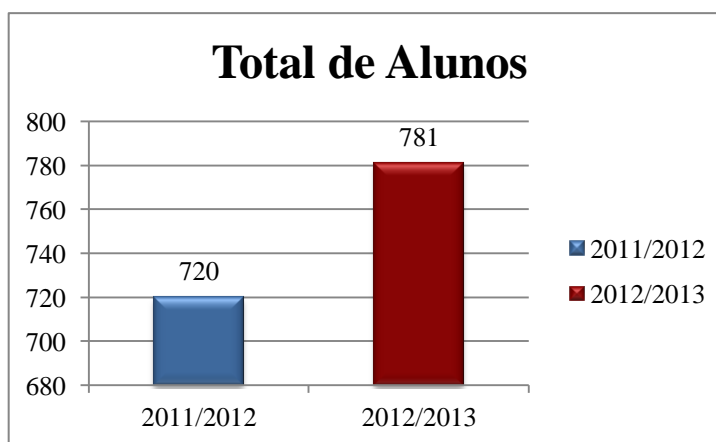


Gráfico 3 – Total de Alunos nos anos lectivos indicados (Fonte: Escola Secundária de Camilo Castelo Branco)

No entanto, esta grande preocupação só passou a existir no presente ano lectivo com a entrada do actual Director, uma vez que no ano 2011/2012, e anteriores, os alunos da E.B. 2/3 Vieira da Silva, de Carnaxide, eram aconselhados a escolherem a Escola Secundária de Linda-a-Velha, quando terminassem o terceiro ciclo (curiosidade: o actual Director do Agrupamento era, anteriormente, o responsável pela E.B. 2/3 Vieira da Silva).

A Escola Secundária com 3º Ciclo de Camilo Castelo Branco tem um corpo docente de 88 professores. O grupo de História (código 400) conta com seis docentes e está integrado no Departamento de Ciências Sociais e Humanas, departamento composto pelos grupos disciplinares de Economia (A e C); Filosofia; Geografia (A e C e 3º Ciclo); Psicologia (A e C); História; História da Cultura e das Artes e Educação Moral e Religiosa Católica.

A título de curiosidade referimos que temos vindo a consultar, por diversas vezes, o novo sítio electrónico do agrupamento⁶⁵ onde, por razões que desconhecemos, não constam os docentes da Escola Secundária com 3º Ciclo de Camilo Castelo Branco (não será por falta de dados pois nós tivemos acesso a eles).

⁶⁵ Disponível em WWW: <URL: <http://www.ecarnaxide.pt/entidade/departamento-ciencias-sociais-humanas>>, [Consult. em 28 Mai. 2013].

1.2.Caracterização da turma 9º D

É muito importante e mesmo imprescindível conhecer os alunos com que trabalhamos, saber dos seus anseios, interesses, preferências, dificuldades, frustrações, etc. Contudo, isto não se consegue num curto espaço de tempo mas, é de extrema importância que saibamos, rapidamente, o nome de todas as alunas e alunos.

Quando, em 09/10/2012 reunimos pela 1ª vez com a Dra. Isabel Pedro, reunião em que também estava presente o mestrando Filipe Fernandes, nesta ficaram definidas as turmas com que iríamos trabalhar. Recebemos nesse dia alguma informação sobre a turma D do 9º ano, aquela a quem nos cabia leccionar (plano de trabalhos 2012/2013, relação de alunos e listagem de fotos⁶⁶).

Assistimos a dois blocos de 45', um no dia 19/10/2012 e outro no dia 26/10/2012, quando leccionámos as primeiras aulas no dia 31/10/2012 sabíamos o nome de todas as alunas e alunos, situação de soberana importância para o estabelecimento da relação de empatia que se veio a verificar decorrido pouco tempo.

Faremos agora uma breve caracterização da turma D do 9º ano, com que trabalhámos sob a supervisão da Professora Isabel Pedro. A turma, composta por 19 alunos, dos quais 10 são do sexo feminino e 9 do sexo masculino. A faixa etária dos alunos varia entre os 13 e os 15 anos. São todos de nacionalidade portuguesa, à excepção da aluna nº12 que é de nacionalidade ucraniana, frequenta a Escola Secundária com 3º Ciclo de Camilo Castelo Branco há dois anos lectivos e tem tido uma adaptação difícil, em virtude de não lhe ser fácil a aprendizagem do português. Contudo, é uma aluna empenhadíssima e no caso da História teve nível 3 no final do 1º período – em primeiro lugar porque o mereceu e em segundo lugar porque, como o Professor Doutor Miguel Monteiro afirma, é necessário termos presente qual o limiar de onde os alunos partem e é evidente que esta aluna tem percorrido um caminho bastante mais longo e difícil que os seus colegas.

⁶⁶ Ver Anexos 1, 2 e 3, Relação de Turma e Listagem de Fotografias, pp. 117, 119 e 120.

Havia dois alunos com necessidades educativas especiais, no entanto, a Professora Isabel Pedro não considerou necessário aplicar-lhes medidas especiais, são eles n.º 1 e o n.º 5. O aluno n.º 1 foi interessado, participativo, empenhado e teve nível 3 no final do 1º período. O aluno n.º 5 teve mais dificuldades, teve nível 2 com possibilidades de alcançar o nível 3 se trabalhasse um pouco mais, o que não fez porque esperou que o estatuto de aluno com necessidades educativas especiais lhe conseguisse os resultados, situação com a qual a Professora Isabel Pedro, fruto do seu pragmatismo e da sua larga experiência, não compactuou.

Do tempo que com eles contactámos, observámos serem alunos muito simpáticos, a maior parte das vezes empenhados e interessados, os quais se comportaram sempre de forma muito correcta, com os quais estabelecemos um relacionamento de grande empatia.

Não temos ocorrências negativas a referir, à excepção da aluna n.º 6 que tomou atitudes de negação relativamente aos assuntos tratados e às tarefas pedidas, contudo, não perturbava os trabalhos desenvolvidos nas aulas. Estava sentada na fila da frente, ao lado da melhor aluna da turma, a n.º 11, como forma de ser incentivada a mudar de atitude e poder melhorar o seu aproveitamento. Não nos foi possível, em apenas 10 blocos de 45 minutos, alterar este comportamento e sabemos que a Professora Isabel Pedro, apesar dos seus esforços, não o conseguiu também, tendo a aluna reprovado, uma vez que o comportamento de falta de motivação era extensível a mais disciplinas.

De seguida, apresentamos alguns dados, constantes do *dossier* do director de turma. Foram-nos gentilmente cedidos pelo Dr. Leonel Taveira, respectivamente professor de matemática e director de turma, e completam a caracterização da turma.

Estes elementos seriam passíveis de uma análise mais aprofundada e de uma reflexão sociológica, contudo, não é a nossa área de estudo e não acreditamos que alterasse substantivamente o nosso relacionamento com a turma. Todos os dados considerados mais pertinentes, para um conhecimento mais aprofundado da turma, são apresentados graficamente. Começamos pelo gráfico que designamos de quadro familiar.

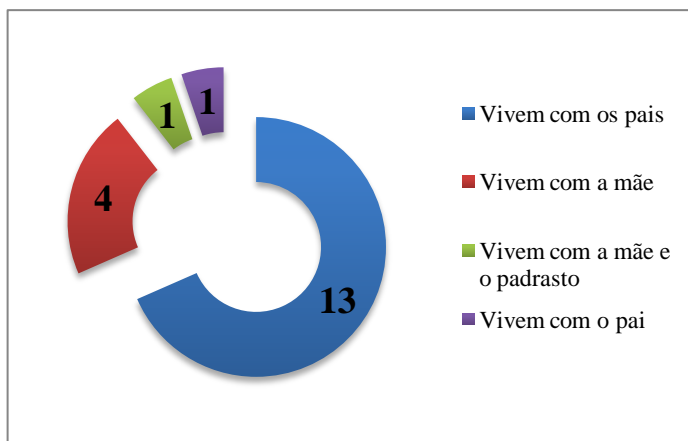


Gráfico 4- Quadro Familiar

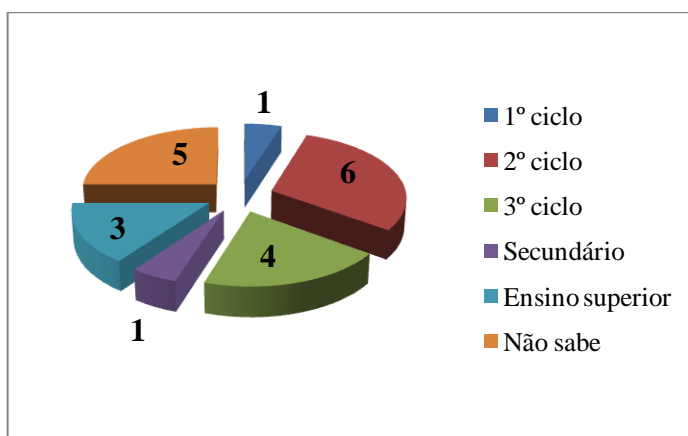


Gráfico 5 – Habilitações literárias do pai.

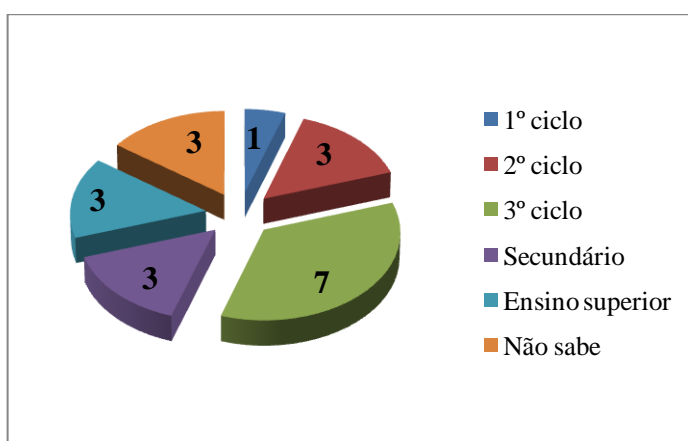


Gráfico 6 – Habilitações literárias da mãe.

Da nossa leitura destes três gráficos observamos a não existência de grandes desvios ao padrão habitual de família (pai e mãe).

No que respeita às habilitações literárias dos pais observamos a não existência de analfabetismo, mesmo nos casos em que os alunos referem não saber as habilitações dos seus progenitores, afirmam que os mesmos sabem ler e escrever. Quanto a uma possível relação entre as habilitações dos pais e o rendimento escolar, parece-nos que ela existe na maior parte dos casos, os alunos cujos pais têm cursos superiores, são os que apresentam melhores resultados escolares, e os alunos cujos pais têm habilitações médias, apresentam na maior parte dos casos aproveitamento suficiente à excepção das quatro reprovações verificadas no final do ano lectivo.

Como referimos, este tipo de análise não é a nossa área e assim consideramos estar no campo da subjectividade e especulação, contudo, a ficha de registo biográfico que nos foi facultada pode ser consultada nos anexos⁶⁷. No ponto três da terceira parte deste relatório faremos uma breve análise e reflexão, sobre os resultados finais obtidos pela turma.

⁶⁷ Ver Anexo 4, Ficha de Registo Biográfico, p. 121.

2.A Unidade Didáctica escolhida

2.1.Orientações programáticas

O Programa Oficial de História⁶⁸, para o 3º ciclo do Ensino Básico, estabelece no seu Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem uma sequência de conteúdos. Na selecção dos conteúdos encontramos a perspectiva diacrónica como base para o estudo da história europeia, e da história de Portugal em particular. Os conteúdos do 9º ano deverão ser trabalhados numa base reflexiva, que privilegie a ligação passado/presente/futuro. É aconselhado o reforço da cooperação multidisciplinar, em especial com a disciplina de Geografia, situação que, no nosso caso de futuros professores de História e de Geografia, devemos aplicar de forma assídua porque sabemos que esta cooperação é altamente formativa para os nossos alunos.

No Tema I, *A Europa e o Mundo no Limiar do Século XX*, desenvolvem-se conteúdos circunscritos ao período que vai de cerca de 1890 a 1930. Pretende proporcionar-se aos alunos importantes reflexões que os levem a compreender alguns dos processos que fundamentam o mundo contemporâneo. Ao longo do subtema I1, *Hegemonia e Declínio da Influência Europeia*, são trabalhados conceitos de grande importância, a saber: imperialismo, nacionalismo, colonialismo, racismo, democracia parlamentar, fordismo, taylorismo, standardização e monopólio. Estes serão os conhecimentos prévios necessários, para que os alunos trabalhem o subtema I2, *Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar*, com maiores possibilidades de questionamento, de compreensão e de aquisição de melhores aprendizagens. Neste subtema são trabalhados os seguintes conceitos/noções, a saber: Ultimato; Republicanismo; Partido político; Ditadura militar.

⁶⁸ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - **Programa de História. Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem. Ensino Básico 3.º ciclo.** 4ª edição, Lisboa: Ministério da Educação, 1994.

As orientações programáticas apontam para o estudo da história nacional, do período entre 1890 e 1930, onde os alunos poderão apreender o seguinte:

- A relação da divulgação das doutrinas republicanas e socialistas com as novas condições sociais, decorrentes, sobretudo, da lenta mas progressiva industrialização e do crescimento das cidades de Lisboa e Porto;
- A análise da conjuntura económica e política que esteve na origem da instauração da República;
- A identificação de medidas governativas da 1ª República, nomeadamente no campo social, do ensino e das relações Igreja-Estado e compreendam as razões da oposição de sectores da sociedade a algumas dessas medidas;
- O equilíbrio de forças e os interesses internacionais que levaram à participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial;
- A situação de instabilidade política e as dificuldades de ordem económica e financeira, agravadas particularmente no pós-guerra, que criaram condições para o golpe militar de 28 de Maio;
- Algumas das características da ditadura militar instaurada em 1926 e compreendam que está aberto o caminho para o domínio salazarista.

No que toca à compreensão do crescente poder de António de Oliveira Salazar, na sequência da ditadura militar, entende o grupo de História, da Escola Secundária de Camilo Castelo Branco, que o mesmo seja incluído e trabalhado com maior profundidade no subtema J2, ***Entre a Ditadura e a Democracia***.

2.2.Opções pedagógico-didáticas

“O que educa os alunos é aquilo que eles mesmos realizam e não o que recebem.”⁶⁹

Adeptos desta linha de pensamento, consideramos que o principal objectivo da nossa actividade educativa consiste em estimular, apoiar e organizar o estabelecimento da relação entre os alunos e o conhecimento. Este esquema de relações permite que os alunos acedam ao saber. A aquisição do saber não deve ser fruto de uma mera transmissão de conteúdos veiculados pelo professor.

Contudo, a educação vive um tempo de grandes incertezas e de muitas perplexidades. Sentimos a necessidade da mudança, mas nem sempre conseguimos definir-lhe o rumo. Há um “excesso de discursos”, redundantes e repetitivos, que se traduz numa pobreza de práticas. (...) E, num tempo assim, talvez valha a pena regressar a uma pergunta que deixámos de fazer há muitos anos: O que é um bom professor?⁷⁰

As nossas opções respondem perante os nossos alunos, e decorreu da nossa sensibilidade e das nossas aprendizagens obtidas ao longo deste mestrado. A nossa formação sofreu algumas influências prejudiciais do que foi afirmado no parágrafo anterior. Uma formação de qualidade não se compadece com a ausência de um rumo definido. A legislação relativa aos Mestrados em Ensino é de 2007⁷¹ e chegados a 2013 continuamos a viver *um tempo de incertezas e perplexidades*.

Sempre afirmámos que estamos no tempo dos Mestrados em Ensino, e é a partir desta realidade que todos os intervenientes na formação inicial de professores devem trabalhar, para que o modelo de formação da Universidade de Lisboa seja um referencial de excelência no panorama nacional.

Quem viveu e experienciou anteriores modelos de formação, deve utilizar os aspectos positivos dessas realidades para enriquecer o novo modelo. Aos *profetas da*

⁶⁹ Lev Vygotsky, 1926, Apud GAL, Roger - **História da Educação**. 5.^a edição, Lisboa: Vega Editora, 2004.

⁷⁰ António Nóvoa- **Para uma formação de professores construída dentro da profissão** [Em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa, [s.d.], p. 2. [Consult. em 11Jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL: http://www.revistaeducacion.mec.es/re350/re350_09por.pdf>.

⁷¹ Decreto-lei n° 43/2007, Diário da República, 1ª série, N° 38, 1320-1327, de 22 de Fevereiro de 2007.

desgraça e das petições contra os Mestrados em Ensino caberá o ónus da **criação de múltiplos obstáculos para dificultar o sucesso dos mesmos**. A todos quantos impõem o seu trabalho de grande qualidade para o sucesso do novo modelo, apesar da conjuntura, e que sendo poucos acabam por ser muitos, fruto da grande resistência, trabalho e mestria, o nosso **Muito Obrigado porque pelo seu empenho no nosso sucesso seremos, com certeza, melhores professores**.

O nosso trabalho na Escola realizado no ano lectivo de 2012/2013, no âmbito da unidade curricular de Iniciação à Prática Profissional 3, decorreu numa fase de mudança de política educativa. Como referimos no **ponto três da primeira do nosso relatório**, o Decreto-lei nº 6/2001 (competências) foi revogado pelo Decreto-lei nº 139/2012. Este não tendo sido regulamentado criou um limbo (ficámos sem saber se passávamos por baixo ou por cima da vara), isto é, não permitiu que trabalhássemos de acordo com as novas orientações. Assim, encontram-se nas nossas planificações referência às *competências* que os alunos deveriam atingir. Considerem o que referimos de seguida como uma espécie de *errata*, e onde lê *competências* (palavra *non grata*) queiram, por favor, ler *capacidades*, ou então *skills* (soa melhor e aparenta uma maior erudição).

Pode parecer absurdo este nosso pedido, mas ele tem fundamento numa preocupação resultante da seguinte leitura:

“O Ministro da Educação e Ciência, por despacho datado de 12 de dezembro de 2011, determinou como primeira medida que o Currículo Nacional do Ensino Básico — Competências Essenciais deixasse de se constituir como documento orientador do Ensino Básico pelas insuficiências que continha e que se vieram a manifestar como prejudiciais. (...)”

Tendo em atenção as prioridades estabelecidas pelo Ministério da Educação e Ciência para o ensino com vista a elevar os padrões de desempenho dos alunos é decisivo que o desenvolvimento do novo Currículo Nacional:

Contenha padrões de rigor, criando coerência no que é ensinado nas escolas;

Permita que todos os alunos tenham oportunidade de adquirir um conjunto de conhecimentos e de desenvolver capacidades fundamentais nas disciplinas essenciais;

Garanta aos professores a liberdade de usar os seus conhecimentos, experiência e profissionalismo para ajudar os alunos a atingirem o seu melhor desempenho.”⁷²

⁷² Despacho nº 5306/2012, Diário da República, 2.ª série, N.º 77, 13952-13953 18 de Abril de 2012, p. 13952.

Nós, professores em formação, sempre tivemos a preocupação de, em linha com a nossa Professora Cooperante, orientar os nossos alunos para promover que atingissem conhecimentos substantivos e significativos. A nossa preocupação com as opções que fazemos, advém do facto de os nossos alunos serem o foco da nossa atenção, tudo é pensado em função da sua aquisição de aprendizagens significativas.

Estas escolhas foram tomadas com base em diversos critérios, entre os quais o nosso aparelho pedagógico-didáctico construído ao longo deste mestrado. Não ensinamos teorias da aprendizagem aos nossos alunos, mas elas são muito importantes porque concorrem para que os nossos alunos tenham maiores probabilidades de sucesso. O nosso objectivo é ensinarmos bem para que os alunos aprendam melhor. Como gostamos de referir, não sabemos cozinhar mas sabemos apreciar uma boa refeição, como é evidente uma coisa não invalida a outra. O que invalidava esta situação era a inexistência de um bom cozinheiro que a confeccionasse, é este que deve possuir as capacidades necessárias para nos permitir ter o prazer de apreciar a *boa cozinha*.

O mesmo se passa com os nossos alunos que não têm que saber ensinar para aprenderem. No entanto, eles serão os primeiros a apreciar um bom ensino porque irão atingir melhores aprendizagens, e isto depende muito do professor que dotado das necessárias capacidades poderá adequar os conteúdos, as estratégias e a sua atitude aos seus alunos e, assim, tornar o processo de ensino e aprendizagem sinónimo de qualidade.

Para António Nóvoa, é impossível definir o «bom professor». Mas é possível, talvez, esboçar alguns apontamentos simples, sugerindo disposições que caracterizam o trabalho docente nas sociedades contemporâneas⁷³. Na segunda metade do século XX para se ser «bom professor» seria necessário, hipoteticamente, consolidar uma trilogia: o saber (conhecimento), o saber-fazer (capacidades), o saber-ser (atitudes). O autor abandonou este paradigma e sugere o conceito de disposição, terminando assim a discussão já estafada em torno das competências.

Este novo conceito tem o seu enfoque na ligação entre o pessoal e o profissional no constructo identitário dos professores. Teremos, assim, no centro da

⁷³ António Nóvoa, *op. cit.*, pp. 3-4.

discussão cinco disposições que são construções com forte cunho cultural. Estaremos no campo da profissão de professor que se constrói na pessoa de cada professor. Não as desenvolvendo queremos no entanto indicá-las, a saber: o conhecimento; a cultura profissional; o tacto pedagógico; o trabalho em equipa; o compromisso social.

Constatamos as acentuadas evoluções em todas as áreas da educação, assim, poderemos parecer simplistas e ultrapassados nas nossas opções pedagógico-didáticas. Afinal, somos apenas professores em formação e perdoar-nos-ão este facto, contudo, queremos afirmar que somos professores: com preocupação na qualidade do nosso saber científico; observadores e reflexivos para aprendermos mais; com grande disposição pessoal para abraçar a profissão; com enorme vontade de desenvolver o trabalho em equipa porque sentimos que a escola tem falta da interdisciplinaridade, da cooperação e da colaboração entre docentes; que pugnamos por princípios e valores de inclusão social, de respeito pela multiculturalidade e de igualdade, elementos fundamentais que deveriam caracterizar a nossa sociedade.

Pensamos que melhor do que estarmos a realizar uma avaliação de nós próprios, é transcrever algumas partes do Relatório de Avaliação⁷⁴ da nossa Professora Cooperante:

“O aluno do Mestrado em Ensino de História e Geografia da FLUL, Leopoldo Carvalho, continuou a revelar, neste segundo ano de estágio [IPP3], simpatia e profissionalismo na sua relação com os elementos da comunidade educativa com quem contactou estes dois anos, com os alunos e com a professora cooperante. Foi sempre pontual e muito empenhado.

(...) Relativamente às dez aulas leccionadas pelo aluno de IPP3, Leopoldo Carvalho, decorreram de acordo com a planificação da unidade apresentada e com os planos de aula. Elaboradas de forma coerente, adequada ao nível de ensino, ao programa, ao tempo disponível, aos recursos e às características dos alunos.

(...) Perante dúvidas colocadas, respondeu sempre com calma, dando oportunidade à reflexão e à aplicação dos conhecimentos adquiridos em novos contextos.”

As nossas opções pedagógico-didáticas assentam em diversas teorias da aprendizagem que, dando preferência aos métodos activos, podem ser mais ou menos actuais. O que para nós pesou foi que cada teoria aplicada tem um sentido com o qual nos identificamos e nos apoia na adequação das nossas práticas, na nossa capacidade

⁷⁴ Ver Anexo 5, Relatório de Avaliação da Professora Cooperante, p. 122.

de relação e comunicação com os alunos, para conseguirmos desenvolver a tarefa de mediação e orientação de que eles necessitam para que de forma, de preferência, cada vez mais autónoma atinjam o conhecimento.

Estamos a cem anos de distância dos nossos republicanos de 1910, adeptos da Escola Nova apoiada em trabalhos de pedagogos como John Dewey, Maria Montessori ou Freinet. Por oposição à capacidade de repetir e memorizar conteúdos académicos e considerar que o bom aluno era aquele que decorava o saber académico constante de currículos, desajustados e desactualizados. O movimento da Escola Nova defendia que a aprendizagem dependia da acção do aluno. Pelo que este não deveria ir à escola para ser ensinado mas para aprender.

Com este apontamento queremos realçar o facto de como teorias com cem anos parecem actuais, e porque ainda acontece, de forma inadmissível, o tipo de ensino magistral e transmissivo repudiado por aquele movimento.

Enquanto professores atentos e reflexivos, que queremos ser, gostaríamos de transcrever parte de um despacho ministerial, e depois quedarmo-nos num *silêncio sereno* aguardando novas regulamentações, referindo apenas que o *bom senso* aconselha a que *recomendações pedagógicas prejudiciais* não sejam substituídas por outras equivalentes:

“O documento Currículo Nacional do Ensino Básico - Competências Essenciais, divulgado em 2001, foi assumido a partir do ano lectivo 2001/2002 como a referência central para o desenvolvimento do currículo e nos documentos orientadores do Ensino Básico.

O documento, contudo, continha uma série de insuficiências que na altura foram debatidas, mas não ultrapassadas, e que, ao longo dos anos, se vieram a revelar questionáveis ou mesmo prejudiciais na orientação do ensino.

(...) o documento insere uma série de recomendações pedagógicas que se vieram a revelar prejudiciais. Em primeiro lugar, erigindo a categoria de «competências» como orientadora de todo o ensino, menorizou o papel do conhecimento e da transmissão de conhecimentos, que é essencial a todo o ensino. Em segundo lugar, desprezou a importância da aquisição de informação, do desenvolvimento de automatismos e da memorização. Em terceiro lugar, substituiu objectivos claros, precisos e mensuráveis por objectivos aparentemente generosos, mas vagos e difíceis, quando não impossíveis de aferir.”⁷⁵

⁷⁵ Despacho nº 17169/2011, Diário da República, 2.ª série, N.º 245, de 23 de Dezembro de 2011, p. 50080.

As nossas opções pedagógicas passam, necessariamente, pelos estádios de desenvolvimento de Jean Piaget, os quais já foram desenvolvidos no **ponto 4**, da **Primeira Parte** deste Relatório. Referimos que estes estádios são importantes para os educadores porque, em termos psico-genéticos, nos situam no estágio mental dos nossos alunos, em função das suas idades. Para Jean Piaget os alunos têm um papel activo na construção do seu saber, assim esta teoria é chamada de construtivismo. De facto, para o autor, o aluno é o protagonista da sua aquisição de conhecimento, sendo um caminho pessoal e isolado, como nos diz o autor, de cada vez que se ensina prematuramente a uma criança alguma coisa que ela poderia descobrir sozinha, estamos a impedi-la de a inventar e consequentemente, de entendê-la completamente⁷⁶.

Jerome Bruner é um dos principais representantes das teorias de aprendizagem que designamos de cognitivismo. Este autor, à semelhança de Piaget, procurou tipificar o desenvolvimento cognitivo das crianças e jovens e fê-lo em três estádios: até aos 3 anos de idade, a criança passa pelo estágio das respostas motoras (enactiva); dos 3 aos 9 anos passa pela fase da representação icónica; a partir dos 10 anos de idade acede ao estágio da representação simbólica.

No primeiro estágio, a criança representa os acontecimentos passados através de respostas motoras apropriadas e privilegia a acção como forma de representação do real, sendo por isso que a criança dessa faixa etária aprende, sobretudo, através da manipulação de objectos. Nesta fase, a criança age com base em mecanismos reflexos, simples e condicionados até desenvolver automatismos.

O segundo estágio, a representação icónica baseia-se na organização visual, no uso de imagens sinópticas (sintéticas que permitam observar de uma só vez as diversas partes de um conjunto) e na organização de percepções e imagens. A criança é capaz de reproduzir objectos, mas está fortemente dependente de uma memória visual, concreta e específica. O terceiro estágio, a representação simbólica, constitui a forma mais elaborada de representação da realidade porque a criança começa a ser capaz de representar a realidade através de uma linguagem simbólica, de carácter

⁷⁶ Jean Piaget - **A construção do real na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 28.

abstracto e sem dependência directa da realidade. Nesta fase, a pessoa torna-se capaz de manipular os símbolos para não só ler a realidade mas também para a transformar.

A passagem por cada um destes três estádios pode ser acelerada através de uma influência profunda da criança por um meio linguístico e cultural de grande riqueza e estímulo. Bruner defende a aprendizagem por descoberta e em espiral e é aqui que as suas teorias são mais criticadas.

David Ausubel chamou a atenção para as desvantagens de uma sobrevalorização da experiência directa como processo de aprendizagem de conceitos, uma vez que a aplicação do método científico não é suficiente para aprender.

Já nos afastámos, talvez ainda não o suficiente em algumas escolas, do paradigma comportamental, onde a metodologia sempre foi considerada menor. Fazendo tábua rasa das ideias prévias dos alunos e concebendo o professor como única fonte válida de conhecimento, os modelos educativos ancorados neste paradigma limitaram a sua estratégia de ensino à mera transmissão da informação do mestre para o aprendiz. (...) Os avanços da psicologia cognitiva e a emergência de novos paradigmas educativos centrados em quem aprende, possibilitados pela difusão das teorias da aprendizagem significativa (Ausubel), por descoberta (Bruner), construtivista (Piaget), (...), participada e socializadora (Vygotsky)⁷⁷.

David Ausubel formulou uma teoria de aprendizagem muito importante para o processo de ensino e aprendizagem. A ideia principal é que a aprendizagem do novo conhecimento depende do que já se sabe. Noutras palavras, construir o conhecimento começa com uma observação e reconhecimento de eventos e objectos através de conceitos que já se possuem. Aprendemos pela construção de redes de conceitos, juntando novos conceitos a essas redes.

⁷⁷ Herculano Cachinho - Geografia Escolar: Orientação teórica e praxis didáctica. in **Inforgo**, 15 (69-90), Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 75.

E nada melhor do que citar o próprio autor, que nos explica de forma simples o que é a aprendizagem significativa:

“El aprendizaje significativo comprende la adquisición de nuevos significados y, a la inversa, estos son producto del aprendizaje significativo. Esto es, el surgimiento de nuevos significados en el alumno refleja la consumación de un proceso de aprendizaje significativo.”⁷⁸

No ensino da História, mais do que em qualquer outra disciplina, devemos considerar os *diferentes discursos*, os diferentes conteúdos. Para além do conhecimento constante do Manual escolar, daquele que o professor transmite, o veiculado pela tradição oral e meios de comunicação, é muito importante reconhecer, também, os conhecimentos de cada aluno. A teoria da aprendizagem significativa facilita o processo de aprendizagem ao organizar-se o ensino a partir do conhecimento prévio demonstrado pelos alunos, situação que tentámos aplicar em cada uma das nossas aulas.

Para Ausubel é determinante a mediação do professor e da instrução no processo de aprendizagem⁷⁹. Devemos estimular a apresentação dos conhecimentos prévios dos alunos, assim como orientá-los na reflexão sobre esses conhecimentos, de forma a contribuir para que desenvolvam conceitos cada vez mais próximos daqueles que pretendemos que sejam apreendidos.

A aprendizagem significativa pode ser colocada em oposição com a aprendizagem memorística, a qual também pode incorporar nova informação na estrutura de conhecimento, mas sem interacção. A memória é apropriada para recordar sequências e objectos mas não ajuda o aluno a entender as relações entre eles.

A aprendizagem significativa pode atingir-se independentemente da estratégia de ensino usada. Ela não depende da forma como a informação é apresentada, depende da forma como a nova informação se integra na estrutura de conhecimento existente, sendo este o aspecto crucial para que ocorra a aprendizagem significativa.

⁷⁸ David Ausubel - **Psicologia Educativa, un punto de vista cognoscitivo**. México: Editorial Trillas, 1980, p. 55.

⁷⁹ Idem - **Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva**. Lisboa: Plátano, 2003, p. 36.

De forma simplista podemos que, nesta teoria, *o importante não é o que os alunos aprendem, mas sim aquilo que eles já sabem.*

Não podemos deixar de referir Lev Vygotsky e a sua teoria sócio-interaccionista, na qual se refere que as crianças podem imitar uma variedade de acções que vão muito além dos limites das suas próprias capacidades. Numa actividade colectiva ou sob a orientação de adultos, usando a imitação, as crianças são capazes de fazer muito mais coisas. Esse facto, que parece ter pouco significado em si mesmo, é de fundamental importância na medida em que demanda uma alteração radical de toda a doutrina que trata da relação entre aprendizagem e desenvolvimento em crianças⁸⁰. O autor indica na sua proposta de ensino e aprendizagem que:

“Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e depois, no nível individual; primeiro entre as pessoas (interpsicológica), e depois, no interior da criança (intrapsicológica).”⁸¹

Quando o aluno interage com o professor ou com os seus colegas aprende, e essa aprendizagem desperta nele vários processos internos de desenvolvimento que se tornarão parte das suas aquisições independentes. Esta interacção tem um papel central no processo de ensino e aprendizagem, pelo que a devemos fomentar e promover, por exemplo aplicando a estratégia do trabalho de grupo ou de pares colocando alunos mais fracos com alunos mais desenvolvidos.

A noção de *Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)* em Vygotsky, é fulcral porque salienta a ideia de que existe uma área potencial de desenvolvimento cognitivo, definida como a distância que medeia entre o nível actual de desenvolvimento do aluno, determinado pela sua capacidade de, naquele momento, resolver problemas individualmente, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de problemas sob a orientação do professor ou em colaboração com pares mais capazes⁸². Daqui, resulta evidente a importância da

⁸⁰Lev Vygotsky - **A formação social da mente, o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1984, p. 99.

⁸¹Idem, *ibidem*, p. 64.

⁸²Idem, Apud Carlos Nogueira Fino - Vygotsky e a Zona de Desenvolvimento Proximal: três implicações pedagógicas [Em linha], in **Revista Portuguesa de Educação**, (273-291), vol. 14, nº 2,

realização de actividades em grupo ou a pares, e o papel orientador do professor, como referimos atrás.

“ (...) o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados esses processos torna-se parte das aquisições do desenvolvimento independente das crianças.”⁸³

O aluno aqui não é mais aquele solitário presente na obra de Piaget. Em Vygotsky encontramos a mediação social como ponto fulcral no processo de construção do conhecimento, é da interacção com o outro e com o meio, que se desencadeia o seu desenvolvimento sócio-cognitivo.

Se com a pedagogia pretendemos saber como os nossos alunos aprendem, é com a didáctica que aprendemos a ensinar e a adequarmo-nos aos nossos alunos. O processo de ensino e aprendizagem tem problemas complicados, não é fácil resolver a relação existente e necessária entre o conhecimento científico e o conhecimento ensinado. É no campo da transposição didáctica que procuramos estreitar a relação entre o saber científico e o saber ensinado, com a noção clara de que eles não se confundem porque não são, de todo, a mesma coisa.

“ (...) el concepto de transposición didáctica, en tanto remite al paso del saber sabio al saber enseñado, y por lo tanto a la distancia eventual, obligatoria que los separa, da testimonio de ese cuestionamiento necesario, al tiempo que se convierte en su primera herramienta”.⁸⁴ (2005, p. 16).

As Unidades Curriculares referentes às Didácticas e às Metodologias de Ensino são, na Formação Inicial de Professores, nucleares na nossa aprendizagem de futuros professores. Com as necessárias adaptações a cada área disciplinar, a Didáctica, segundo Souto González, deve ter sempre presente:

2001, p. 277. [Consult. Em 10 Jul. 2013. Disponível em WWW: <URL: <http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/11.pdf>>.

⁸³ Lev Vygotsky, *op. cit.*, p. 101.

⁸⁴ Yves Chevallard - **La Transposición Didáctica: del saber sabio al saber enseñado**. 2ª edición. Buenos Aires: Aique, 2005, p. 16.

“ (...) un conjunto de saberes que no solo se ocupan de los conceptos propios de esta matéria. También hemos de considerar el contexto social y la comunicación con el alumnado. Enseñar bien a una persona presupone dominar el contenido que se va a desarrollar en el aula, tener bien organizado el discurso conceptual y una propuesta adecuada de tareas. Pero, sendo elo necesario, no es suficiente. Hace falta conocer, además, cómo aprenden nuestros alumnos, qué obstáculos impiden su aprendizaje, qué barreras existen entre nuestros deseos de enseñar y sus intereses respecto a las propuestas de aprendizaje.”⁸⁵

Sentimos na preparação das nossas aulas estas dificuldades inerentes à transposição didáctica e colocámo-nos diversas questões. São os Manuais Escolares o exemplo a seguir no saber a ensinar aos nossos alunos? Para que serve a preparação científica dos professores? Será o saber científico demasiado erudito para os nossos alunos, pelo que não deve ser utilizado? Sendo o professor o elo final na transposição didáctica, não tem o direito à sua própria perspectiva sobre os conteúdos que ensina?

Rodriguez Lestegáz ajuda-nos a responder e começamos por assentar a ideia de que são realidades distintas quando falamos de ciência histórica e quando falamos de ensino da história. Por outro lado, o saber escolar transforma o saber erudito, porque necessita de responder aos fins da instituição escolar, referindo o autor que:

“ (...) não existe um único saber erudito, disposto a ser transformado em saber escolar, mas sim, uma multiplicidade de saberes de referência que respondem a problemáticas e enfoques necessariamente plurais.”⁸⁶

Cuidámos do nosso trabalho com os nossos alunos numa base de honestidade científica, pedagógica e didáctica, contudo, não isento de erros. E foi assim que tentámos transmitir o *real* de cada assunto tratado, que identificamos como Jacques Rancière nos diz:

“ (...) O real é sempre o objeto de uma ficção, ou seja, de uma construção do espaço onde se entrelaçam o visível, o dizível e o fazível (...).”⁸⁷

⁸⁵ Xosé M. Souto González - **Didáctica de la Geografía: problemas sociales y conocimiento del medio**. 2ª edición, Barcelona: Ediciones del Sebal, 1999, p. 12.

⁸⁶ Francisco Rodriguez Lestegás - La elaboración del conocimiento geográfico escolar: de la ciencia geográfica a la geografía que se enseña o vice-versa. in **Revista Íber – didáctica de las ciencias sociales: geografía e historia**, nº 24 (107-117), Barcelona: Editorial Graó, Abril 2000, p. 111.

⁸⁷ Jacques Rancière- **O Espectador Emancipado**, Lisboa: Orfeu Negro, 2010, p. 112.

3.As aulas com a turma 9º D

3.1.Aulas observadas

A observação não será certamente a única forma do homem inteligibilizar o mundo com os seus fenómenos e interacções que o rodeiam e dos quais faz parte⁸⁸.

Contudo, na prática educativa a observação do professor é o seu principal meio – se não o único – de conhecimento do aluno, meio esse que deverá ser a principal fonte de regulação da actividade do professor e dos alunos, constituindo a base da avaliação de diagnóstico e formação⁸⁹.

Nesta sequência a observação é, sem dúvida, o instrumento de eleição para a aprendizagem dos futuros professores. Só observando a interacção professor/alunos nesse contexto único que é uma aula, os professores em formação poderão apreender alguns dos elementos, de extrema importância, constituintes da prática relacional quotidiana do processo ensino/aprendizagem.

“A observação de situações educativas continua a ser um dos pilares da formação de professores (...), demonstrando a investigação que não há um modelo de bom professor, mas sim uma infinidade de modelos possíveis.”⁹⁰

Qualquer realidade, para ser compreendida, deve ser primeiramente observada e é o que temos feito ao longo deste mestrado no seminário de Iniciação à Prática Profissional 1, 2 e 3. Observámos que tudo se passa na sala de aula, inclusivamente ensinar e aprender.

O sucesso de qualquer planificação e estratégia de ensino, depende em larga escala da observação, o que abrange todo o processo de ensino/aprendizagem. Como Paulo Freire afirma, ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção⁹¹.

⁸⁸ Carlos de Melo Dias; José António Morais - Interacção em Sala de Aula: Observação e Análise. in **Revista Referência**, nº11 (49-56), Coimbra: Escola Superior de Enfermagem, Março de 2004, p.49.

⁸⁹ Maria Teresa Estrela; Albano Estrela - **A técnica dos incidentes críticos no ensino**, Lisboa: Estampa, 1978, p. 57.

⁹⁰ Albano Estrela - **Teoria e Prática de Observação de Classes – uma estratégia de formação de professores**. 2ª edição, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, p. 61.

⁹¹ Paulo Freire - **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 47.

Nas duas aulas por nós observadas, que ocorreram em 19/10/2012 e 26/10/2012, na sala D.1.19 de acordo com o horário da turma, pudemos observar que as alunas e os alunos mantêm lugares fixos, conforme planta da sala apresentada a seguir.

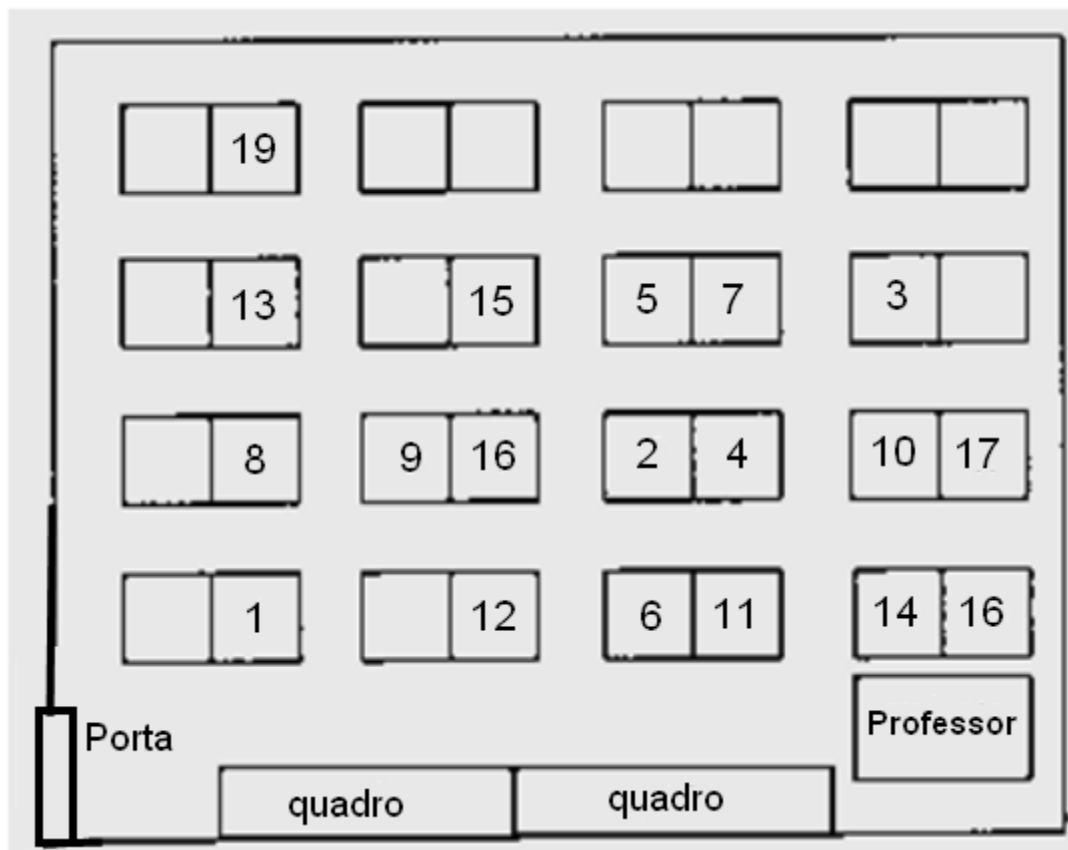


Imagem 7 – Planta da sala de aula (construção própria).

Mais que fazer a descrição das aulas, o mais importante para nós era observar as alunas e os alunos e tentar perceber as suas rotinas e formas de estar (comportamento, participação e cumprimento das tarefas propostas). Na aula de 19/10/2012, a nº 14 (45 minutos), a Professora Isabel Pedro fez revisões para o teste sumativo, que ocorreu nas aulas nº 15 e nº 16, em 24/10/2012. A professora usa um modelo de aula de revisões muito simples, de acordo com o teste que construiu, entrega aos alunos uma folha A5 com todos os tópicos que serão tratados no teste, a qual apresentamos de seguida.

ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMILO CASTELO BRANCO

HISTÓRIA 9º D

PREPARAÇÃO PARA O TESTE DE AVALIAÇÃO [24 OUTUBRO 2012]

1. Localiza no tempo os acontecimentos estudados
2. Localiza no espaço
3. Identifica as potências europeias no início do século XX
4. Relaciona as viagens de exploração africana com o reforço do imperialismo europeu.
5. Relaciona o Mapa Cor de Rosa com o Ultimato inglês a Portugal.
6. Justifica a formação de alianças (Triplice Aliança e Triplice Entente).
7. Identifica as causas próximas do início da Primeira Guerra Mundial.
8. Distingue as diferentes fases da Guerra (Guerra de movimentos e guerra das Trincheiras).
9. Explica as condições impostas aos países vencidos, em particular à Alemanha
10. Identifica as grandes transformações do pós guerra na Europa
11. Justifica o aparecimento da Sociedade das Nações.
12. Explica as transformações verificadas na Europa e nos Estados Unidos da América na década de 20 do século XX.

Imagem 8 – Lista de tópicos a serem estudados para o teste de 24/10/2012 (construção Prof. Isabel Pedro).

Os alunos colocaram dúvidas, sobre os diferentes assuntos, que foram esclarecidas pela Professora, que teve o cuidado de abordar todos os tópicos, mesmo aqueles sobre os quais os alunos não colocaram questões.

Na aula de 26/10/2012, a nº 17 (45 minutos), assistimos à entrega e correcção do teste sumativo. Houve 6 negativas e a Professora chamou à atenção de todos os alunos, para a necessidade de existir um maior investimento no estudo dedicado à disciplina.

Posteriormente procedeu-se à correcção do teste chamando à participação, em especial, os alunos que tiveram negativa.

Sendo já o 2º semestre que a Professora Cooperante Isabel Pedro supervisiona o nosso estágio, já nos habituou a um estilo muito próprio assente num conhecimento científico apurado dos conteúdos que apresenta e num domínio completo da turma, conseguido pelo binómio firmeza e empatia - todos os alunos nutrem um enorme respeito e simpatia por ela.

3.2. A planificação na disciplina de História

Para nós, planificar é importante e deverá ser uma prática corrente porque, o professor lida com um conjunto de conteúdos programáticos que deve transmitir aos seus alunos, procurando através dessa transmissão desenvolver uma série de capacidades e competências⁹².

Na escola planificar é indispensável. Toda a comunidade educativa, em particular professores e alunos, precisa saber, em cada ano lectivo, o que se vai fazer. Planificando podemos rentabilizar esforços e recursos, sempre escassos nas nossas escolas. Esta tarefa é de grande importância pois permite aumentar a qualidade do ensino. Cada professor, na sua prática, deve ter em consideração o que Miguel Zabalza refere:

“A escola é a unidade básica de referência para o desenvolvimento do currículo. Para o efeito, esboça as linhas gerais da adaptação do programa às exigências do contexto social, institucional e pessoal, e define as prioridades. Será, porém, o professor a concretizar, com a sua actuação prática, essas previsões. E só ele poderá adoptar as decisões já antes referidas. Ele realiza a síntese do geral (programa), do situacional (programação escolar) e do contexto imediato (o contexto da aula e os conteúdos específicos ou tarefas).”⁹³

Segundo Miguel Monteiro, é na planificação das suas aulas que o professor se revela. É importante que um professor sem experiência tenha uma clara compreensão da importância da transposição didáctica dos conteúdos científicos. Uma estratégia descrita circunstanciadamente, implica uma reflexão sobre a escolha e o tratamento dos recursos bem como as actividades destinadas aos professores e alunos. Contudo, o professor deve estar consciente que uma planificação é um plano de intenções e não tem um carácter rígido⁹⁴.

Nas nossas planificações procuramos estabelecer um todo coerente e lógico que fizesse sentido. Apoiámo-nos no Manual para seguir a sequência dos conteúdos, porque ele continua a ser muito importante como instrumento de trabalho e de estudo para alunos e professores.

⁹² Maria Cândida Proença- **Didáctica da História**. Lisboa: Universidade Aberta, 1989, p.176.

⁹³ Miguel Zabalza - **Planificações e desenvolvimento curricular na escola**, Porto: Edições Asa, 2000, p.46.

⁹⁴ Miguel Corrêa Monteiro- **Didáctica da História**, Lisboa: Plátano Edições, 2001, p. 32.

Não existindo receitas pré-determinadas para a construção de planificações, o professor tem a oportunidade de estabelecer o seu plano, isto é, a grelha com que melhor se identifica. Pode até ser de construção muito simples, desde que contenha tudo o que o professor planeia realizar com os seus alunos.

Contudo, ser simples não significa ausência de regras, sendo aconselhável ter um auxiliar na construção das planificações, quer elas sejam de unidade didáctica (médio prazo) ou de aula (curto prazo), pelo que seguimos, como referência geral, o indicado na figura a seguir indicada.

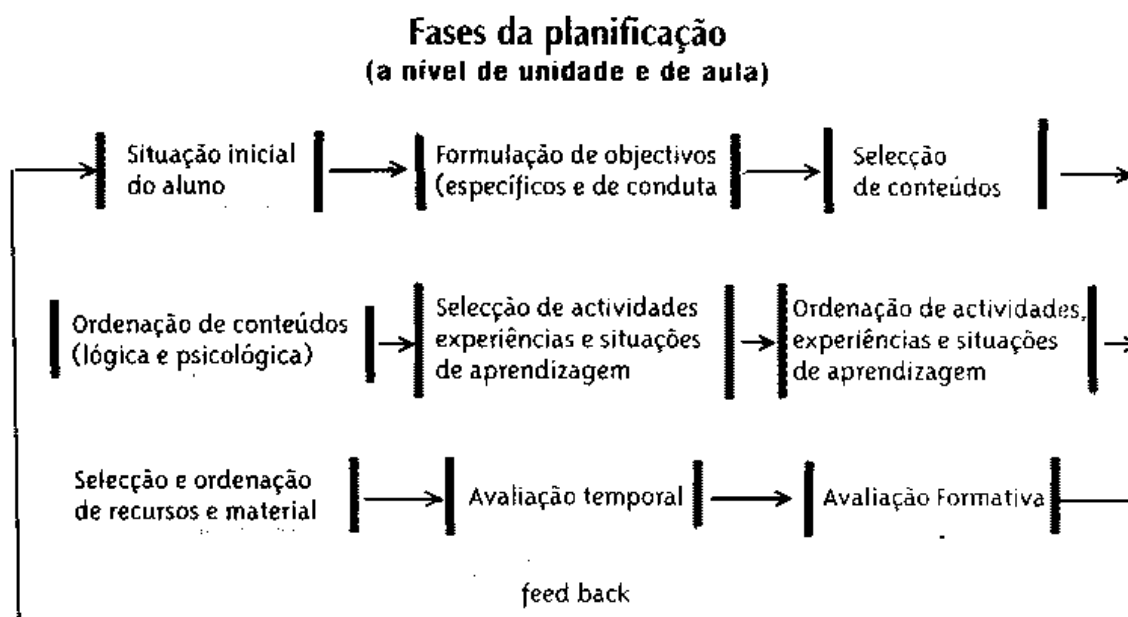


Imagem 9 – Fases da planificação. Esquema de Miguel Corrêa Monteiro⁹⁵

Com estas aulas procurámos que o ensino da História fosse uma mais-valia para a aprendizagem dos alunos, contribuindo para uma postura crítica, para a capacidade de formular juízos com conhecimento de causa, fundamentados num saber efectivo, não doutrinador nem facilitista, no rigor científico e em exigências de ética e de cidadania de procura da verdade e de compreensão de outros pontos de vista.

⁹⁵Miguel Corrêa Monteiro, *op. cit.*, p.34.

As nossas planificações tiveram em linha de conta um importante objectivo, a orientação para um constante desenvolvimento das capacidades de análise e crítica reflexiva dos alunos. Não esquecendo que a transmissão dos conteúdos curriculares, deve acontecer de forma activa, qualquer que seja a disciplina, promovendo a motivação dos alunos para atingirem uma boa formação cívica e moral. As planificações de médio prazo que construímos, tiveram por base a planificação anual estabelecida pelo grupo disciplinar de História, constituída pelos seis quadros que apresentamos nas páginas seguintes.

Escola Secundária de Camilo Castelo Branco

HISTÓRIA
Planificação a Longo Prazo
9º Ano – Ano Letivo 2012/2013

Competências	Conteúdos/Unidades Didáticas	Conceitos	Experiências de aprendizagem	Avaliação	Tempos (45 m)
Tratamento de Informação/utilização de fontes (CG) - Pesquisar, seleccionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável.	APRESENTAÇÃO 1.1. <i>Hegemonia e declínio da influência europeia.</i> 1. Imperialismo e colonialismo: a partilha do mundo: <ul style="list-style-type: none"> As exigências do crescimento industrial e a corrida às áreas de influência; O imperialismo europeu; A questão do mapa Cor-de-Rosa Os impérios coloniais europeus nos finais do século XIX. 2. A 1ª Grande Guerra: <ul style="list-style-type: none"> Rivalidade económica e nacionalismos; a política de alianças; O início do conflito na Europa; O primeiro conflito à escala mundial; As novas armas e as suas consequências; A derrota dos impérios; Uma paz precária: o novo mapa político mundial; a Sociedade das Nações. 	Imperialismo Colonialismo Racismo	Exposição dialogada para estimular a participação dos alunos;	Teste diagnóstico	2
			Seleccionar conhecimentos através do uso do Manual;	Observação directa	3
			Utilização de imagens em diferentes suportes (transparências, objectos, data show, etc.)	Participação oral	4
			Visionamento de documentários e filmes;	TPC	
			Análise e compreensão	Trabalhos individuais e de grupo	
				Fichas formativas	

Quadro 2 - Planificação Anual – Fonte: Grupo Disciplinar de História da Escola Secundária de Camilo Castelo Branco.

<p>Inferir conceitos históricos a partir da interpretação e análise cruzada de fontes com linguagem e mensagens variadas (textos, imagens, mapas e plantas, tabelas cronológicas, gráficos e quadros).</p>	<p>3. As transformações do pós-guerra no mundo ocidental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os efeitos da guerra; • O fim da supremacia europeia; • O modelo americano: produção em massa e crescimento acelerado; • A competitividade e os monopólios. 	<p>Fordismo Taylorismo Estandarização Monopólio Inflação</p>	<p>são de mapas, cronologias, gráficos e quadros. Realização de fichas de trabalho e de fichas formativas;</p>	<p>Teste Sumativo</p>	<p>4</p>
<p>Compreensão Histórica. (CCG) - Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano.</p>	<p><i>1.2. Portugal: Da 1ª República à Ditadura Militar.</i></p> <p>1. Crise e queda da monarquia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O clima de crise: o descontentamento das classes médias e do operariado; • Difusão das doutrinas socialistas e republicanas; • A revolução republicana. 	<p>Ultimato Republicanismo</p>	<p>Realização de trabalhos individuais e de grupo;</p>	<p>Teste Sumativo</p>	<p>2</p>
<p>Temporalidade</p> <p>Identifica e caracteriza fases relevantes da evolução histórica e grandes momentos de ruptura.</p>	<p>2. A 1ª República:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizações e dificuldades da acção governativa; • A reacção autoritária e a ditadura militar. 	<p>Partido político Ditadura militar</p>			<p>5</p>
<p>Localiza no tempo eventos e processos, distinguindo ritmos de evolução em sociedades diferentes e no interior de uma mesma sociedade, estabelecendo relações entre passado e presente, aplicando noções emergentes de multiplicidade causal.</p>	<p><i>1.3. Sociedade e Cultura num Mundo em mudança.</i></p> <p>1. As mudanças na estrutura social e nos costumes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O peso crescente das classes médias; • A alteração ao estatuto da mulher; • A cultura de massas; • Os novos meios de comunicação; • Alterações do código social e 	<p>Feminismo Cultura de massas Mass média</p>			<p>4</p>

Quadro 3 - Planificação Anual (continuação) – Fonte: Grupo Disciplinar de História da Escola Secundária de Camilo Castelo Branco.

Espacialidade	moral;	Ciências Humanas	Exposição dialogada para estimular a participação dos alunos;	Teste sumativo Autoavaliação	2
<p>Localiza no espaço, com recurso a formas diversas de representação espacial, diferentes aspectos das sociedades humanas em evolução e interacção, nomeadamente, alargamento de áreas habitadas/fluxos demográficos, organização do espaço urbano e arquitectónico, áreas de intervenção económica, espaço de dominação política e militar, espaço de expansão cultural e linguística, fluxos/circuitos comerciais, organização do espaço rural, estabelecendo relações entre a organização do espaço e os condicionamentos físico-naturais.</p>	<p>2. Os novos caminhos da ciência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A revolução das ciências físicas; • Os progressos nas ciências humanas. <p>4. Ruptura e inovação nas artes e na literatura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Multiplicidade de experiências artísticas e literárias; • O nascimento da nova arquitectura. <p><i>J.1. As dificuldades económicas dos anos 30.</i></p> <p>1. A grande crise do capitalismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dimensão mundial da crise; • Os problemas sociais; desemprego e proletarianização; <p>2. A intervenção do Estado na Economia.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O New Deal nos Estados Unidos; <p><i>J.2. Entre a Ditadura e a Democracia.</i></p>	<p>Superprodução Deflação Depressão económica</p>	<p>Suportes (transparências, objectos, etc.);</p>	<p>1</p>	1
<p>Contextualização</p> <p>Distingue, numa dada realidade, os aspectos demográficos, económicos, sociais, políticos e culturais e estabelece conexões e inter-relações entre eles;</p> <p>Interpreta o papel dos indivíduos e dos grupos na dinâmica social;</p>	<p>1. Os regimes fascista e nazi:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A consolidação do fascismo em Itália; • O totalitarismo hitleriano na Alemanha. <p>2. Portugal: a ditadura salazarista:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A edificação do «Estado Novo»; • Corporativismo e colonialismo. <p>3. A era estalinista na U.R.S.S.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Rússia nas vésperas da revolução; • A revolução burguesa; • A revolução bolchevique; • A Nova Política Económica. 	<p>Fascismo Corporativismo Nazismo Totalitarismo Anti-semitismo Estado Novo</p>	<p>Visionamento de documentários e filmes;</p> <p>Análise e compreensão de mapas, cronologias, gráficos e quadros.</p>	<p>4</p>	4
		<p>Comunismo Marxismo-leninismo Bolchevique Nacionalização Ditadura do Proletariado</p>	<p>Realização de fichas de trabalho e de fichas formativas.</p>	<p>3</p>	3

Quadro 4 - Planificação Anual (continuação) – Fonte: Grupo Disciplinar de História da Escola Secundária de Camilo Castelo Branco.

Reconhece a simultaneidade de diferentes valores e culturas e o carácter relativo dos valores culturais em diferentes espaços e tempos históricos;	<ul style="list-style-type: none"> • Coletivização e planificação da economia; • A violência totalitária. 	Economia planificada Coletivização Culto da personalidade			4
Relaciona a história europeia e mundial, abordando a especificidade do caso português;	4. As dificuldades das democracias parlamentares: <ul style="list-style-type: none"> • Grã-Bretanha: o governo de unidade nacional; • França: a efémera unidade de esquerda; • Espanha: a vitória republicana e o levantamento nacionalista; a guerra civil. 	Frete popular Reformismo			
Aplica os princípios básicos da metodologia específica da História.	<i>I.3. A 2ª Guerra Mundial.</i>				
Comunicação em História.	1. O desenvolvimento do conflito: <ul style="list-style-type: none"> • Da paz armada à mundialização da guerra; • A Europa sob o domínio nazi; • A derrota alemã e o aniquilamento do Japão. 	Genocídio Resistência		Teste sumativo	2
(CG) - Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar.	2. Os caminhos da paz: <ul style="list-style-type: none"> • Alterações no mapa político mundial; • A procura de uma paz duradoura: a ONU. 				3
Usar correctamente a língua portuguesa para comunicar adequadamente e para estruturar o pensamento próprio.	<i>L.1. O Mundo saído da guerra.</i>				2
Utiliza diferentes formas de comunicação escrita na produção de narrativas, sínteses, relatórios e pequenos trabalhos temáticos, aplicando o vocabulário específico da História na descrição, no relacionamento e na explicação dos diferen-	1. Reconstrução e política de blocos: <ul style="list-style-type: none"> • A hegemonia americana e a expansão do mundo socialista; • O antagonismo dos grandes blocos: a «guerra fria». 2. A recusa da dominação europeia: <ul style="list-style-type: none"> • os primeiros movimentos de inde- 	Guerra Fria Autodeterminação Luta de libertação nacio-		Teste sumativo Autoavaliação	4 2 1

Quadro 5 - Planificação Anual (continuação) – Fonte: Grupo Disciplinar de História da Escola Secundária de Camilo Castelo Branco.

tes aspectos das sociedades da História Mundial. Desenvolve a comunicação oral, envolvendo os alunos na narração/explicação e participação em debates, colóquios, mesas-redondas, painéis, apresentação oral de trabalhos temáticos. Enriquece a comunicação oral através da análise e produção de materiais iconográficos (gravuras, fotografias, videogramas) e, ainda, plantas/mapas, gráficos, tabelas, quadros, filmes cronológicos, organogramas, genealogias, esquemas, dominando os códigos que lhe são específicos. Recria situações históricas e exprime ideias e situações, sob a forma plástica, dramática ou outra.	pendência. <i>I.2. As transformações do mundo contemporâneo.</i> 1. O dinamismo económico dos países capitalistas: • O poderio americano; • O «milagre» japonês; • Nascimento e expansão da Comunidade Europeia. 2. As sociedades ocidentais em transformação: • O alargamento do terciário; a sociedade do bem-estar e a atracção do consumo; • Os problemas da juventude; a situação das minorias. 3. O mundo comunista: desenvolvimento, bloqueios e rupturas: • Unidade e diversidade dos países socialistas; • A evolução da U.R.S.S.; • A crise do modelo leninista. 4. O Terceiro Mundo • A independência política e a dependência económica; 5. As novas relações internacionais: • O diálogo Norte-Sul; • a defesa da paz. 6. Os desafios do nosso tempo <i>L.3. Portugal: do Autoritarismo à Demo-</i>	nal Descolonização Terceiro Mundo Neocolonialismo			1
		Sociedade multinacional Pleno emprego Sociedade de consumo Sociedade de abundância Qualidade de vida			3
		Democracia Popular Maoísmo			2
					1
					2

Quadro 6 - Planificação Anual (continuação) – Fonte: Grupo Disciplinar de História da Escola Secundária de Camilo Castelo Branco.

<p>1. A perpetuação do autoritarismo e a luta contra o regime:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A recusa da democratização; • O tardio desenvolvimento económico; • A oposição democrática; • Os movimentos de independência e a guerra colonial; • O Marcelismo: a liberalização fraccassada. 	<p>Democratização Autonomia regional Poder autárquico Descentralização</p>	5
<p>2. Portugal democrático:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Revolução de Abril e o processo revolucionário; • As novas instituições democráticas; • Independência das colónias e o retorno de nacionais; • Os problemas do desenvolvimento económico; • A integração europeia. 		5
	<p>Teste sumativo</p> <p>Autoavaliação</p>	2
		1

Quadro 7 - Planificação Anual (continuação) – Fonte: Grupo Disciplinar de História da Escola Secundária de Camilo Castelo Branco.

Na planificação anual interessa, fundamentalmente, conjugar os vários conteúdos de ensino com o tempo disponível para a sua leccionação. Como já referimos esta é da responsabilidade do grupo disciplinar e deve, preferencialmente, ser elaborada com a contribuição de todos os professores do grupo. A partir desta construímos a nossa planificação de médio prazo, referente à nossa unidade didáctica - *Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar*. Esta obedeceu, nos seus pontos fundamentais, à planificação anual do grupo disciplinar e obteve a aprovação da Professora Cooperante.

No nosso plano de médio prazo estão estabelecidos os objectivos/competências, os conteúdos e o tempo programado para leccionar toda a unidade. Esta planificação apresenta em traços largos: conceitos/noções importantes; estratégias/actividades possíveis; recursos necessários; itens a serem avaliados.

De acordo com o que Maria Cândida Proença refere:

“O plano a médio prazo (plano de uma unidade didáctica) é a trave mestra da planificação do ensino, e, bem elaborado, pode substituir a planificação a curto prazo (uma aula). Se ao planificarmos a médio prazo, indicarmos o tempo aula a aula, evitaremos a elaboração do plano a curto prazo que apenas se tornará necessário quando da realização de estratégias especiais que necessitem de uma minuciosa explicitação.”⁹⁶

Apesar de concordarmos com estas afirmações, no nosso caso, de professores em formação, não devemos queimar etapas. Para nós, cada aula é um caso especial a necessitar da nossa máxima atenção. Isto não significa que a planificação de médio prazo deixe de ser importante. Ela é o nosso ante-projecto das aulas que queremos leccionar e dele nascem, quase naturalmente, as nossas planificações de aula ou de curto prazo. A nossa planificação de médio prazo é composta por dois quadros que apresentamos nas páginas seguintes.

⁹⁶ Maria Cândida Proença - **Didáctica da História**, Lisboa: Universidade Aberta, 1989, p.181.

. ESCOLA SECUNDÁRIA / 3 DE CAMILO CASTELO BRANCO
HISTÓRIA
PLANIFICAÇÃO A MÉDIO PRAZO
9º ANO
ANO LECTIVO 2012/2013

Competências	Conteúdos	Tempo	Conceitos	Estratégias de aprendizagem	Avaliação
<p>Tratamento de informação/utilização de fontes Utiliza metodologia específica da História: participa na selecção de informação adequada aos temas em estudo. Distingue fontes de informação histórica diversas. Interpreta documentos com mensagens diversificadas. Formula hipóteses de interpretação de factos históricos e utiliza conceitos e generalizações na compreensão de situações históricas.</p> <p>Temporalidade Identifica e caracteriza as principais fases da evolução histórica e os grandes momentos de ruptura do processo evolutivo. Desenvolve a noção de multiplicidade temporal, localiza no tempo eventos e processos, distingue ritmos de evolução em sociedades diferentes e no interior de uma mesma sociedade, estabelece relações entre passado e presente. Elabora representações gráficas do tempo em que se registam diversos aspectos (guerra, política, aspectos sociais, etc.). Domina unidades de referência temporal com ênfase para milénio, século, quarto de século e década e respectiva ordenação.</p> <p>Contextualização Distingue, numa dada realidade, os aspectos de ordem demográfica, económica, social, política e cultural e estabelece relações entre eles. Interpreta o papel dos indivíduos e dos grupos na dinâmica social. Reconhece a simultaneidade de diferentes valores e culturas e o carácter relativo dos valores culturais em diferentes espaços e tempos históricos. Relaciona a história nacional com a história universal, abordando a especificidade do caso português.</p> <p>Comunicação em História Utiliza diferentes formas de comunicação oral ou escrita, aplicando o vocabulário específico da história, com o uso correcto da língua portuguesa.</p>	<p>TEMA I</p> <p>A EUROPA E O MUNDO NO LIMAR DO SÉCULO XX</p> <p>2. Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar</p> <p>2.1. Crise e queda da Monarquia: O clima de crise</p>	<p>90'</p> <p>45'</p>	<p>Ultimato</p> <p>Republicanismo</p>	<p>Exposição dialogada – método pedagógico</p> <p>Levantamento prévio do conhecimento dos alunos (Brainstorming)</p> <p>Leitura e análise de fontes históricas ou de textos historiográficos de natureza diversa</p> <p>Elaboração e análise de tabelas cronológicas e/ou de Mapas</p> <p>Análise de dados quantitativos em quadros e gráficos</p> <p>Elaboração de sínteses, com correção linguística e com a utilização, de forma adequada, da terminologia específica</p>	<p>Participação oral</p> <p>Realização de tarefas individualmente e/ou a pares.</p> <p>Síntese: capacidade de identificar os pontos-chave da aula</p>

Quadro 8 - Planificação de médio prazo.

Competências	Conteúdos	Tempo	Conceitos	Estratégias de aprendizagem	Avaliação
<p>Tratamento de informação/utilização de fontes Utiliza metodologia específica da História: participa na selecção de informação adequada aos temas em estudo. Distingue fontes de informação histórica diversas. Interpreta documentos com mensagens diversificadas. Formula hipóteses de interpretação de factos históricos e utiliza conexões e generalizações na compreensão de situações históricas.</p> <p>Temporalidade Identifica e caracteriza as principais fases da evolução histórica e os grandes momentos de ruptura do processo evolutivo. Desenvolve a noção de multiplicidade temporal, localiza no tempo eventos e processos, distingue ritmos de evolução em sociedades diferentes e no interior de uma mesma sociedade, estabelece relações entre passado e presente. Elabora representações gráficas do tempo em que se registam diversos aspectos (guerra, política, aspectos sociais, etc.). Domina unidades de referência temporal com ênfase para milénio, século, quarto de século e década e respectiva ordenação.</p> <p>Espacialidade Localiza e situa no espaço, com recurso a formas diversas de representação espacial, diferentes aspectos das sociedades humanas em evolução e interacção.</p> <p>Contextualização Distingue, numa dada realidade, os aspectos de ordem demográfica, económica, social, política e cultural e estabelece relações entre eles. Interpreta o papel dos indivíduos e dos grupos na dinâmica social. Reconhece a simultaneidade de diferentes valores e culturas e o carácter relativo dos valores culturais em diferentes espaços e tempos históricos. Relaciona a história nacional com a história universal, abordando a especificidade do caso português.</p> <p>Comunicação em História Utiliza diferentes formas de comunicação oral ou escrita, aplicando o vocabulário específico da história, com o uso correcto da língua portuguesa.</p>	<p>2.2. A 1ª República</p> <p>A Revolução de 5 de Outubro de 1910; O governo provisório e as realizações do regime republicano.</p>	90'	Partido político	Exposição dialogada – método pedagógico Levantamento prévio do conhecimento dos alunos (Brainstorming) Leitura e análise de fontes históricas e de textos historiográficos de natureza diversa	Participação oral Realização de tarefas individualmente e/ou a pares.
	Realizações e dificuldades da acção governativa: as dificuldades políticas, económicas e sociais.	45'	Democracia Parlamentar	Elaboração e análise de tabelas cronológicas e/ou de Mapas Análise de dados quantitativos em quadros e gráficos	Síntese: capacidade de identificar os pontos-chave da aula
	A reacção autoritária e a ditadura militar.	90'	Ditadura militar	Elaboração de sínteses, com correcção linguística e com a utilização, de forma adequada, da terminologia específica	Teste sumativo

Quadro 9 - Planificação de médio prazo - continuação.

3.2. A descrição das aulas leccionadas

As nossas aulas foram leccionadas entre 31/10/2012 e 28/11/2012⁹⁷, dentro do horário da turma, e trataram a unidade didáctica 9.3. – Portugal: da I República à Ditadura Militar, englobada no TEMA 9 - A EUROPA E O MUNDO NO LIMAR DO SÉCULO XX, do programa de História do 9º ano⁹⁸.

Nas nossas planificações introduzimos estratégias/actividades, que na nossa óptica, iriam despertar o interesse e a franca participação dos alunos sem, no entanto, descurar o cumprimento das regras de sala de aula. Importa referir que todas as aulas leccionadas, foram alvo da observação atenta da Professora Cooperante.

Queremos referir que tentámos sempre promover um espaço psico-pedagógico onde impere a comunicação, a inclusão e o respeito pelo outro. Consideramos imprescindível que exista “na aula um clima favorável ao estabelecimento do diálogo. Através do diálogo o aluno toma consciência do outro,” possibilitando que “se habitue a ouvir o outro e a transmitir também a sua opinião.”⁹⁹ No espaço psico-pedagógico a comunicação, em todos os sentidos, ocupa, para nós, um lugar primordial. Quando ela vigora tudo pode acontecer, principalmente saber que se ensina e saber que se aprende.

Para facilitar a nossa relação com as alunas e os alunos da turma D, conseguimos em pouco tempo decorar os seus nomes. Desta forma, a proximidade entre professor e alunos acontece mais rapidamente. Sendo a nossa passagem pela turma tão fugaz, este é um factor de extrema importância, pois temos pouco tempo para estabelecer uma boa relação entre professor e alunos, como tal, este exercício de rápida adaptação do professor à turma é muito relevante para que as aulas sejam um espaço de verdadeiro ensino-aprendizagem.

Os dois primeiros blocos leccionados, **aulas nºs 18 e 19**, aconteceram em 31/10/2012, entre as 08h15 e as 09h45, na sala D.1.29 (as aulas decorrem sempre na mesma sala). Iniciámos os trabalhos pelas apresentações, começando pelo professor

⁹⁷ Ver Anexo 6, Quadro síntese do trabalho realizado, p. 125.

⁹⁸ Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica - **Programa de História. Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem**. Ensino Básico 3º Ciclo, Volume II, 4ª edição, Lisboa: Ministério da Educação, 1994, p. 66.

⁹⁹ Maria Cândida Proença - **Ensinar/Aprender História – Questões de didáctica aplicada**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p.124.

que fez referência ao facto de ser professor em formação. Depois cada aluno fez a sua apresentação, referindo a idade e as suas preferências disciplinares. Como refere Miguel Monteiro é fundamental que o professor conheça os seus alunos. As apresentações (ele incluído) servem para criar um ambiente propício à comunicação. Neste primeiro contacto, o professor deve ser sincero e autêntico. Se estiver em estágio, esse facto deve ser explicado numa perspectiva profissionalizante, isto é, ninguém nasce ensinado. Se a primeira impressão causada aos alunos for favorável é meio caminho andado para o estabelecimento de um processo empático que analisado em si mesmo, é um fenómeno bastante complexo¹⁰⁰.

Foram apresentados, genericamente, os conteúdos da unidade didáctica fazendo simultaneamente um levantamento das ideias prévias dos alunos, relativamente aos assuntos que iam sendo referidos. Sentimos uma boa adesão aos assuntos, alguns deles eram já do conhecimento dos alunos, como por exemplo o Ultimato inglês de 1890 ou a participação de Portugal na I Guerra Mundial. No entanto, não tinham presente de que à data do Ultimato o nosso país tinha um regime monárquico e à data da I Guerra Mundial era já uma república.

A actividade estruturante destas duas aulas foi a leitura e interpretação do discurso de Afonso Costa, deputado republicano, realizado em 20/11/1906 na câmara dos deputados¹⁰¹. Estando indicado na planificação o Ultimato como conceito/noção a ser trabalhado, não o fizemos pois os alunos já o dominavam e considerámos mais significativo analisar a situação política, económica e social vivida em Portugal na transição do séc. XIX para o séc. XX. O respectivo sumário foi: Crise e queda da Monarquia: o clima de crise.

Sendo aulas em que alunos e professor se analisavam mutuamente, foi importante a introdução desta actividade de leitura e interpretação, que permitiu uma inter-relação calma em que todos os alunos leram e foram chamados a interpretar, comentar e encontrar paralelismos com a actualidade. Foi dada atenção à cidadania: foram indicadas as entidades que governavam o país à época, de que forma o faziam e que tipo de controlo era possível exercer sobre esse poder governativo. Foi dada uma ficha como tarefa para casa, a qual apelava ao espírito crítico dos alunos, na

¹⁰⁰, Miguel Corrêa Monteiro - **Didáctica da História**. Lisboa: Plátano Edições, 2001, p. 33.

¹⁰¹ Ver Anexo 7, Discurso de Afonso Costa (excerto), p. 128.

interpretação de dois pequenos textos que nos apresentam o regicídio com visões completamente antagónicas¹⁰².

Sentimos que foram aulas bastante produtivas e positivas pela adesão, interesse e participação espontânea dos alunos, onde se evidenciaram os alunos n.ºs 1, 9, 11, 13, 16 e 19. Referimos como situação negativa a extensão do discurso (apesar de já ser um excerto), não pelo tempo dedicado à actividade mas por termos mantido algumas partes com alguma complexidade. Apresentamos, na página seguinte, a planificação destas duas aulas.

¹⁰² Ver Anexo 8, Ficha de Trabalho sobre o Regicídio, p.129.

Tema I: A EUROPA E O MUNDO NO LIMAR DO SÉCULO XX
Aulas nºs: 18 e 19
Disciplina: História; Turma 9º D
SUMÁRIO: Crise e queda da Monarquia: o clima de crise.

31 de Outubro 2012

Competências específicas	Conteúdos	Conceitos	Estratégias de aprendizagem	Tempo	Recursos	Avaliação
<p>Tratamento de Informação/Utilização de Fontes: Utiliza metodologia específica da História: participa na seleção de informação adequada aos temas em estudo.</p> <p>Distingue fontes de informação histórica diversas.</p> <p>Interpreta documentos com mensagens diversificadas.</p> <p>Formula hipóteses de interpretação de factos históricos e utiliza conceitos e generalizações na compreensão de situações históricas.</p> <p>Compreensão Histórica: Temporalidade Identifica e caracteriza as principais fases da evolução histórica e os grandes momentos da ruptura do processo evolutivo.</p> <p>Desenvolve a noção de multiplicidade temporal, localiza no tempo eventos e processos, estabelece relações entre passado e presente.</p> <p>Elabora representações gráficas do tempo em que se registam diversos aspectos (guerra, política, aspectos sociais, etc.).</p> <p>Domina unidades de referência temporal com ênfase para milénio, século, quarto de século e década e respectiva ordenação.</p> <p>Contextualização Distingue, numa dada realidade, os aspectos de ordem demográfica, económica, social, política e cultural e estabelece relações entre eles.</p> <p>Interpreta o papel dos indivíduos e dos grupos na dinâmica social.</p> <p>Comunicação em História: Utiliza diferentes formas de comunicação oral ou escrita, aplicando o vocabulário específico da história, com o uso correcto da língua portuguesa.</p>	<p>2. Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar</p> <p>2.1 Crise e queda da Monarquia:</p> <p>- O clima de crise.</p>	<p>Ultimato</p>	<p>Exposição dialogada – método pedagógico</p> <p>Chamada e sumário</p> <p>Apresentação dos conteúdos</p> <p>Leramntamento das ideias prévias dos alunos (Brainstorming), sobre os assuntos a tratar</p> <p>Construção, ao longo da aula, de um friso cronológico com os acontecimentos marcantes do período estudado</p> <p>Leitura e interpretação do gráfico 1, 4</p> <p><i>Balança comercial portuguesa entre 1890 e 1910</i>, a fornecer aos alunos</p> <p>Leitura, interpretação e discussão do Discurso (excerto) de Afonso Costa, na Câmara dos Deputados em 20 de Novembro de 1906, a fornecer aos alunos</p> <p>Inter-reacionar os pontos salientados no discurso com outros acontecimentos do período em estudo – <i>Ditadura de João Franco e Regicídio</i></p> <p>Indicação de TPC: Leitura de dois excertos com perspectivas diferentes sobre o Regicídio, a distribuir aos alunos, e resposta a três questões, sobre os mesmos</p> <p>Realização da síntese da aula</p>	<p>5'</p> <p>5'</p> <p>15'</p> <p>10'</p> <p>5'</p> <p>25'</p> <p>15'</p> <p>5'</p>	<p>Quatro</p> <p>Caderno diário</p> <p>Manual escolar</p> <p>adotado</p> <p>Caderno de actividades</p> <p>Documentos fornecidos aos alunos</p>	<p>Participação oral</p> <p>Realização de tarefas individualmente e/ou a pares.</p> <p>Síntese: capacidade de identificar os pontos-chave da aula</p>

Quadro 10 – Planificação de curto prazo – Aulas nºs 18 e 19.

A aula nº 20 aconteceu no dia 02/11/2012 entre as 09h00 e as 09h45, na qual o sumário foi: A difusão dos ideais socialistas e republicanos em Portugal no século XIX. Realizámos uma síntese dos conteúdos da aula anterior e a correcção da tarefa para casa, actividades efectuadas no quadro com a participação dos alunos. O republicanismo foi conceito estruturante desta aula. Utilizámos, de início, um método mais expositivo, apoiado no manual, página 42¹⁰³, e apelando à intervenção dos alunos, dando primazia aos que menos tinham participado nas aulas anteriores. A aula acabou por decorrer, deliberadamente, centrada na realização e correcção de uma ficha de trabalho¹⁰⁴, distribuída pelo professor, onde se questionava o que era a república e o socialismo, à época. A nossa prática foi sempre no sentido de apresentar os conteúdos, de orientar as tarefas e de promover alguma discussão. No sentido da educação para a cidadania procurámos que os alunos, numa perspectiva actual, questionassem e refletissem a distinção entre ideologia e prática dos partidos políticos.

Foi uma aula conseguida, contudo, menos produtiva e com os alunos um pouco mais agitados. Somos de opinião que as aulas de 45 minutos não permitem o desenvolvimento de tarefas mais demoradas ou mais complexas. A situação agrava-se se a aula for nos segundos 45 minutos, o que acarreta que a mesma terá no máximo 35 minutos de duração (somando o tempo que o professor anterior demora a sair, mais o tempo que os alunos demoram a trocar os materiais e a concentrar-se na nova disciplina, o tempo útil de trabalho é realmente pouco). Apresentamos a planificação da aula nº 20 na página seguinte.

¹⁰³ Ver Anexo 9, página 42 do Manual, p. 130.

¹⁰⁴ Ver Anexo 10, Ficha de Trabalho sobre os Partidos, p.131.

Tema I: A EUROPA E O MUNDO NO LIMAR DO SÉCULO XX

Aula nº: 20

Disciplina: História; Turma 6º D

SUMÁRIO: A difusão dos ideais socialistas e republicanos, em Portugal no século XIX.

02 de Novembro 2012

Competências específicas	Conteúdos	Conceitos	Estratégias de aprendizagem	Tempo	Recursos	Avaliação
<p>Tratamento de Informação/Utilização de Fontes: Utiliza metodologia específica da História: participa na seleção da informação adequada aos temas em estudo. Interpreta documentos com mentalidade divergente da.</p> <p>Compreensão Histórica: Temporalidade Identifica e caracteriza as principais fases da evolução histórica e os grandes momentos da ruptura do processo evolutivo.</p> <p>Desenvolve a noção da multiplicidade temporal, localiza no tempo eventos e processos, estabelece relações entre passado e presente.</p> <p>Domina unidades de referência temporal com ênfase para milénio, século, quarto de século e década e perspectiva ordenação.</p> <p>Contextualização Distingue, numa dada realidade, os aspectos de ordem demográfica, económica, social, política e cultural e estabelece relações entre eles.</p> <p>Interpreta o papel dos indivíduos e dos grupos na dinâmica social.</p> <p>Comunicação em História: Utiliza diferentes formas de comunicação oral ou escrita, aplicando o vocabulário específico da história, com o uso correcto da língua portuguesa.</p>	<p>2. Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar</p> <p>2.1 Crise e queda da Monarquia:</p> <p>- A difusão dos ideais socialistas e republicanos.</p>	<p>Republicanismo</p>	<p>Exposição dialogada – método pedagógico</p> <p>Sumário</p> <p>Realização da síntese da aula anterior</p> <p>Correcção do TPC</p> <p>Fundação dos Partidos Republicano e Socialista: datas, ideais e difusão. Exposição do professor em diálogo com os alunos, com o apoio do Manual</p> <p>Resposta a ficha, fornecida aos alunos, em aula e individualmente.</p> <p>Correcção das respostas, em aula, de forma dialogada e integrando diferentes interpretações.</p> <p>Realização da síntese da aula</p>	<p>5'</p> <p>5'</p> <p>5'</p> <p>5'</p> <p>10'</p> <p>10'</p> <p>5'</p>	<p>Quadro</p> <p>Caderno diário</p> <p>Manual escolar adoptado</p> <p>Caderno de actividades</p> <p>Documentos fornecidos aos alunos</p>	<p>Participação oral</p> <p>Realização de tarefas individualmente e/ou a pares.</p> <p>Síntese: capacidade de identificar os pontos-chave da aula</p>

Quadro 11 – Planificação de curto prazo – Aula nº 20.

As **aulas nº 21 e 22** aconteceram no dia 07/11/2012 entre as 8h15 e as 09h45, e foram observadas pelo docente do seminário de Iniciação à Prática Profissional 3, o Professor Doutor Miguel Monteiro, e por dois colegas mestrando, um do 2º ano e o outro do 1º. A observação de aulas de outros mestrandos foi uma prática aconselhada pelo referido docente. Nós seguimos, diversas vezes, esta prática de observarmos aulas dos nossos pares. Esta situação foi bastante formativa ao permitir mais observações, e promover a discussão entre mestrandos, sobre as práticas e estratégias utilizadas por cada um.

O sumário destas aulas foi: A Revolução de 5 de Outubro de 1910. O governo provisório e as realizações do regime republicano. Estas aulas desenvolveram-se baseadas num *powerpoint*, por nós construído e apresentado em sala de aula, que incluímos no *Digital Versatile Disc (DVD)* anexo a este Relatório. Começámos por realizar a síntese dos conteúdos tratados nas aulas anteriores, efectuada no quadro com a participação dos alunos.

Vimos um pequeno vídeo sobre o Regicídio (actividade de consolidação), o qual foi acompanhado por um guião de visionamento¹⁰⁵, previamente distribuído aos alunos, composto por cinco questões, a que deviam responder com informação constante do vídeo. A correcção foi realizada logo após o visionamento, pelos alunos indicados pelo professor, os quais foram ao quadro onde estava a ser projectado o diapositivo com as questões, que estava construído de forma a permitir a integração da escrita das respostas na projecção, situação que foi do agrado de todos os alunos.

A aula continuou com a projecção do *powerpoint* e foi solicitado aos alunos que fizessem, sob a nossa orientação, a interpretação da imagem que apresentamos na próxima página.

¹⁰⁵ Ver Anexo 11, Actividade. – Guião de Visionamento, p. 132.



Imagem 10: Ilustração alusiva à Proclamação da República Portuguesa.¹⁰⁶

Continuámos, dando conta da proclamação da República Portuguesa, em 5 de Outubro de 1910. Os alunos participaram com empenho e interesse na identificação dos novos símbolos da República, os quais se mantêm até hoje, excepto a moeda (o escudo que foi substituído pelo euro em 2002). Estamos a falar do Hino e da Bandeira nacionais, símbolos maiores do nosso País e da nossa consciência colectiva de cidadãos portugueses, com os quais os alunos demonstraram sintonia e grande conhecimento dos significados dos símbolos que compõem a Bandeira.

¹⁰⁶ Disponível em WWW: <URL: www.parlamento.pt/Parlamento/PublishingImages/constitucionalismo/Imagens_grandes/alegoria_repub.jpg> [Consult. em 19 Jun. 2013].

Apresentamos de seguida a planificação destas aulas.

Tema I: A EUROPA E O MUNDO NO FINAL DO SÉCULO XX Aulas nº: 21 e 22 Disciplina: História; Turma 9º D SUMÁRIO: A Revolução de 5 de Outubro de 1910. O governo provisório e as realizações do regime republicano						
07 de Novembro 2012						
Competências específicas	Conteúdos	Conceitos	Estratégias de aprendizagem	Tempo	Recursos	Avaliação
Tratamento de Informação/Utilização de Fontes: Utiliza metodologia específica da História: participa na seleção de informação adequada aos temas em estudo. Interpreta documentos com mensagens diversificadas.	2. Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar		Exposição dialogada – método pedagógico Sumário	5'	Dashow	
Compreensão História: Temporalidade Identifica e caracteriza as principais fases da evolução histórica e os grandes momentos da ruptura do processo evolutivo.	2.2 A 1ª República: - A Revolução de 5 de Outubro de 1910.		Apresentação da síntese das aulas anteriores	5'	Computador	
Desenvolve a noção da multiplicidade temporal, localiza no tempo eventos e processos, estabelece relações entre passado e presente.			Visionamento do vídeo “O Regicídio”	5'	Quadro	Participação oral
Domina unidades de referência temporal com ênfase para milénio, século, quarto de século e década e respectiva ordenação.			Resposta e correcção das questões constantes do guião de observação do vídeo, fornecido aos alunos.	5'	Caderno diário	
Contextualização Distingue, numa dada realidade, os aspectos de ordem demográfica, económica, social, política e cultural e estabelece relações entre eles.			Interpretação da ilustração “A Proclamação da República”.	10'	Manual escolar adaptado	Realização de tarefas individualmente e/ou a pares.
Interpreta o papel dos indivíduos e dos grupos na estrutura social.			Referência aos novos símbolos da República: A bandeira, a moeda e o hino.	10'	Documentos fornecidos aos alunos	
Comunicação em História: Utiliza diferentes formas de comunicação oral ou escrita, aplicando o vocabulário específico da história, com o uso correcto da língua portuguesa.			A Constituição de 1911 e uma breve comparação com a Carta Constitucional de 1826.	10'		Síntese: capacidade de identificar os pontos-chave da aula
			A divisão dos poderes de acordo com a Constituição de 1911.	10'		
			As eleições de 28 de Maio de 1911.	5'		
			Algumas das principais medidas republicanas – interpretação de uma caricatura de Afonso Costa e apoio do Manual.	10'		
			Lançamento de TPC – Ficha de Trabalho sobre os resultados no campo da educação	5'		
			Identificação dos pontos-chave da aula	10'		

Quadro 12 – Planificação de curto prazo – Aulas nºs 21 e 22.

Dialogámos sobre: a Constituição da República Portuguesa de 1911, comparando-a com a Carta Constitucional de 1826; a divisão dos poderes consagrada na nova Constituição; algumas das principais medidas republicanas, como por exemplo a promulgação da controversa Lei de Separação entre o Estado e as Igrejas, cujo principal mentor foi Afonso Costa. Terminámos a aula com o lançamento de uma tarefa para casa¹⁰⁷ com questões no âmbito das medidas republicanas, tomadas na área da educação.

Consideramos terem sido aulas positivas pelo interesse e participação que os alunos dedicaram às actividades por nós propostas, com especial relevo para o facto de que a generalidade dos alunos conhecem e se identificam com os símbolos maiores do nosso País, situação que nos satisfaz por percebermos do seu interesse e assimilação de certos valores de cidadania.

A **aula nº 23** aconteceu no dia 09/11/2012, entre as 09h00 e as 09h45, cujo sumário foi: A 1ª República – realizações e dificuldades da acção governativa: dificuldades políticas, económicas e sociais. Estrutturámos esta aula em torno de algumas das principais medidas da 1ª República, numa exposição dialogada e apoiada no manual, p. 44 e 45¹⁰⁸. Voltámos a frisar a importância da divisão dos poderes para podermos falar de democracia. Analisámos as dificuldades políticas, económicas e sociais sentidas no decurso da 1ª República, através do manual, p. 48¹⁰⁹. Discutimos, ainda, sobre as causas e consequências da intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial, com o apoio do manual, p. 46¹¹⁰.

Sentimos, uma vez mais, nesta aula de 45 minutos a pressão do tempo. Efectivamente, tivemos cerca de 35 minutos de aula com a turma sempre ligeiramente agitada e menos participativa, o que se reflectiu em resultados menos positivos no nosso desempenho.

Percebemos que a aula antes da nossa era da disciplina de francês, da qual a maioria dos alunos afirmou não simpatizar vendo, neste contexto, a disciplina de

¹⁰⁷ Ver Anexo 12, Ficha de trabalho sobre as medidas educativas, p. 133.

¹⁰⁸ Ver Anexo 13, Páginas 44, 45 e 46 do Manual, pp. 134, 135 e 136.

¹⁰⁹ Ver Anexo 14, Página 48 do Manual, p. 137.

¹¹⁰ Ver Anexo 13, Páginas 44, 45 e 46 do Manual, pp. 134, 135 e 136.

história como um momento para descomprimir, situação que tentámos contrariar, mas que acabámos por compreender.

Nesta aula foi importante referir como se aplicam os valores de cidadania num caso prático, a necessidade de todos participarem no esforço de guerra alertando, no entanto, para alguns “descuidos governativos” que conduziram a graves consequências (por exemplo o elevado número de baixas verificado no Corpo Expedicionário Português). Apresentamos na página seguinte a planificação da aula nº 23.

Tema I: A EUROPA E O MUNDO NO LIMAR DO SÉCULO XX

Aula nº: 23

Disciplina: História, Turma 9º D

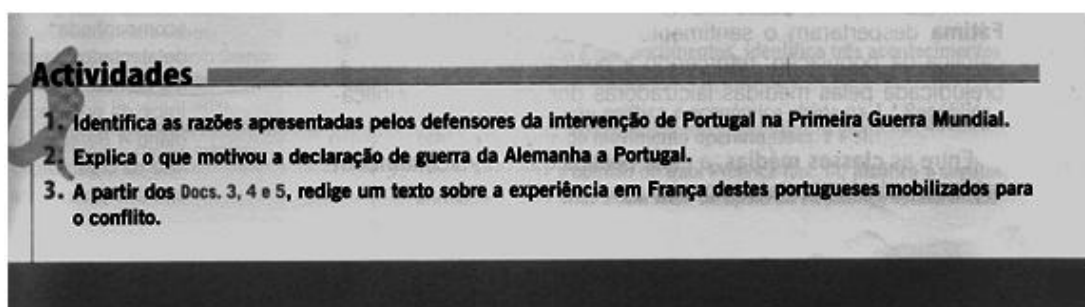
SUMÁRIO: A 1ª República: realizações e dificuldades da ação governativa: dificuldades políticas, económicas e sociais.

09 de Novembro 2012

Competências específicas	Conteúdos	Conceitos	Estratégias de aprendizagem	Tempo	Recursos	Avaliação
<p>Tratamento de Informação/Utilização de Fontes: Utiliza metodologia específica da História: pontua na seleção da informação adequada aos temas em estudo. Interpreta documentos com mentes gerais diversificadas.</p> <p>Compreensão Histórica: Temporalidade Identifica e caracteriza as principais fases da evolução histórica e os grandes momentos da ruptura do processo evolutivo.</p> <p>Desenvolve a noção da multiplicidade temporal, localiza no tempo eventos e processos, estabelece relações entre passado e presente.</p> <p>Domina unidades de referência temporal com ênfase para milénio, século, quarto de século e década e respetiva ordenação.</p> <p>Espacialidade Localiza e situa no espaço, com recurso a formas diversas de representação espacial, diferentes aspectos das sociedades humanas em evolução e interação.</p> <p>Contextualização Distingue, numa dada realidade, os aspectos da ordem demográfica, económica, social, política e cultural e estabelece relações entre eles.</p> <p>Interpreta o papel dos indivíduos e dos grupos na dinâmica social.</p> <p>Comunicação em História: Utiliza diferentes formas de comunicação oral ou escrita, aplicando o vocabulário específico da história, com o uso correcto da língua portuguesa.</p>	2. Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar		Exposição dialogada – método pedagógico Sumário e recolha do TPC.	5'	Quadro	
	2.2. A 1ª República		Referir, de novo, em diálogo com os alunos algumas das principais realizações da 1ª República, Manual – páginas 44 e 45.	10'	Caderno diário Manual escolar adotado	Participação oral
	Realizações e dificuldades da ação governativa: as dificuldades políticas, económicas e sociais.	Democracia Parlamentar	A República assente numa democracia parlamentar e na divisão dos poderes, Manual –pág. 45, doc. 3.	5'	Caderno de actividades	Realização de tarefas individualmente e/ou a pares.
			Analisar as dificuldades políticas, económicas e sociais – Manual, pág. 49.	10'	Documentos fornecidos aos alunos	
			A intervenção de Portugal na Primeira Guerra Mundial, Manual –pág. 46.	10'		
			Realização da síntese da aula e lançamento de TPC- Presidentes e Governos da 1ª República.	5'		Síntese: capacidade de identificar os pontos-chave da aula

Quadro 13 – Planificação de curto prazo – Aula nº 23.

As aulas nºs 24 e 25 aconteceram no dia 14/11/2012 e com elas terminámos a nossa unidade didáctica e o seu sumário foi: Conclusão dos conteúdos da aula anterior. A reacção autoritária e a ditadura militar. Iniciámos com a síntese da aula anterior e consolidação de conteúdos relativos à participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial, com o apoio do manual, pp.46. Solicitámos aos alunos a resposta escrita às duas primeiras questões da actividade indicada no manual, p. 47, e respectiva correcção, onde promovemos a participação de todos. Apresentamos esta actividade de seguida.



De forma dialogada referimos o golpe militar de 28/05/1926 que pôs fim à 1ª República, que deu início a um período de ditadura militar e posterior implantação do Estado Novo, com a ascensão de António Salazar ao poder.

Estas aulas estruturaram-se em torno de duas actividades: a primeira consistiu na leitura e interpretação da notícia *A Revolta Militar*¹¹¹, editada na revista “Ilustração” de 01/06/1926; a segunda consistiu na escrita, em grupos de dois alunos, de uma notícia¹¹² sobre o golpe militar, onde deveriam responder às questões constantes da ficha, importantes para informar correctamente o leitor sobre o acontecimento de 28/05/1926.

Consideramos terem sido aulas positivas, com os alunos a demonstrarem interesse e participação na discussão dos assuntos tratados. Por outro lado aderiram muito bem às actividades propostas (relativamente à primeira foi apresentada fotocópia da notícia da época, situação que motivou os alunos para a sua realização). Para a execução da segunda actividade, referimos as questões a serem respondidas pela notícia jornalística, a saber: Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Indicámos

¹¹¹ Ver Anexo 15, Notícia sobre a Revolta Militar de 1926, p. 138.

¹¹² Ver Anexo 16, Actividade, notícia sobre o golpe militar, p.139.

aos alunos que uma notícia é uma narração ordenada, objectiva e clara de factos ou de situações com interesse público, sem comentários nem apreciações.

Nestas aulas cruzámos os diversos conteúdos com a exposição de valores de cidadania pela positiva e pela negativa. É importante que os cidadãos participem, por vezes em forma de intervenção militar, na defesa dos interesses legítimos do País – independentemente das diversas sensibilidades, existiram razões conjunturais à época que justificaram a participação de Portugal na I Guerra Mundial, como podemos encontrar razões para justificar a Guerra Colonial, devemos ter a honestidade intelectual de analisar cada situação no seu contexto.

Contudo, devemos analisar, reflectir e intervir em oposição ao Estado, quando este impõe medidas ilegítimas e lesivas dos direitos dos cidadãos e dos interesses nacionais, as quais podem ter consequências graves para todos. Apresentamos na página seguinte a planificação destas aulas.

Tema I: A EUROPA E O MUNDO NO LIMAR DO SÉCULO XX

Aulas n.ºs 24 e 25

Disciplina: História; Turma 9º D

SUMÁRIO: Conclusão dos conteúdos da aula anterior. A reacção autoritária e a ditadura militar

14 de Novembro 2012

Competências específicas	Conteúdos	Conceitos	Estratégias de aprendizagem	Tempo	Recursos	Avaliação
<p>Tratamento de Informação/Utilização de Fontes: Utiliza metodologia específica da História: participa na selecção da informação adequada aos temas em estudo.</p> <p>Interpreta documentos com mensagens diversificadas.</p> <p>Compreensão Histórica: Temporalidade Identifica e caracteriza as principais fases da evolução histórica e os grandes momentos da ruptura do processo evolutivo.</p> <p>Desenvolve a noção da multiplicidade temporal, localiza no tempo eventos e processos, estabelece relações entre passado e presente.</p> <p>Domina unidades de referência temporal com ênfase para milénio, século, quarto de século e década e respectiva ordenação.</p> <p>Contextualização Distingue, numa dada realidade, os aspectos de ordem demográfica, económica, social, política e cultural e estabelece relações entre eles.</p> <p>Interpreta o papel dos indivíduos e dos grupos na dinâmica social.</p> <p>Comunicação em História: Utiliza diferentes formas de comunicação oral ou escrita, aplicando o vocabulário específico da história, com o uso correcto da língua portuguesa.</p>	2. Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar		<p>Exposição dialogada – método pedagógico Sumário</p> <p>Síntese da aula anterior</p> <p>Entrega e correcção de TPC.</p> <p>Intervenção de Portugal na Primeira Grande Guerra, consolidação dos conteúdos, Manual – pág. 46</p> <p>Resposta e correcção de duas questões, constantes do Manual – pág. 47</p> <p>A queda da 1ª República com o golpe militar de 28/05/1926, Manual – pág. 50</p> <p>Leitura e interpretação da notícia <i>A Revolta Militar</i>, editada na Revista “Ilustração” de 1 de Junho de 1926</p>	5’ 5’ 5’ 15’ 10’ 15’	<p>Quadro</p> <p>Caderno diário</p> <p>Manual escolar adoptado</p> <p>Caderno de actividades</p> <p>Documentos fornecidos aos alunos</p>	<p>Participação oral</p> <p>Realização de tarefas individualmente e/ou a pares.</p> <p>Síntese: capacidade de identificar os pontos-chave da aula</p>
		Ditadura militar				
			<p>Com base na tarefa anterior os alunos, em trabalho de pares, devem escrever uma breve notícia sobre o Golpe Militar, respondendo às questões: O quê? Quem? Quando? Onde?</p> <p>Leitura das mesmas.</p>	20’		
			Identificação dos pontos-chave da aula	5’		

Quadro 14 – Planificação de curto prazo – Aulas n.ºs 24 e 25.

A **aula nº 29** que aconteceu no dia 23/11/2012 não tem planificação por se referir a uma aula de revisões para o teste, que se realizou no dia 28/11/2012, conforme ficha de revisões que juntamos, a qual foi construída por nós.

Escola Secundária de Camilo Castelo Branco

História – 9º D

Preparação para o Teste Sumativo de 28/11/2012

1. Localiza no tempo o ultimato inglês e refere qual foi a reacção portuguesa.
2. Relaciona a crise monárquica, do início do século XX, com uma das medidas tomadas pelo rei.
3. Localiza no tempo e no espaço o regicídio e explica o que foi este acontecimento.
4. Localiza no tempo e no espaço a proclamação da república.
5. Identifica a divisão de poderes de acordo com a Constituição de 1911.
6. Indica 4 das medidas governativas da 1ª República.
7. Ordena cronologicamente diversos acontecimentos do período estudado.
8. Relaciona alguns conceitos com as suas definições, para uma melhor compreensão deste período histórico.

Imagem 11 – Lista de tópicos a serem estudados para o teste de 28/11/2012 (construção nossa).

Desta lista, trabalhámos todos os pontos nela indicada, com maior incidência naqueles em que os alunos colocaram mais dúvidas, a saber: o ponto dois, o ponto cinco, o ponto seis e o ponto sete.

As **aulas nºs 30 e 31**, que aconteceram no dia 28/11/2012, não têm planificação. Referem-se à aplicação do teste sumativo, durante os 90 minutos. A realização do mesmo decorreu sem ocorrências a assinalar. A descrição e reflexão sobre o teste sumativo estão inseridas no ponto a seguir, intitulado a avaliação.

A nossa apreciação sobre as aulas que leccionámos é positiva. Consideramos ter desenvolvido actividades adequadas à turma e aos conteúdos a tratar e ter construído planificações exequíveis para os tempos disponíveis, remetendo para o Relatório de Avaliação da nossa Professora Cooperante (Anexo 5).

4.A avaliação

A avaliação nas aulas por nós leccionadas foi contínua, e aplicámos as suas três formas, a saber: diagnóstica, formativa e sumativa. A diagnóstica aconteceu no decurso do diálogo com os alunos para levantamento dos conhecimentos prévios. A formativa teve lugar durante a realização das diversas tarefas propostas. A avaliação sumativa aconteceu com a realização do teste¹¹³, no dia 28/11/2012.

Queremos salientar a nossa grande satisfação, em virtude de a Professora Isabel Pedro nos ter confiado a construção de parte do teste sumativo, a qual mereceu a nossa maior atenção. Todas as questões foram analisadas, cuidadosamente, quanto à sua formulação e na sua adequação aos conteúdos trabalhados. De acordo com a *taxonomia de Bloom* as percentagens foram distribuídas 76% para a aquisição/memorização e 24% para a compreensão. Todos estes passos foram acompanhados pela Professora Cooperante, a qual com as suas sugestões e apoio deu a este momento um grande valor formativo.

Para a correcção do teste, construímos uma grelha¹¹⁴ de dupla entrada, a qual nos permite ler na horizontal a classificação de cada aluno. Na vertical podemos analisar os resultados obtidos em cada questão, e assim detectar possíveis erros na formulação das questões ou outras razões para os eventuais maus resultados verificados nas mesmas. Tivemos uma grande satisfação com esta experiência, em face dos bons resultados obtidos pelos alunos no teste, o que contribuiu para o aproveitamento positivo verificado em História no final do 1º período.

Pensamos, contudo, que nesta etapa da nossa formação, e não só, será mais importante entender e aplicar a avaliação formativa, sendo aquela que encerra, quanto a nós, maiores vantagens para o processo ensino/aprendizagem. Como se depreende temos, ao aplicar este tipo de avaliação, a intenção de perceber se os alunos estão a progredir ou a encontrar dificuldades e neste caso, interpretar os resultados e encontrar os elementos que provocam essas dificuldades e implementar estratégias de remediação.

¹¹³ Ver Anexo 17, Teste Sumativo, p. 140.

¹¹⁴ Ver Anexo 18, Grelha de correcção, p. 143.

Com muita frequência, da leitura dos resultados obtidos pelos alunos na avaliação formativa podemos, atempadamente, promover alterações nas estratégias de ensino/aprendizagem.

A avaliação formativa permite assegurar que os processos de ensino são adequados às características dos alunos, permitindo a adaptação e o entrosamento nas estratégias de ensino/aprendizagem, permitindo dar maior atenção às diferenças individuais. O seu objectivo é permitir a professores e alunos regularem este processo, tendo por principal finalidade melhorar a qualidade do ensino e das aprendizagens.

Temos a noção de que a nossa participação activa na avaliação da turma, foi muito enriquecedora porque, como Miguel Zabalza nos diz“ (...) a avaliação constitui um ponto-chave do sistema curricular, isto é, do ensino.”¹¹⁵

Em virtude do número de aulas leccionadas, que foram as que estão regulamentadas, não foi possível completar e aplicar o leque de experiências que a avaliação propicia. Apesar de, aquela que realizámos, ser sumativa ela tem para nós um carácter formativo. Necessitávamos de mais tempo para completar o processo, porque a avaliação deve ser continuada pela necessária reflexão sobre os resultados obtidos. Contudo, estamos conscientes que compreendemos aquilo que Miguel A. Zabalza afirma:

“O sentido básico da avaliação (...) é oferecer informação sobre o conjunto do sistema curricular. A avaliação é esse mecanismo de auto comprovação constante que converte o sistema curricular num sistema aberto e generativo: é capaz de introduzir reajustamentos, (...), de maneira que o processo, no seu conjunto, funcione adequadamente.”¹¹⁶

De acordo com a distinção entre as formas de avaliação (diagnóstica, formativa e sumativa), podemos definir a sua função. Na avaliação diagnóstica interessa-nos conhecer os conhecimentos prévios dos alunos no início de um novo conteúdo. Na avaliação formativa interessa-nos aferir as aprendizagens qualitativas dos alunos, como processo fundamental para a constante adequação entre o ensino e a aprendizagem. Na avaliação sumativa importa classificar, isto é, quantificar o saber

¹¹⁵ José Pacheco; Miguel ZABALZA - **A avaliação dos alunos dos Ensinos Básico e Secundário**. Braga: Universidade do Minho, 1995, p. 15.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 15.

dos alunos. É nesta avaliação que se estabelece a distinção entre classificação e avaliação, Classificar é necessário no nosso sistema de ensino, os alunos têm que ser colocados nos patamares correspondentes à quantificação do seu saber,

Para nós, importa que, independentemente do tipo de controlo que levamos a cabo com a avaliação, o carácter formativo esteja sempre presente. A avaliação deve conduzir a uma reflexão, imprescindível para se entender quais os pontos fortes e fracos do nosso desempenho, permitindo, assim, a tomada de decisões sobre as alterações a introduzir, se necessário, de ambas as partes, alunos e professor, para melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação dos conhecimentos escolares, não se confundindo com o ensino e com a aprendizagem, informa sobre cada uma destas actividades e sobre a sua interacção. A avaliação não se justifica por si mesma. A avaliação é instrumental e dar-lhe outro estatuto poderá significar inverter a lógica das coisas.¹¹⁷

¹¹⁷Jeffrey Karpicke; Hélder Diniz de Sousa; Leandro S. Almeida – **A Avaliação dos Alunos**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012, p. 75.

TERCEIRA PARTE

Actividades extra-curriculares

1. Comunidade educativa e formação

Para levar a cabo os objectivos partilhados entre o nosso Mestrado e a Escola Secundária de Camilo Castelo Branco, houve necessidade de promover várias reuniões entre nós e a Professora Cooperante. Todas as reuniões e actividades em que estivemos presentes, estão minuciosamente indicadas no Quadro Síntese do Trabalho Realizado¹¹⁸, o qual foi construído pela Professora Isabel Pedro.

Foram seis as reuniões realizadas entre nós e a Professora Cooperante para tratarmos de vários assuntos, a saber: o apoio à construção das planificações; o esclarecimento de dúvidas processuais por nós colocadas; comentário ao nosso desempenho e ao andamento das aulas; o apoio à construção do instrumento de avaliação e da tabela de correcção.

Salientamos a nossa presença em duas actividades, as quais consideramos de grande importância, porque promoveram e facilitaram a nossa inserção nesta excelente comunidade educativa, a saber:

- A Festa dos Quadros de Valor e Excelência e de Mérito Desportivo da Escola Secundária de Camilo Castelo Branco¹¹⁹, realizada no dia 07/12/2012, pelas 22H00;
- A nossa participação e presença na Conferência¹²⁰ “O Marquês de Pombal e os Jesuítas”, proferida pelo Professor Doutor Miguel Corrêa Monteiro no dia 09/01/2013, realizada no âmbito do protocolo entre Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o Núcleo de História, da Escola Secundária de Camilo Castelo Branco, bastante importante na cooperação com o nosso Mestrado de Ensino de História e de Geografia.

¹¹⁸ Ver Anexo 6, Quadro Síntese do Trabalho Realizado, p. 125.

¹¹⁹ Ver Anexo 19, Quadros de Valor e Excelência e de Mérito Desportivo, p. 144.

¹²⁰ Ver Anexo 20, Conferência “O Marquês de Pombal e os Jesuítas”, p. 145.

Sentimos que, enquanto pertencentes à comunidade educativa, é indispensável viver a Escola em todas as suas vertentes e potencialidades. O nosso propósito, no futuro, como professores é contribuir activamente na construção de uma Escola aberta à comunidade, que seja um espaço de cultura, de desporto, de confraternização e de lazer. A nossa Escola tem que ser um espaço privilegiado para a experimentação da maior parte das aprendizagens dos nossos alunos. Todos devem participar nessa tarefa de educar os nossos jovens nesse local de Cidadania, a Escola, passando a ser motivo de orgulho para a comunidade que serve.

2.O Conselho de Turma

Como complemento da nossa aprendizagem prática foi autorizada a nossa presença no Conselho de Turma de Avaliação do 9ºD, correspondente ao final do 1º período, que se realizou no dia 18/01/2012. Esta autorização foi concedida pelo director de turma, o Professor Leonel Taveira, a pedido, atempado, da nossa Professora Cooperante, para a necessária inclusão da nossa participação, como observadores em formação, na folha de presenças que acompanha, obrigatoriamente, a acta do referido conselho de turma.

O director de turma é designado pelo director da Escola de entre os todos os professores da turma. O director de turma é preferencialmente um professor profissionalizado do quadro da escola e professor de todos os alunos da turma. A ele compete coordenar as actividades do Conselho de Turma. No presente caso, o Dr. Leonel Taveira é o professor de Matemática da turma.

São diversas, e de muita importância, as competências do director de turma, das quais vamos enumerar algumas das que consideramos mais relevantes, a saber:

- Promover a comunicação e formas de trabalho cooperativo entre professores e alunos;
- Coordenar, em colaboração com os docentes da turma, a adequação de actividades, conteúdos, estratégias e métodos de trabalho à situação concreta do grupo e à especificidade de cada aluno, e promover a adopção de medidas tendentes à melhoria das condições de aprendizagem e à promoção de um bom ambiente educativo;
- Acompanhar o aluno na execução das medidas correctivas ou sancionatórias a que for sujeito, articulando a sua atuação com os pais e encarregados de educação e professores da turma, em função das necessidades educativas identificadas;
- Coordenar o processo de avaliação dos alunos garantindo o seu carácter globalizante e integrador;

- Assegurar a adopção de estratégias coordenadas relativamente aos alunos da turma, bem como a criação de condições para a realização de actividades interdisciplinares;
- Promover um acompanhamento individualizado dos alunos, divulgando junto dos professores da turma a informação necessária à adequada orientação educativa dos alunos e fomentando a participação dos pais e encarregados de educação na concretização de ações para orientação e acompanhamento.

Consideramos que esta é uma função de grande importância que, no entanto, comporta uma grande carga burocrática. Ao apercebermo-nos que o trabalho do director de turma é realizado, maioritariamente de forma isolada e em conjugação com a leccionação da sua disciplina, constatámos que é difícil a qualquer director de turma desenvolver esta função em toda a sua plenitude.

No que diz respeito ao conselho de turma é constituído pelos professores da turma, por um representante dos alunos (delegado) e por dois representantes dos pais e encarregados de educação. É importante referir que nos conselhos de turma para avaliação sumativa, apenas participam os membros docentes. Para além dos professores da turma, podem intervir, sem direito a voto, os serviços de psicologia e orientação e os serviços de educação especial.

Ao conselho de turma estão, também, atribuídas importantes competências, das quais enumeramos algumas das que, na nossa opinião, se salientam, a saber:

- Analisar a situação da turma e identificar características específicas dos alunos a ter em conta no processo de ensino e aprendizagem;
- Identificar diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades educativas especiais dos alunos, promovendo a articulação com os respectivos serviços especializados de apoio educativo, em ordem à sua superação;
- Adoptar estratégias de diferenciação pedagógica que favoreçam as aprendizagens dos alunos;

- Avaliar os alunos, tendo em conta os objetivos curriculares definidos a nível nacional e as especificidades de cada comunidade educativa;
- Decidir relativamente a situações que impliquem a retenção do aluno no mesmo ano e colaborar com o director de turma na elaboração do respectivo relatório e plano de apoio específico.

Da nossa observação e reflexão, entendemos que muitas das competências do conselho de turma ficam aquém do esperado e desejado. Os professores mantêm a sua atenção focada na sua disciplina e, por outro lado o trabalho colaborativo e interdisciplinar peca por defeito, situação altamente prejudicial para o processo de ensino e aprendizagem.

Por estas e outras razões, foi bastante enriquecedor experienciar esta realidade. Pudemos estreitar relações com os restantes professores da turma e ouvir as suas opiniões sobre a turma e sobre os alunos. É curioso observar que as diferentes perspectivas de cada professor sobre a turma, nos dão a ideia de que esta é uma realidade múltipla, isto é, cada professor tem a sua turma.

É quase uma regra verificar que muitos dos bons alunos nas disciplinas ditas de estudo têm, com alguma frequência, resultados menos bons na disciplina de Educação Física e vice-versa. É interessante verificar um grupo de professores a indicar os alunos com mais fraco aproveitamento e ouvir, constantemente, o professor de Educação Física a falar contra a corrente - dos quatro alunos reprovados, no final do ano lectivo, três obtiveram nível 4 nesta disciplina¹²¹.

Pudemos, igualmente, tomar conhecimento da turma ao nível do seu comportamento geral, considerado satisfatório, e ao nível do seu aproveitamento geral, considerado suficiente com a necessidade de ser fortemente apoiado e melhorado. Saímos deste conselho de turma com a sensação de estarmos perante uma turma de aproveitamento suficiente, onde há alunos com 4, 5 e 6 negativas e onde é necessário estabelecer Planos de Acompanhamento Pedagógico Individual para 7 alunos. Consideramos que a turma precisava ser apoiada a um nível mais assente no

¹²¹ Ver Anexo 21, Pauta de Propostas de Avaliação, pp. 146-147.

trabalho colaborativo entre professores e numa interdisciplinaridade que, lamentavelmente, não se verificou.

Na pauta de proposta de avaliação a que tivemos acesso observámos a reprovação de quatro alunos em dezanove, o que representa uma taxa de reprovação de 21 %, situação bastante desagradável para alunos e professores. Os alunos que reprovaram apresentam os seguintes níveis negativos, a saber:

- Aluno nº 2 – nível 2 a Português, Inglês, História, Matemática e Física e Química;
- Aluno nº 6 – nível 1 a Português e nível 2 a Inglês, Francês e História;
- Aluno nº 8 – nível 2 a Português, História, Matemática e Física e Química;
- Aluno nº 15 – nível 1 a Português e nível 2 a Inglês, Francês, História e Educação Física.

Estes quatro alunos tinham Plano de Acompanhamento Pedagógico Individual e, com base nalguma subjectividade, concluímos que os Planos não surtiram efeito nestes quatro alunos. Por outro lado preocupa-nos o facto de os quatro alunos terem nível negativo a Português e dois serem nível 1. Por outro lado, os quatro alunos apresentam nível 2 a História. Sabemos que numa disciplina onde a comunicação oral e escrita é fundamental, se os alunos apresentam graves lacunas no Português torna-se difícil atingir resultados positivos.

Continuamos a insistir que em todos os casos, mas em particular no caso da História e do Português, a interdisciplinaridade tem que estar na ordem do dia, porque as pontes são imensas e todos teriam a ganhar. Por exemplo, no período da 1ª República, por nós trabalhado, apontamos apenas três escritores dessa época com intervenção política, são eles Fernando Pessoa, Antero de Quental e Aquilino Ribeiro. Estamos convencidos que este tipo de trabalho colaborativo apresenta, quando realizado, resultados importantes para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem.

3.A visita de estudo

Não se pode, quando falamos de processo de ensino e aprendizagem, esquecer os aspectos pedagógicos a ter em conta quando se planeia, prepara e aplica uma estratégia de aprendizagem. É fundamental ter em linha de conta os alunos, é para eles que se desenvolvem as estratégias/actividades. Eles, sendo parte interessada, devem ser chamados a participar na preparação das actividades, as quais serão desta forma mais coerentes com o desenvolvimento intelectual dos alunos a quem se destinam.

Assim, uma estratégia como a visita de estudo não foge a esta regra, sendo aconselhável que os locais a visitar se coadunem com os estádios de desenvolvimento dos alunos. Por outro lado, tão ou mais importante que os aspectos pedagógicos são os didácticos. Consideramos que é desadequado aplicar uma estratégia de aprendizagem sem ter refletido sobre o seu valor didáctico.

A originalidade das estratégias não é um elemento fundamental para a sua qualidade, quando existem tantas que já foram experimentadas com sucesso e que apenas precisam de ser adaptadas à realidade dos alunos que a vão aplicar com o objectivo de alcançarem aprendizagens significativas. Neste campo, a visita de estudo tem um valor didáctico enorme: se por um lado quebra a rotina do trabalho em sala de aula, por outro lado é um factor de motivação para os alunos, permitindo-lhes o contacto directo com muitas das evidências históricas que suportam os conteúdos leccionados e que são impossíveis de transportar para a sala de aula.

Neste ponto queremos dar a conhecer a nossa experiência de participação numa visita de estudo ao Museu da Presidência da República, organizada pelos docentes do grupo de história, da Escola Secundária de Camilo Castelo Branco, para as turmas do 9º ano. Referiremos alguns dos aspectos constituintes desta actividade, que vão desde a sua preparação até à sua realização. Neste campo consideramos importante reflectir sobre a mesma e apresentar os seus pontos positivos e negativos, na nossa perspectiva.

Partindo da ideia de que é possível e aconselhável aplicar as descobertas da investigação psicológica a problemas concretos do processo ensino/aprendizagem, com inquestionáveis benefícios para os alunos e consequentemente para os

professores. Nos dias de hoje, não é aceitável entender a criança como um recipiente vazio que espera encher-se com os conhecimentos do professor¹²². A partir da obra de Jean Piaget, já referida anteriormente, os professores têm balizas que lhes permitem estruturar a sua compreensão sobre o desenvolvimento intelectual dos alunos, que vêm facilitar a escolha de estratégias de aprendizagem adequadas à natureza das suas operações mentais. A compreensão dos estádios de desenvolvimento, segundo o mesmo autor, permite aplicar metodologia adequada a fim de acelerar o rendimento escolar¹²³, e de proporcionar aos alunos aprendizagens significativas, acrescentaríamos nós

Interessa salientar que um processo de ensino e aprendizagem assente na participação activa dos alunos e na aprendizagem, os professores devem ter a constante preocupação de a fomentar. O professor não deve, contudo, perder a sua função de “timoneiro”, para que o barco navegue no rumo traçado e alcance os objectivos determinados. Entre outras estratégias possíveis, o trabalho de grupo é muito importante nesta viagem do ensino/aprendizagem. Mas, quando o professor introduz qualquer estratégia tem que o fazer com honestidade profissional, científica, pedagógica e didáctica. Não basta juntar os alunos em grupos e pô-los a executar tarefas desarticuladas, desinteressantes e de forma não apoiada, para se poder afirmar que se utiliza o trabalho de grupo como estratégia de aprendizagem. Quem o faz está a incorrer numa farsa prejudicial para alunos e professores.

Miguel Corrêa Monteiro refere que existe ainda quem organize um passeio escolar, com um programa de observação rigidamente fixado de antemão, e confere a este exercício imposto o nome pomposo, e mais do “tipo educação nova”, de estudo do meio¹²⁴. Consideramos que estas actividades, incorrectamente inseridas nas metodologias activas não devem ser realizadas. O seu valor pedagógico não se determina pela designação que lhe atribuímos. Podem chamar-lhe passeio escolar, trabalho de campo ou visita de estudo, que a actividade assim organizada continuará a ser incoerente e sem valor pedagógico-didáctico.

¹²² Norman J. Graves (Coord.) - **Nuevo método para la enseñanza de la geografía**. Barcelona: Editorial Teide, 1989, p. 23.

¹²³ Miguel Corrêa Monteiro - **O ENSINO DA HISTÓRIA NUMA ESCOLA EM TRANSFORMAÇÃO**. Lisboa: Plátano Edições, 2003, p.50.

¹²⁴ Idem, *ibidem*, pp. 49-50.

O mérito de qualquer estratégia utilizada no processo de ensino e aprendizagem está na riqueza da inter-relação entre o professor e os seus alunos. Neste espaço de comunicação todos são chamados a referir os seus interesses, anseios, dificuldades e qualidades, para em conjunto serem delineadas as estratégias mais adequadas àquele grupo de alunos. Neste sentido, a visita de estudo ao Museu da Presidência de República parece ser o tipo de actividade que não se devia realizar. Ela estava já inserida no Plano Anual de Actividades da Escola, não foram, por isso, os alunos das diversas turmas do 9º ano a escolherem este local em interacção com os seus professores. Contudo, na conjuntura educacional actual a realização de visitas de estudo é quase um luxo, assim, é necessário aproveitar ao máximo esta oportunidade de proporcionar aos alunos a possibilidade de participar neste tipo de experiência, de valor inquestionável para o desenvolvimento das capacidades analíticas dos alunos, partindo de objectos históricos¹²⁵.

E nunca será de mais referir que um dos aspectos importantes de uma visita é a adesão dos alunos: é mesmo uma das principais condições para o seu sucesso. Por isso, eles devem ser envolvidos em todas as fases: planificação, preparação, organização e avaliação da visita. A sua participação activa na discussão dos objectivos, bem como nas tarefas que envolvem a organização, é condição do sucesso pedagógico-didáctico da visita.

Se para alguns a didáctica é a “Arte de Ensinar”, para outros é a “Técnica de Ensinar”. Neste ponto da nossa formação de futuros professores entendemos que a didáctica deve ser um misto de arte e técnica de fazer aprender. Todas as teorias didácticas serão válidas e bem-vindas se concorrerem para o objectivo principal do processo de ensino e aprendizagem, o sucesso escolar dos nossos alunos.

Isto quer dizer, que o professor não pode privilegiar os componentes científicos e técnicos provenientes da didáctica, enquanto disciplina científica, em detrimento de uma visão humanista mais atenta à dimensão humana dos seus educandos e à relação que, com eles estabelece. O processo educativo não pode

¹²⁵ Miguel Corrêa Monteiro - **Didáctica da História, Teorização e prática - algumas reflexões**. Lisboa: Plátano Edições, 2001, p. 148.

deixar de englobar a visão científica e técnica e a visão humanista numa perspectiva integrada e global¹²⁶.

É importante observar que nas últimas décadas têm aumentado as iniciativas didáticas assentes nas visitas de estudo ou trabalho de campo, para proporcionarem ao aluno esse importante contacto directo com as evidências históricas *in situ*. Criar condições para que os alunos experienciem um pouco do que é o trabalho de investigação em história, o contacto com as fontes, como se estivéssemos num verdadeiro “laboratório de história”. Inseridas nas designadas metodologias activas, tentam ser uma alternativa ao ensino memorístico e livresco¹²⁷.

Como Maria Cândida Proença refere, sem fontes históricas não é possível fazer História. Sem fontes históricas também não é possível ensinar História¹²⁸. Nós acrescentaríamos que sem fontes históricas é impossível aprender História.

A visita de estudo, como a que foi realizada ao Museu da Presidência da República, é uma dessas actividades extraordinárias que coloca os alunos no seio de uma grande diversidade de fontes históricas, o que lhes permite realmente aprender História. Mesmo em visitas com alguns erros didáctico-metodológicos, os alunos conseguem aprender, eles não são seres amorfos, eles detêm conhecimentos prévios e capacidades que lhes permitem, autonomamente, alcançar essas aprendizagens. Os alunos (...) do Ensino Secundário possuem já um conjunto de experiências e saberes que foram acumulando ao longo da vida¹²⁹.

Para Hernández Cardona¹³⁰ a visita de estudo ou trabalho de campo apresenta vantagens inquestionáveis na perspectiva da formação do aluno:

- Possibilita o contacto directo com um determinado tipo de fontes;
- Possibilita um trabalho procedimental intenso;
- Facilita a aquisição de conteúdos conceptuais e atitudinais;

¹²⁶ Maria Cândida Proença - **DIDÁCTICA DA HISTÓRIA**. Lisboa: Universidade Aberta, 1992, p.33.

¹²⁷ M. Jesus Marrón Gaite (Coord.) - **Enseñar Geografía de la Teoría a la Práctica**. Madrid: Editorial Síntesis, 1995, p.159.

¹²⁸ Maria Cândida Proença, *op. cit.*, p. 126.

¹²⁹ Idem, *op. cit.*, p. 196.

¹³⁰ F. Xavier Hernandez Cardona - **Didáctica de las ciencias sociales, geografía e historia**. Barcelona: Editorial Graó, 4ª edição, 2008, p. 108.

- Motiva os alunos;
- Coloca os alunos perante problemas e casos reais.

No entanto, esta actividade também apresenta inconvenientes de ordem académica que devem valorizar-se:

- A visita pode significar uma deslocação da estrutura horária;
- A visita só deve realizar-se em condições de absoluta segurança para os alunos;
- Prever que podem acontecer problemas disciplinares, por confundir-se uma actividade de trabalho com uma actividade essencialmente lúdica.

A visita de estudo não deve ser feita ao acaso, ela tem que ser planificada. O professor deve estabelecer com exactidão quais as tarefas que os alunos devem realizar, as quais têm que ser possíveis e exequíveis. Os alunos devem possuir o material necessário para executar as suas tarefas, por exemplo o guião de observações e registo de dados. Apesar de esta ser uma actividade de trabalho, como se de uma aula se tratasse, a componente lúdica não deve ser desprezada. A visita de estudo é também importante ao nível da sociabilidade, já que permite uma melhoria das relações aluno/aluno e professor/aluno¹³¹.

A visita de estudo ao Museu da Presidência República, situado no Palácio de Belém, Lisboa, teve lugar no dia 10/01/2013, com partida da Escola Secundária de Camilo Castelo Branco, Carnaxide, prevista para as 9h00 e chegada prevista para as 13h15, à mesma Escola. Salientamos o cumprimento dos horários planeados.

Esta visita constava do Plano Anual de Actividades aprovado para o ano lectivo 2012/2013, contemplando as turmas do 9º ano. Ao nível dos contactos com entidades externas, empresa transportadora e Museu, os mesmos foram feitos pelos Serviços de Administração Escolar da Escola (aluguer de 2 autocarros à Empresa Henrique Mota Guerreiro, Lda., pelo valor de € 260,00, conforme orçamento de

¹³¹ Maria Cândida Proença, *op. cit.*, p. 197.

06/12/2012, e a marcação do dia da visita ao Museu (decidida por este) e informação do custo de entrada (50 cêntimos por aluno). Todos estes contactos foram efectuados em articulação com o Grupo de História e sob a orientação do Professor Nuno Jorge Queiroz Correia, responsável (designado por professor dinamizador) pela organização administrativa da actividade, cabendo-lhe também requerer a devida autorização à Comissão Administrativa Provisória, o que aconteceu a 06/12/2012, tendo a visita sido autorizada a 07/12/2012¹³², pelo órgão competente. Aos alunos apenas foram pedidos os 50 cêntimos referentes a cada entrada, tendo a Escola suportado o custo do transporte. Esta visita contemplou as turmas do 9º ano, num total de 4 turmas (A,B,C e D), abrangendo 85 alunos e 5 professores: Isabel Pedro, Natália Vasconcelos, Nuno Correia, Paula Carrilho e Leopoldo Carvalho (na qualidade de professor estagiário do 9º D, orientado pela Profª. Isabel Pedro).

O Museu da Presidência da República foi inaugurado em 5 de Outubro de 2004, pelo então Presidente Dr. Jorge Sampaio que foi o grande impulsionador e responsável pela sua criação. O Museu combina a exposição tradicional de peças e colecções ligadas aos políticos que chefiaram o Estado Português desde 1910, passando por outros aspectos como os símbolos nacionais portugueses, a iconografia em destaque com os retratos oficiais dos presidentes, pintados por artistas de renome, como por exemplo, Columbano Bordalo Pinheiro, Júlio Pomar e Paula Rego.

A visita de estudo, relativamente ao 9ºD, foi organizada e planeada em conjunto com os alunos. Apresentamos a seguir os objectivos gerais da visita:

- Conhecer e valorizar o património histórico e cultural português;
- Diversificar a exploração e análise de fontes históricas aplicando princípios básicos da metodologia da história;
- Identificar e caracterizar as diferentes fases de evolução e ruptura histórica em Portugal ao longo do século XX;
- Localizar no tempo e no espaço eventos e processos, estabelecendo relações entre o passado e o presente;

¹³² Ver Anexo 22, Autorização da Visita de Estudo, p.148.

- Compreender o contexto histórico do século XX em Portugal, interpretando o papel dos indivíduos e grupos na dinâmica social;
- Aprofundar e enriquecer as competências relacionadas com a comunicação através da análise de documentos em contexto de visita de estudo;
- Fomentar o convívio e as relações interpessoais professor/aluno e aluno/aluno.

Por consenso a turma decidiu que o trabalho resultante desta visita seria a apresentação de biografias escritas sobre os 18 Presidentes da República Portuguesa, construídas a partir da recolha de dados, efectuada durante a actividade. Para esta actividade foram atribuídas 4 aulas de 45 minutos, distribuídas da seguinte forma:

- Uma primeira aula de 45 minutos destinada à organização, planeamento e escolha da actividade a realizar durante a visita;
- Duas aulas de 45 minutos destinadas à realização da visita, onde os alunos deverão cumprir os procedimentos metodológicos e atitudinais: adoptar comportamentos correctos e adequados à actividade, tendo em atenção que a mesma decorre num Museu, com visita guiada e pre-determinada pelo mesmo, tendo em conta as rigorosas medidas de segurança a que o local obriga; prestar atenção às informações e indicações dadas pelo guia; recolher as informações pertinentes e adequadas à realização da tarefa final.
- Uma aula final de 45 minutos para tratamento dos dados recolhidos durante a visita e apoio à execução das biografias.

Relativamente à descrição da visita, propriamente dita, apresentamo-la num filme de 25 minutos, realizado por nós, o qual se encontra no *Digital Versatile Disk (DVD)* que acompanha este Relatório.

Quanto à nossa apreciação da visita e do local escolhido consideramos que realizar uma visita com turmas de 9º ano ao Museu da Presidência República tem

toda a pertinência. O Museu tem um manancial de fontes históricas disponíveis para serem observadas, e das quais é possível retirar muita informação, para ser analisada e com ela interpretar importantes momentos da história portuguesa do século XX.

Esta visita teve um carácter globalizante porque foi ao mesmo tempo:

- De consolidação – ela concretizou, sintetizou e avaliou conhecimentos já adquiridos, trabalhados na Unidade Didáctica I2 – Portugal: Da 1ª República à Ditadura Militar;
- De substituição – ela esclareceu e completou conhecimentos a serem adquiridos na Unidade Didáctica a ser leccionada à data da realização da visita, a J2 – Entre a Ditadura e a Democracia, permitindo que os alunos aplicassem e consolidassem os conhecimentos adquiridos;
- De motivação – esta visita deu aos alunos um primeiro contacto com a Unidade seguinte, que lhes permitiu um estudo mais aprofundado da mesma, a L3 – Portugal: Do Autoritarismo à Democracia.

Como já referimos, esta visita estava definida no Plano Anual de Actividades da Escola, como tal foi impossível propor à turma outros locais a visitar, e também o tipo de visita dirigida é o que está estipulado nas normas do Museu. Este está inserido no Palácio de Belém, residência oficial do Presidente da República Portuguesa, pelo que todas as actividades a decorrer no espaço estão bem determinadas em função das medidas de segurança a que o local obriga. A visita dura cerca de 1 hora, é realizada com grupos de 15 a 20 alunos, sendo dirigida por um guia do Museu que além de dar as informações necessárias sobre o que estamos a observar em cada momento, dá indicações precisas sobre os percursos a seguir.

Daqui se depreende quais os pontos que consideramos menos positivos desta visita, um deles é ser uma visita do tipo dirigida (apesar das razões perfeitamente compreensivas), sentimos que houve pouca liberdade para que os alunos se movimentassem, de acordo com as suas necessidades de recolha de dados para a execução das biografias.

Problema que facilmente foi resolvido com o acesso posterior ao sítio electrónico do Museu, www.museu.presidencia.pt, no qual se pode realizar uma visita virtual de grande qualidade. O outro ponto que consideramos menos positivo deveu-se a contingências organizativas, as quais são inerentes a este tipo de actividades: os alunos do 9ºD, foram os últimos a visitar o Museu, tiveram que esperar cerca de hora e meia, em virtude de a actividade abranger 85 alunos, e das regras rígidas, impostas pelo Museu por questões de segurança, situação que criou uma certa agitação e dispersão entre os alunos. Contudo, estes pontos menos positivos não colocaram em causa a avaliação geral da actividade, que foi considerada muito positiva¹³³.

¹³³ Ver Anexo 23, Avaliação da Visita de Estudo, pp. 149-150.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos esclarecer que este ponto, apesar do título, não é um *términus*, se possível intitularíamos este trabalho como «Ensaio sobre a Prática de Ensino Supervisionada». As nossas participações nas unidades curriculares, as nossas actividades nas Escolas, as nossas reflexões sobre o que vivenciámos ao longo deste Mestrado, não representam, em nenhum caso, *pontos finais* mas sim *pontos de interrogação*, estaremos sempre num incessante questionamento do futuro da Educação.

Quantos de nós não pensámos, ao terminarmos as nossas licenciaturas que tínhamos chegado ao fim? Como bem sabemos, não podíamos estar mais enganados. Quanto ao Mestrado, já não pensamos da mesma forma, sabemos que ele não é um fim mas um meio para tentarmos atingir um desejo, uma vocação, **sermos professores**.

É neste momento do Relatório que apresentamos as nossas simples considerações sobre diversos aspectos, para nós importantes: anseios, angústias, críticas, elogios, reflexões, opiniões, enfim sobre aquilo que para onde, de forma livre, a nossa *pena* nos levar. Desejamos, *do alto da nossa ignorância*, que a leitura deste texto manifeste algum interesse, para não encarcerar o seu leitor num imenso tédio.

Sentimos, com alguma mágoa, que a interdisciplinaridade não é prática corrente nas nossas escolas. É incalculável o prejuízo causado ao processo de ensino e aprendizagem a sua ausência. Não fará muito sentido que os professores defendam e apliquem métodos activos, como por exemplo o trabalho em grupo, quando não incorporam no seu quotidiano o trabalho colaborativo a todos os níveis.

Queremos deixar aqui patente a nossa convicção de que a interdisciplinaridade é um caminho de sucesso para todo o sistema educativo. O Português e a História, por exemplo, podem de forma muito rica estabelecer uma colaboração positiva. O caso que referimos não tem aplicação prática, vale apenas como exercício teórico, para além de ser um acontecimento cheio de significado e de graça.

Fernando Pessoa, um dos mais importantes poetas portugueses, viveu intensamente o período da 1ª República, sendo bastante crítico de um certo tipo de republicanismo que em 1915, encabeçado pelo Dr. Afonso Costa, se servia da coisa pública em vez de estar ao seu serviço. O poeta não escondia que era completamente anti-afonsino e a dada altura comparou Afonso Costa ao ditador João Franco, escrevendo o seguinte:

“ [João] Franco seria um tirano de merda; este [Afonso Costa] é um tirano de caca.”¹³⁴

Falamos de um poeta e não de um historiador, contudo, a sua obra é uma fonte importante para estudar este período histórico e consideramos ser o exemplo suficiente para comprovar a riqueza da interdisciplinaridade.

Esperamos estar livres, neste ponto, das grilhetas normativas, e que não nos aconteça o que Emmanuel Le Roy Ladurie conta, que consideramos ajustado e com algum sentido de humor:

“Lembro-me especialmente de um dos nossos professores, (...), quando dizia a um licenciado: «caro senhor, na página 2278 da sua tese, há uma imagem estilística». E o licenciado desculpou-se: «Com efeito, senhor professor, esta imagem escapou-me, estou profundamente desolado».”¹³⁵

Sem certezas de o conseguirmos, mas com algumas pretensões a sermos um misto de professores de história e de historiadores, incentivados pelas palavras de Georges Duby (com as devidas ressalvas), tentaremos que as nossas aulas se possam comparar a uma obra de história, e que *sejam ao mesmo tempo, um divertimento, um meio de evasão e um meio de «formação» do cidadão e do «homem de sociedade»*.¹³⁶

¹³⁴ Fernando Pessoa, Apud, João Medina (Dir.) - **História de Portugal**. Volume. XIV, Amadora: Ediclube, 2004, p. 18.

¹³⁵ Jacques Le Goff [et all] - **A NOVA HISTÓRIA**. Lisboa: Edições 70, 1991, pp. 21-22.

¹³⁶ Idem, *ibidem*, p. 43.

Já afirmámos anteriormente que, para nós, a sala de aula deve ser fundamentalmente um espaço de comunicação, de inclusão e de multiculturalidade. E é com uma enorme satisfação, que sentimos esta nossa premissa validada por alguém com créditos firmados, a Professora Doutora Ana Leal de Faria que citamos:

“Não há programa, por melhor que seja, não há manual, por mais atractivo que se apresente, que substitua o diálogo do professor e do aluno na medida em que o ensino é, antes de mais, uma relação humana, um meio e não um fim em si mesmo.”¹³⁷

E esta é para nós a máxima que queremos perseguir, não importando se entre 2001 e 2012 se andou a ensinar «EDUQUÊS» (o que quer que isto seja), ou se a partir de 2013 se irá ensinar «CRATÊS» (o que quer que isto seja).

O que nos importa e preocupa, uma vez mais, é a falta de respeito demonstrada, vezes demais ao longo de vários anos, pelos responsáveis que têm tutelado a Educação em Portugal. Situação que pode ser analisada em diversos estudos na área da História da Educação. Indicamos alguns dos pontos que a este respeito nos importa salientar:

- Os paradigmas científicos, pedagógicos e didácticos, mesmo que no rol do *démodé*, são sempre válidos, porque mantêm o seu valor formativo, testemunham a vitalidade da ciência (e nunca se sabe quando é que, numa atitude revivalista, se vai ao baú das recordações de infância);
- As Universidades que trabalham na Formação Inicial de Professores precisam estabilizar os seus currículos, as suas práticas, enfim, o seu modelo de formação. Sob pena de estarem a formar professores que antes de terminarem os seus Mestrados já têm a sua formação desajustada face à conjuntura;
- As Escolas precisam de uma autonomia real e não de pseudo-autonomias, que se desenvolvem em face de *rankings* subjectivos e disparatados;

¹³⁷ Ana Leal de Faria, textos de apoio à Unidade Curricular, *Didáctica da História*, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2011, Texto Policopiado, p.1.

- Os professores não podem ensinar levando em linha de conta os contextos locais, a heterogeneidade das turmas e dos alunos porque, afinal, se devem cumprir programas centralizadores para corresponder a padrões impostos por exames nacionais;
- Os alunos não podem continuar a ser cobaias de reformas, não discutidas e com fundamentos mal explicados e de qualidade duvidosa.

A formação que agora concluímos enche-nos de esperanças, desejamos um ensino diferente, melhor e mais adequado aos nossos alunos e às diferentes conjunturas nacionais. Nós devemos ter a necessária capacidade de adaptação para podermos ir adequando o nosso ensino. Por isto sentimos a enorme necessidade de não cortar o cordão umbilical que nos liga à Universidade de Lisboa.

Sabemos bem que a nossa formação não acaba aqui, e que o seu enriquecimento dependerá de nós e desta Instituição. Queremos que a Escola de amanhã beneficie de todo o trabalho colaborativo realizado pela nossa comunidade universitária, e este trabalho deverá e terá que ser bom porque a Escola do futuro o merece, para isso nos empenharemos.

A nossa sala de aulas do futuro terá que ser melhor do que a que temos hoje, e para que isso aconteça é dentro das paredes da nossa Universidade que essa ideia terá que ser mantida, trabalhada e materializada em melhores práticas. Esta deverá ser uma preocupação sempre presente, principalmente, na Formação Inicial de Professores e não só. Queremos concretizar esta ideia, o que só acontecerá com a participação de todos e de cada um.

Não há receitas prontas a servir, mas sabemos que esta ideia é exequível e existirá na justa medida do nosso anseio e empenhamento. Sabemos que à Universidade caberá a maior responsabilidade e que não a enjeitará. Mas a Universidade somos todos nós e, assim, todos somos corresponsáveis por aquilo que ela desempenhar na construção desse ensino que queremos diferente, porque diferentes serão os tempos dos nossos alunos.

A nossa Universidade é filha da 1ª República, festejou o seu centenário em 2011. Foi criada pela 1ª República, conforme Decreto de 22 de Março de 1911. Acreditamos que será sempre um bastião dos valores republicanos, democráticos, plurais e multiculturais, enfim, um espaço de liberdade e igualdade no respeito pelos direitos dos cidadãos de que todos nos orgulhamos.

«Para a Luz»



**Para os novos tempos de modernidade e crescimento, em República
e Democracia!**



BIBLIOGRAFIA

AUSUBEL, David - **Psicologia Educativa, un punto de vista cognoscitivo**. México: Editorial Trillas, 1980.

AUSUBEL, David - **Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva**. Lisboa: Plátano, 2003.

BRUNER, Jerome – **Actos de significado para uma psicologia cultural**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BRUNER, Jerome - **Cultura da Educação**, Lisboa: Edições 70, 2000.

CATROGA, Fernando - **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CATROGA, Fernando - **Ensaio Republicano**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.

CHEVALLARD, Yves - **La Transposición Didáctica: del saber sabio al saber enseñado**. 2ª edición. Buenos Aires: Aique, 2005.

COUTO, Célia Pinto do; ROSAS, Maria Antónia Monterroso - **O Tempo da História**. 9º Ano, 3.ª parte, Porto, Porto Editora, 2004.

DELORS, Jacques (Coord.) - **Educação um tesouro a descobrir**, Porto: Edições ASA, 1996.

DICKINSON, Alaric; LEE, Peter; ROGERS, Peter (Eds) - **Learning history**. London: Heinemann, 1984.

DINIZ, Maria Emilia; TAVARES, Adérito; CALDEIRA, Arlindo M. – **História Nove**. 9º Ano, Lisboa: Lisboa Editora, 2007.

DUBY, Georges [et all] - **HISTÓRIA E NOVA HISTÓRIA**. Lisboa: Editorial Teorema, 1986.

ESTRELA, Albano - **Teoria e Prática de Observação de Classes – uma estratégia de formação de professores**. 2ª edição, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

ESTRELA, Maria Teresa; ESTRELA, Albano - **A técnica dos incidentes críticos no ensino**, Lisboa: Estampa, 1978.

FABREGAT, Clemente Herrero; FABREGAT, Maria Herrero – **Como preparar uma aula de História**. 2ª edição, Rio Tinto: Edições Asa, 1991.

FARIA, Ana Leal de - **Textos de apoio à Unidade Curricular: Didáctica da História.** Faculdade de Letras: Universidade de Lisboa, 2011, Texto Policopiado.

FREIRE, Paulo - **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GAL, Roger - **História da Educação.** 5.ª edição, Lisboa: Vega Editora, 2004.

GIDDENS, Anthony – **Sociologia.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

GODINHO, Vitorino Magalhães – **Ensaio.** Volume III, Lisboa: Sá da Costa, 1971.

GRAVES, Norman J. (Coord.) - **Nuevo método para la enseñanza de la geografía.** Barcelona: Editorial Teide, 1989.

HERNANDEZ CARDONA, F. Xavier - **Didáctica de las ciencias sociales, geografía e historia.** Barcelona: Editorial Graó, 4ª edição, 2008.

Junta de Freguesia de S. João de Brito – **Os nossos Símbolos.** Lisboa: TipEstrela, 2006.

KARPICKE, Jeffrey; SOUSA, Hélder Diniz de; ALMEIDA, Leandro S. – **A Avaliação dos Alunos.** Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

LE GOFF, Jacques [et all] - **A NOVA HISTÓRIA.** Lisboa: Edições 70, 1991.

LEAL, Ernesto Castro - **Partidos e Programas. O campo partidário português (1910-1926).** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

MARQUES, António Henrique de Oliveira - **A 1ª República Portuguesa.** 3ª edição, Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

MARQUES, António Henrique de Oliveira – **Ensaio de História da 1ª República Portuguesa.** Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

MARRÓN GAITE, M. Jesus (Coord.) - **Enseñar Geografía de la Teoría a la Práctica.** Madrid: Editorial Síntesis, 1995.

MARSCHALL, Thomas - **Citizenship and Social Class.** Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

MARTINS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires - **AS REVOLUÇÕES CONTEMPORÂNEAS.** Lisboa: Edições Colibri, 2011.

MATOS, Sérgio Campos - **Historiografia e Memória Nacional.** Lisboa: Edições Colibri, 1998.

MEDINA, João (Dir.) - **História de Portugal**. Volume XII, XIII, XIV e XV, Amadora, Ediclube, 2004.

Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica - **Programa de História. Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem**. Ensino Básico 3º Ciclo, Volume II, 4ª edição, Lisboa: Ministério da Educação, 1994.

Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica – **Currículo Nacional do Ensino Básico, Competências Essenciais**. Lisboa: Ministério da Educação, 2001.

Ministério da Educação, Direcção Geral dos Ensinos Básico e Secundário - **Organização Curricular e Programas, Ensino Básico 3º Ciclo**, Volume I, Lisboa: Ministério da Educação, 1991.

MONTEIRO, Miguel Corrêa - **Didáctica da História**, Lisboa: Plátano Edições, 2001.

MONTEIRO, Miguel Corrêa - **O ENSINO DA HISTÓRIA NUMA ESCOLA EM TRANSFORMAÇÃO**. Lisboa: Plátano Edições, 2003.

NETO, Helena [et all] - **Viver a História**. 9º Ano, 2ª Edição, Carnaxide: Santillana Constância, 2008.

NEVES, Pedro Almiro (Coord.) – **Descobrir a História 9**. 9º Ano, Porto: Porto Editora, 2010.

NÓVOA, António (Org.) - **Vidas de Professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

PACHECO, José ; ZABALZA, Miguel - **A avaliação dos alunos dos Ensinos Básico e Secundário**. Braga: Universidade do Minho, 1995.

PIAGET, Jean - *A construção do real na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

PIAGET, Jean - **PROBLEMAS DE PSICOLOGIA GENÉTICA**. 4ª edição, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

PINTASSILGO, Joaquim - **República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

PINTO, Jaime Nogueira – **Nobre Povo, os anos da república**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

PROENÇA, Maria Cândida - **Didáctica da História**. Lisboa: Universidade Aberta, 1989.

PROENÇA, Maria Cândida - **Ensinar/Aprender História – Questões de didáctica aplicada**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

PROENÇA, Maria Cândida (Coord.) – **Um século de Ensino da História**. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

RAMOS, Rui - **OUTRA OPINIÃO, ENSAIOS DE HISTÓRIA**. Lisboa: O Independente Global, 2004.

RANCIÈRE, Jacques - **O Espectador Emancipado**. Lisboa: Orfeu Negro, 2010.

REIS, António (Dir.) – **Portugal Contemporâneo**. Volume 2, Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1996.

ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (Coord.) – **História da Primeira República Portuguesa**. 2ª edição, Lisboa: Tinta da China, 2010.

SARAIVA, José Hermano – **História Concisa de Portugal**. 11ª edição, Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.

SERRÃO, Joel – **A emigração portuguesa: sondagem histórica**. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.

SOUTO GONZÁLEZ, X. M. - **Didáctica de la Geografía: problemas sociales y conocimiento del medio**. 2ª edición, Barcelona: Ediciones del Sebal, 1999.

UNIVERSAL – **História de Portugal, das origens à actualidade**. Lisboa: Texto Editora, 2000.

VYGOTSKY, Lev - **Psicologia e Pedagogia**. Lisboa: Estampa, 1977.

VYGOTSKY, Lev - *A formação social da mente, o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ZABALZA, Miguel - **Planificações e desenvolvimento curricular na escola**, Porto: Edições Asa, 2000.

LEGISLAÇÃO:

Constituição da República Portuguesa, 7ª Revisão, Lei nº1/2005, Diário da República – I Série-A, nº 155, 4642-4686, de 12 de Agosto de 2005.

Decreto-Lei nº 6/2001, Diário da República – I Série-A, nº 15, 258-265, de 18 de Janeiro de 2001.

Decreto-lei nº 43/2007, Diário da República, 1ª série, Nº 38, 1320-1327, de 22 de Fevereiro de 2007.

Decreto-Lei nº 139/2012, Diário da República – I Série-A, nº 129, 3476-3491, de 5 de Julho de 2012.

Despacho nº 17169/2011, Diário da República, 2.ª série, N.º 245, de 23 de Dezembro de 2011.

Despacho nº 5306/2012, Diário da República, 2.ª série, N.º 77, 13952-13953 18 de Abril de 2012.

Lei nº 49/2005, Diário da República – I Série-A, nº 166, 5122-5138, de 30 de Agosto de 2005.

REVISTAS:

ALVES, Luís Alberto Marques - República e Educação: Dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros... in **Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA**, III Série, vol. 11 (165-180). Porto, 2010.

CACHINHO, Herculano - Geografia Escolar: Orientação Teórica e Práxis Didáctica. in **Inforgeo**, nº15 (69-90), Lisboa: Edições Colibri, 2000.

CLAUDINO, Sérgio - A CIDADANIA COMO DESAFIO ESCOLAR. in **Multiárea, Revista de Didáctica**, 04 (219-235), Ciudad Real: UCLM, 2009.

DIAS, Carlos de Melo; MORAIS, José António - Interacção em Sala de Aula: Observação e Análise. in **Revista Referência**, nº11 (49-56), Coimbra: Escola Superior de Enfermagem, Março de 2004.

FERREIRA, António Gomes; MOTA, Luís - Educação e formação de professores do ensino secundário na Primeira República. in **Exedra** nº 4 (33-48). Coimbra: ESEC, 2010.

PRATS, Joaquín - Ensinar História no Contexto das Ciências Sociais: princípios básicos. in **Educar, Especial** (191-218), Curitiba: Editora UFPR, 2006.

REIS, João - CIDADANIA NA ESCOLA: DESAFIO E COMPROMISSO. in **Inforgeo** nº 15 (105-116), Lisboa: Edições Colibri, 2000.

RODRIGUEZ LESTEGÁS, Francisco - La elaboracion del conocimiento geográfico escolar: de la ciencia geografica a la geografia que se enseña o vice-versa. in **Revista Íber – didáctica de las ciencias sociales: geografía e historia**, nº 24 (107-117), Barcelona: Editorial Graó, Abril 2000.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

ADÃO, Áurea; SILVA, Carlos Manique da; PINTASSILGO, Joaquim (Org.) - **O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: Revisitando a primeira**

reforma republicana do ensino infantil, primário e normal [Em linha]. Lisboa: Instituto de Educação da UL, 2012. [Consult. em 29 Jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6383/3/342673.pdf>>.
ECCLESIA, Agência de Notícias da Igreja Católica em Portugal [Em linha]. Igreja/República: 100 anos de Separação, Lei de 1911 e sua aplicação continua a dividir historiadores, mas a diferenciação de domínios é hoje pacífica, Lisboa, 20 de Abril de 2011. [Consult. 27 Jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL: www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=85308>.

FINO, Carlos Nogueira - Vygotsky e a Zona de Desenvolvimento Proximal: três implicações pedagógicas [Em linha]. in **Revista Portuguesa de Educação**, (273-291), vol. 14, nº 2, 2001. [Consult. Em 10 Jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/11.pdf>>.

LÚCIO, José; Marques, Filomena – **A Pobreza em Lisboa na I República**. [Em linha]. (s/d), p. 2. [Consult. em 23 Jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL: http://www.academia.edu/466837/A_Pobreza_em_Lisboa_na_I_Republica>.

NÓVOA, António - **Para uma formação de professores construída dentro da profissão** [Em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa, [s.d.]. [Consult. em 11 Jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL: http://www.revistaeducacion.mec.es/re350/re350_09por.pdf>.



PAIS, José Machado - JOVENS E CIDADANIA. [Em linha]. in **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS**, n.º 49, (53-70), Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 2005. [Consult. em 02 Jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n49/n49a04.pdf>>.

PINTASSILGO, Joaquim - **A REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO: DO IDEAL ÀS REALIZAÇÕES**. [Em linha]. 2009. [Consult. em 29 Jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4018/1/ARepúblicaeaeeducação.pdf>>.

TENGARRINHA, José (Org.) – **História de Portugal** [Em linha]. São Paulo: UNESP, 2000. [Consult. em 2 Jul. 2013]. Disponível WWW: <URL: <http://www.lusofonias.net/aiclblog/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-De-Portugal-2.pdf>>

ANEXOS

ANEXO 1 – 1/2

<div><div><div>GOVERNO DE PORTUGAL</div></div><div><div>MINISTERIO DA EDUCACAO</div><div>SECRETARIA DE EDUCACAO</div></div></div> <div>ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMILO CASTELO BRANCO [ESCOLA COOPERANTE COM O MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DA FLUL]</div> <div><div>Carnaxide</div><div>Agrupamento de Escolas</div></div>			
HISTÓRIA – PLANO DE TRABALHO [2012/2013]			
ALUNOS	OBJECTIVOS	ACTIVIDADES	CALENDARIZAÇÃO
IPP2 <ul style="list-style-type: none">• José Gões• Bruno Conceição• Teresa Carvalho	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer a Escola nas suas diferentes vertentes;• Desenvolver a prática da planificação;• Executar as aulas de acordo com a planificação;• Tomar contacto com a avaliação formativa e sumativa;• Conhecer as dinâmicas das reuniões de Conselho de Turma, de grupo disciplinar e outras;• Tomar contacto com a planificação, organização e orientação de uma visita de estudo;• Ter contacto com o trabalho de Direcção de Turma.	<ul style="list-style-type: none">- Apresentação da Escola e da documentação organizadora da vida escolar do ano 2012/2013.- Reuniões de trabalho:<ul style="list-style-type: none">• Planeamento do trabalho a realizar;• Análise das planificações e preparação das leccionações;• Discussão e análise das aulas leccionadas;• Preparação da avaliação formativa e sumativa;• Preparação da Visita de Estudo;- Assistência a 2 aulas [45m]- Leccionação de 4 aulas [45m]- Participação em reuniões de grupo disciplinar, de Conselho de Turma e outras.- Contacto com o trabalho do Director de Turma	<div>1º Período</div> <div>1º Período</div> <div>A partir de Março</div> <div>“</div> <div>“</div> <div>Dezembro/Janeiro</div> <div>A partir de Março</div> <div>Ao longo do ano*</div> <div>Ao longo do ano*</div> <div>Ao longo do ano*</div>

ANEXO 1 – 2/2

IPP3	<ul style="list-style-type: none"> • Leopoldo Carvalho • Filipe M. Fernandes 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a prática da planificação; • Executar as aulas de acordo com a planificação; • Experimentar a avaliação formativa e sumativa; • Conhecer as dinâmicas das reuniões de Conselho de Turma, de grupo disciplinar e outras; • Tomar contacto com a planificação, organização e orientação de uma visita de estudo; • Ter contacto com o trabalho de Direcção de Turma. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação da documentação organizadora da vida escolar do ano 2012/2013. - Reuniões de trabalho: <ul style="list-style-type: none"> • Planeamento do trabalho a realizar; • Análise das planificações e preparação das leccionações; • Discussão e análise das aulas leccionadas; • Preparação da avaliação formativa e sumativa; • Preparação da Visita de Estudo; - Assistência a 2 aulas [45m] - Leccionação de 10 aulas [45m]; - Participação em reuniões de grupo disciplinar, de Conselho de Turma e outras. - Contacto com o trabalho do Director de Turma 	1º Período
				Durante o 1º Período,
				“
				“
				“
				Dezembro/Janeiro
				Outubro/Novembro
				Ao longo do ano*
				Ao longo do ano*

* Dependendo do horário disponível do mestrando.

ANEXO 2 – 1/1

Carnaxide

Agrupamento de Escolas

Agrupamento de Escolas de Carnaxide

3º Ciclo - 3º Ciclo - DL 139/2012

RELAÇÃO DE TURMA

2012/13

9º - Turma D

Escola

Diretor(a) Turma

Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Carnaxide, Oeiras

Leonel Menezes Taveira

Nº MATRIC.	NOME	I D	P A	I R	F G	H A	G S	M O	C t	F N	E Q	E d	E D	E I	E M	E P	S I	R E	Nº PROC.
1	André Desiré G. Cordeiro	15	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		18919
2	André Filipe P. N. S. Oliveira	14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		19049
3	Breno Batista L. S. Moura	14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		19094
4	Daniel Filipe C. Fonte	14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		19107
5	David Rodrigues Lopes	14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		19011
6	Diana Filipa A. Dinis	14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		19013
7	Diogo Alexandre A. Rodrigues	13	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		18974
8	Érica Fernanda Costa	13	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		19015
9	Gonçalo Gabado Costa	14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		19084
10	Inês Estrela Santos	14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		18985
11	Joana Urceira Cabrita	15	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		19380
12	Khrystyna Verbyana	14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		19217
13	Margarida Cerdeira M. Fernandes	13	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		18987
14	Micaela Alves Pereira	15	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		18811
15	Pedro Vinicius A. Emídio	15	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		19192
16	Rita Sorala T. Lavinas	13	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		18990
17	Susana Maria C. Barroso	14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		19375
18	Taissa Cravid Borges	14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		19032
19	Vasco André B. P. M. Baihau	14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	NF	X	X		19402

Alunos - 19

EB030

Rua Luz Veloso - 2790-095 CARNAXIDE

Tel: 214254400

Fax: 214187442

E-mail: presidente@ecarnaxide.pt

Legenda: X - Matriculado; TR - Transferência; AM - Anulou Matrícula; EF - Excluído por Faltas; AE - Admitido a Exame; MT - Mudou de Turma

Impresso em: 11/02/2013 - 9:02

ANEXO 3 – 1/1



Agrupamento de Escolas de Carnaxide

RELAÇÃO DE TURMA

2012/13
9º - Turma D

Escola

Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Carnaxide, Oeiras



ANDRÉ CORDEIRO

1



ANDRÉ OLIVEIRA

2



BRENO MOURA

3



DANIEL FONTE

4



DAVID LOPES

5



DIANA DINIS

6



DIOGO RODRIGUES

7



ERICA COSTA

8



GONÇALO COSTA

9



INÊS SANTOS

10



JOANA CABRITA

11



KHRYSTYNA VERBYANA

12



MARGARIDA FERNANDES

13



MICAELA PEREIRA

14



PEDRO EMÍDIO

15



RITA LAVINHAS

16



SUSANA BARROSO

17



TAÍSSA BORGES

18



VASCO BALHAU

19

ANEXO 4 – 1/1

Escola Secundária de Camilo Castelo Branco
Ficha de Registo Biográfico da turma 9º D – 2012/2013

ALUNO				PAI		MÃE		DISCIPLINAS				OBSERV. / SAÚDE						
Nº	Nome	Idad e	Imaios	Vive com	Residência	Hab	Profissão	Idade	Hab	Profissão	Idade	Profissão descrita	Ajuda nos estudos (Apoios)	Preferidas	Que menos gostas	Com mais dificuldades	Nº de repetições	Nacionalidade
1	André Cordeiro	15	dois	país	Carnaxide	3ºciclo	Carpinteiro	40 a 50	3º ciclo	Cozinheira	40 a 50	Não sabe	Matemática	Mat., Geo e His		Ed Física	1(8ºano)	Nacionalidade francesa
2	André Oliveira	14	um	país	Carnaxide	2ºCiclo	Jardineiro	40 a 50	3ºciclo	Doméstica	40 a 50	Tec. gestão Informático	Matemática	Mat., Port, Ed Física		Matemática	0	
3	Breno Moura	14	um	país	Algue	2º ciclo	Construção Civil	30 a 39	Não sabe	Doméstica	30 a 39	Não sabe	Matemática	Ed Fis., Inglês e Mat.		Francês, Port. Fis. Quim.	0	
4	Daniel Forte	14	zero	país	Carnaxide	2ºCiclo	Tipógrafo	30 a 39	3ºciclo	Escrituraria	3ºciclo	Cozinheiro	Matemática	Fis. Quim., Ciências e Ing.		Matemática, História	0	
5	David Lopes	14	um	país	Lisboa	2ºciclo	Mecânico	30 a 39	3ºciclo	Assistente operacional	30 a 39	Engenheiro ou político.	Português e Matemática	Ed Física, Franc e Fis. quim		Matemática, Port. e História	0	
6	Diana Diniz	14	um	país	Monte Alente	3ºciclo	Mecânico	40 a 50	2ºciclo	Doméstica	40 a 50	Não sabe	—	Ed Física, Franc e Fis. quim		Matemática, Ing e Port.	0	
7	Dogo Rodrigues	13	zero	país	Queluz- Branco	3ºciclo	Emprestário	40 a 50	Secund. 8º ano	Emprestaria	40 a 50	Futebolista	—	Fis. quim		Port. e História	0	
8	Erica Costa	13	dois	Mãe, avós	Queluz (Cruz)	—	—	—	3ºciclo	Armazém (farmácia)	30 a 40	Estadística, Ed Infantil	Matemática	Ed Física, Francês e EV		Mat. História e Português	0	
9	Gonçalo Costa	14	zero	país	Carnaxide	—	Eletricista	40 a 50	—	Emprestaria	40 a 50	Eng. Mecânico	—	Mat., Ed Física e Fis. quim		Francês	1(2º ano)	
10	Ilies Santos	14	dois	mãe	Queluz- Branco	Não sabe	Designer gráfico	30 a 40	Secund. 8º ano	Doméstica	30 a 39	Designer gráfica.	—	EV, Fis. quim, e Mat.		—	0	
11	Joana Cortia	15	um	Mãe e pai	Carnaxide	Superio	EDP	40 a 50	Superio	Bancária	40 a 50	Não sabe	Mat., Ing. e Port.	Ciências, LPort e Inglês		Mat., FQ e Ed Física	1(8º ano)	
12	Krystina Verbyans	14	dois	Mãe	Linda-a-Velha	Não sabe	Zoologico	30 a 39	Na	Zoologico	30 a 39	Médica	Mat., Ing. e Port.	Fis. quim		Mat., Port e História	0	
13	Margarida Fernandes	13	dois	país	Amadora	Second ano	Produtor com positor	40 a 50	3º ciclo	Gerente de loja	40 a 50	Artes (não sabe)	—	História e Ed Física		Mat. Francês e Fis. Quim	1(9º ano)	
14	Micaela Pereira	15	zero	mãe	Cacém	Não sabe	Não sabe	30 a 39	Não sabe	escriturária	30 a 39	Guia turística	—	Ingles, Ed Física e L. Port.		Português, Fran. Ingles, Matematica	0	
15	Pedro Emílio	14	zero	país	Linda-a-Velha	2ºciclo	Servente	40 a 50	1º ciclo	—	40 a 50	Engenheiro	—	Mat., Quim e Ed Física		Português, Fran. Ingles, Matematica	0	
16	Rita Lavinias	13	dois	país	Carnaxide	1ºciclo	Amador de ferro	40 a 50	2ºciclo	Desemprega da	30 a 39	Estadística, Ing e Ed Fisica	Matemática	Português e Fisica		Matematica	0	
17	Susana Barroo	15	um	país	Algue	3ºciclo	Carpinteiro	40 a 50	2ºciclo	Empregada doméstica	40 a 50	Não sabe	—	Ed Fisica, Franc e Geografia		Matematica	1(8º ano)	
18	Tatiana Borges	14	um	país	Carnaxide	Não sabe	Motorista	30 a 40	Secund. 8º ano	Administrativ a	30 a 40	Eng. de informática	—	Ing. Ed Fisica e Ed Fisica, TIC e Francês		História e Geografia	0	
19	Vasco Balthaz	14	zero	pai	Carnaxide	2ºciclo	Lavador de carros	30 a 39	3ºciclo	Motorista		Matemática	—	Fis. Quim, Ing e Matematica		Matematica	0	

ANEXO 5 – 1/3



ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMILO CASTELO BRANCO

Escola Cooperante com a FLUL, no Mestrado em Ensino de História e Geografia

Aluno: Leopoldo Carvalho

Professora Cooperante: Isabel Pedro

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

O aluno do Mestrado em Ensino de História e Geografia da FLUL, Leopoldo Carvalho, continuou a revelar, neste segundo ano de estágio [IPP3], simpatia e profissionalismo na sua relação com os elementos da comunidade educativa com quem contactou nestes dois anos, com os alunos e com a professora cooperante. Foi sempre pontual e muito empenhado.

Além das reuniões de trabalho em que participou e das aulas a que assistiu antes e depois da leccionação de uma unidade didáctica de 10 aulas, participou numa reunião geral de professores, numa reunião de Conselho de Turma intercalar e de avaliação do 1º Período, numa visita de estudo para consolidação dos conteúdos que leccionou, numa festa da ESCCB para entrega dos Prémios de Valor e Excelência e numa conferência organizada pelo núcleo de estágio, proferida pelo Professor Doutor Miguel Monteiro, registadas num quadro anexo.

Relativamente às dez aulas leccionadas pelo aluno de IPP3, Leopoldo Carvalho, decorreram de acordo com a planificação da unidade apresentada e com os planos de aula. Elaboradas de forma coerente, adequada ao nível de ensino, ao programa, ao tempo disponível, aos recursos e às características dos alunos.

Embora tivesse diversificado estratégias, o grande suporte das aulas leccionadas, foi um *power point* muito bem conseguido, acompanhado por uma exposição em permanente diálogo com os alunos e algumas fichas de trabalho que visavam a sistematização das aprendizagens. Utilizou o quadro como suporte visual da estrutura da aula, ajudando os alunos a “manterem o fio condutor” Demonstrou uma boa preparação científica e pedagógica.

Perante dúvidas colocadas, respondeu sempre com calma, dando oportunidade à reflexão e à aplicação dos conhecimentos adquiridos em novos contextos.

ANEXO 5 – 2/3

Concebeu e aplicou a avaliação formativa e sumativa, tendo elaborado em conjunto com a professora cooperante, o último teste do 1º Período. Colaborou ainda na sua correcção.

Através do quadro seguinte, pretende-se enfatizar os pontos fortes e fracos.

TURMA: 9ºD

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
PLANIFICAÇÃO (médio prazo e de aula)	Bem estruturada: -conteúdos e conceitos de acordo com o programa; -experiências de aprendizagem para aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competências; -recursos variados (imagens, documentários, textos e documentação do manual, interessantes slides que elaborou sobre a 1ªRepública); -tempo e avaliação distribuídos de forma equilibrada. -instrumentos de avaliação diversificados ao longo das dez aulas	-----
EXECUÇÃO	A qualidade da execução não justifica a particularização. Assim decorreu globalmente de acordo com a planificação; Foi claro nas explicações que fez e utilizou um vocabulário adequado ao nível de ensino; Utilizou a exposição dialogada; Geriu muito bem a participação dos alunos, solicitando os mais inibidos e dando sempre algum tempo para que chegassem ao diálogo ou à resposta; A interacção com os alunos foi muito boa, parecendo tratar-se de uma turma sua (conhecia os seus nomes); Movimentou-se com naturalidade pela sala e utilizou o quadro para anotar os pontos-chave. Demonstrou dominar as TIC, utilizando-as com segurança e adequação aos objectivos pretendidos. Utilizou-as ainda para interagir com os alunos (alguns alunos foram chamados a completar um quadro síntese) Conseguiu gerir bem o tempo.	Aquilo que poderia ser apontado como ponto fraco, (uma insuficiente explicação de um dos símbolos da República e uma imprecisão relativamente a um Republicano) transformou-se em ponto forte, porque na aula a seguir esclareceu os alunos de forma muito natural e a propósito dos conteúdos que estavam a ser transmitidos. Poderia eventualmente imprimir um ritmo mais dinâmico nas aulas, embora isso tenha de ser adequado às características dos alunos. Nesta turma os alunos reagiram bem. (10 aulas numa só turma são insuficientes para detectar imperfeições e eventualmente corrigi-las!)

ANEXO 5 – 3/3

AVALIAÇÃO	Diversificou os instrumentos de avaliação ao longo das aulas (perguntas colocadas aos alunos, elaboração de sínteses, trabalho de casa, ficha formativa). No início de cada aula dirigiu duas ou três perguntas aos alunos para verificar se os conteúdos da aula anterior estavam consolidados e assim avançar para os novos conteúdos. Elaborou um conjunto de questões muito pertinentes e adequadas para um dos grupos do teste de final do 1º Período (unidade que leccionou) e fez a sua correcção.	-----
------------------	---	-------

Por tudo o que foi dito neste relatório e discriminado no quadro síntese, constata-se que o Leopoldo Carvalho evoluiu de forma muito boa, tal como foi perspectivado no ano anterior.

Assim proponho nesta fase final da sua formação, a avaliação qualitativa de **Muito Bom**.

Lisboa, 30 de Janeiro de 2013

A professora cooperante



(Isabel Maria Henriques Pedro)

(Isabel Maria Henriques Pedro)

ANEXO 6 – 1/3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMILO CASTELO BRANCO

Escola Cooperante com a FLUL, no Mestrado em Ensino de História e Geografia

Estagiários IPP3: Leopoldo Carvalho; Filipe Fernandes

Professora Cooperante: Isabel Pedro

QUADRO SÍNTESE DO TRABALHO REALIZADO [ano lectivo 2012.2013]

DATA	TIPO DE SESSÃO	RESUMO DA SESSÃO
10/Set. /2012	O <u>Leopoldo Carvalho</u> participou na Reunião Geral Professores.	Conhecimento da nova direcção da ESCCB e das grandes linhas de orientação para o ano lectivo 2012.2013
9/Out. /2012	Reunião de trabalho com o <u>Leopoldo Carvalho</u> e o <u>Filipe Fernandes</u>	Escolha dos anos e temas a leccionar, bem como a calendarização das assistências e das aulas. Análise das Planificações anuais do 9º ano e do 10º ano. Entrega de alguns dados de caracterização das Turmas
19/Out. /2012	Assistência do <u>Leopoldo Carvalho</u> a uma aula de 9ºD	Assistência a uma aula de preparação para o teste.
22/Out. /2012	Assistência do <u>Filipe Fernandes</u> a duas aulas do 10ºD	Assistência às aulas para conhecimento da Turma
26/Out. /2012	Assistência do <u>Leopoldo Carvalho</u> a uma aula de 9ºD	Assistência à aula para conhecimento da Turma
29/Out. /2012	Assistência do <u>Filipe Fernandes</u> a duas aulas do 10ºD	Assistência às aulas para conhecimento da Turma
30/Out. /2012	Assistência do <u>Filipe Fernandes</u> a duas aulas do 10ºD. Assistência do <u>Filipe Fernandes</u> a uma reunião de Conselho de Turma (intercalar)	Assistência às aulas para conhecimento da Turma A participação na reunião de Conselho de Turma intercalar visou o aprofundamento do conhecimento dos alunos, através dos pareceres dos colegas das outras disciplinas
31/Out. /2012	Leccionação das duas primeiras aulas do <u>Leopoldo Carvalho</u> ao 9º D (de um conjunto de 10) Reunião de trabalho	Boa execução de acordo com a planificação Abordagem de questões relacionadas com a leccionação e preparação das aulas seguintes.

ANEXO 6 – 2/3

2/Nov. /2012	Leccionação de 3ª aula do <u>Leopoldo Carvalho</u> no 9ºD. Leccionação da 1ª e 2ª aula do Filipe Fernandes ao 10ºD (de um conjunto de 10) Reunião de trabalho	Boa execução de acordo com a planificação Boa execução de acordo com a planificação Reunião para analisar o trabalho realizado
5/Nov. /2012	Leccionação da 3ª e 4ª aula do Filipe Fernandes ao 10ºD, assistida pelo Professor Doutor Miguel Monteiro.	Boa execução de acordo com a planificação
6/Nov. /2012	Leccionação da 5ª e 6ª aula do Filipe Fernandes ao 10ºD	Boa execução de acordo com a planificação
7/Nov. /2012	Leccionação de 4ª e 5ª aula do <u>Leopoldo Carvalho</u> ao 9ºD, assistida pelo Professor Doutor Miguel Monteiro. Reunião de trabalho presidida pelo Professor Doutor Miguel Monteiro, para análise e avaliação das aulas do Filipe Fernandes e do <u>Leopoldo Carvalho</u>	Boa execução de acordo com a planificação Análise das aulas dos estagiários Filipe e Leopoldo
9/Nov. /2012	Leccionação da 7ª e 8ª aula do Filipe Fernandes ao 10ºD Leccionação de 6ª aula do <u>Leopoldo Carvalho</u> ao 9ºD	Visualização do filme o Gladiador para sistematização dos conteúdos relativos a Roma, com contextualização e guião elaborado pelo estagiário Filipe. Boa execução de acordo com a planificação
12/Nov. /2012	Leccionação da 9ª e 10ª aula do Filipe Fernandes ao 10ºD	Visualização do filme o Gladiador para sistematização dos conteúdos relativos ao Modelo Romano
13/Nov. /2012	Leccionação da 11ª e 12ª aula do Filipe Fernandes ao 10ºD	Debate sobre o filme e sistematização dos conhecimentos
14/Nov. /2012	Leccionação de 7ª e 8ª aula do <u>Leopoldo Carvalho</u> ao 9ºD	Boa execução de acordo com a planificação
16/Nov. /2012	Leccionação da 13ª e 14ª aulas do Filipe Fernandes ao 10º D	Boa execução de acordo com a planificação
23/Nov. /2012	Assistência do <u>Leopoldo Carvalho</u> a uma aula do 9ºD	Aula de preparação para o teste
26/Nov. /2012	Assistência do Filipe Fernandes a duas aulas do 10ºD	Aula de preparação para o teste
28/Nov. /2012	Leccionação de 9ª e 10ª aula do <u>Leopoldo Carvalho</u> ao 9ºD	Aplicação do teste de avaliação sumativa Posterior reunião de trabalho para a realização conjunta da avaliação

ANEXO 6 – 3/3

4/Dez. /2012	Assistência do Filipe Fernandes a duas aulas do 10ºD Reunião de trabalho Reunião de trabalho com o <u>Leopoldo Carvalho</u>	Entrega e correcção dos testes a partir dos descritores. Reunião para analisar o trabalho realizado Reunião para correcção dos testes de avaliação
7/Dez. /2012	Presença do Filipe Fernandes e do <u>Leopoldo Carvalho</u> na Festa dos Quadros de Valor e Excelência da ESCCB	Vivenciar algumas dinâmicas da ESCCB
18/01/2012	Participação do <u>Leopoldo Carvalho</u> na reunião de Conselho de Turma do 9ºano	Vivenciar uma outra dimensão da prática lectiva.
18/12/2012	Participação do Filipe Fernandes na reunião de Conselho de Turma do 10ºano	Vivenciar uma outra dimensão da prática lectiva
9/01/1013	Participação do Filipe Fernandes e do <u>Leopoldo Carvalho</u> na Conferência “Os Jesuítas e o Estado Novo” proferida pelo Professor Miguel Corrêa Monteiro	Participação na organização da Conferência
10/01/2013	Participação do <u>Leopoldo Carvalho</u> na Visita de Estudo de 9ºano ao Museu da Presidência da República	Acompanhamento dos alunos na consolidação de conhecimentos relativos aos conteúdos por si leccionados e outros definidos nos objectivos
22/01/2013	Participação do Filipe Fernandes na Visita de Estudo de 10ºano a Monsaraz e Évora	Acompanhamento dos alunos na consolidação de conhecimentos relativos aos conteúdos por si leccionados e outros definidos nos objectivos.

ANEXO 7 – 1/1

DOC. - Discurso de Afonso Costa, deputado republicano, na Câmara dos Deputados em 20 de Novembro de 1906.

“ (...) O que seria preciso era o rol de despesas, completo, sem sofismas, nem entrelinhas - um relatório exacto do que tem sido a administração pública, ao menos depois que Sua Majestade El-rei D. Carlos I está à frente do País.

(...) As consequências desses costumes, que o Sr. Ministro não quis denunciar-nos como devia, são no entanto bem frisantes e dolorosas; (...) impostos que têm sempre aumentado, até quase quintuplicarem, de 1852 para cá; e, por outro lado, o País sem instrução, nem exército, nem defesa das costas e fronteiras, nem marinha, nem auxílio aos operários, nem nada do que se pede e precisa, porque nem sequer temos estradas, já que as existentes, que nos custaram dezenas de milhares de contos de réis, destruiu-as a triste iniciativa e casmurrice do Sr. João Franco (...), não consentindo nas reparações necessárias, e inutilizando assim um importante capital nacional que, pelo contrário, era mister valorizar e aumentar.

Nós não temos nada.

(...) A nossa Carta Constitucional tem como garantia política, a mais forte e importante para os cidadãos, a votação anual das receitas e despesas públicas. Isso não é só do actual regime constitucional, mas dos antigos tempos em que os povos eram chamados às Cortes para discutir e apreciar questões de administração, como, por exemplo, o abaixamento do peso ou do toque das moedas, o aumento dos tributos, opondo por vezes um veto vigoroso às pretensões dos monarcas.

(...) Todas as classes estão sobrecarregadas desde 1891 com as consequências de uma crise temerosa, também produzida pela monarquia; todo o País tem trabalhado para se desembaraçar dessa crise, que é a mais profunda que país algum europeu tem atravessado; todos os portugueses têm empregado os seus melhores esforços - até contra a vontade dos Governos! - Para que o País subsista e se erga; ao mesmo tempo que esse esforço titânico tem sido realizado pela Nação, todos os empregados públicos têm sofrido deduções exageradíssimas; os portadores da dívida pública ficaram quase sem o juro a que tinham direito, ninguém tem podido contar com o fruto do seu trabalho!...

(...) Além do que está determinado na lei, isto é, réis 525.000\$000 por ano, nenhuma outra quantia, qualquer que seja a sua denominação ou natureza, pode ser abonada à família real.

(...) O arrependimento do rei ficou bem claro, no dia em que falou na Sociedade de Geografia, declarando, ainda antes de estar regularizada a sua situação, de ter restituído o que indevidamente recebeu, que era necessário que o País tivesse uma administração honrada e honesta.

Pedir uma administração honesta e honrada quem não teve ainda a honestidade e a honradez de pagar à Nação o que indevidamente desviou dos cofres públicos... É, pelo menos, assombroso!

(...) A Nação ordena, e declara indispensável, que essas pessoas reponham as quantias desviadas, com todos os juros, sem excepção de uma só verba; (...)

E mais ordena o povo, solenemente, que, logo que tudo esteja pago, diga o Sr. Presidente do Conselho ao rei:

- Retire-se, Senhor, saia do País, para não ter de entrar numa prisão, em nome da lei!...

(...) Por muito menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I, rolou no cadafalso, em França, a cabeça de Luís XVI!... (...)”

Fonte: Oliveira Marques, A. H., *Obras de Afonso Costa, Discursos Parlamentares*, 1: 1900-1910, Lisboa, Europa-América, 1973, págs. 158-183;

ANEXO 8 – 1/1

DOC. – O regicídio descrito em dois manuais escolares.

- A. “Os partidos políticos, em vez de se unirem, guerreavam-se. Não havia ordem nem autoridade. (...) D. Carlos, atendendo a esta confusão política, chamou ao poder o conselheiro João Franco que, dissolvendo o Parlamento, começou a governar em ditadura. (...) Deu-se então o assassinato de D. Carlos e do príncipe herdeiro D. Luís Filipe. (...) Este acto pode considerar-se heróico porque pôs fim à ditadura. ”

Agostinho de Moura e Eusébio Queirós, História da Pátria para o Ensino Primário, 1912

- B. “Deu-se então um crime monstruoso: o assassinato de D. Carlos e do príncipe herdeiro, D. Luís Filipe, no Terreiro do Paço, quando, no dia 1 de Fevereiro de 1908, regressavam de Vila Viçosa com a família real. Em virtude deste lamentável acontecimento, subiu ao trono D. Manuel, filho segundo de D. Carlos.”

Tomás de Barros, Sumário de História de Portugal para a 4ª classe, 1948

Duas fontes, diferentes perspectivas:

1. De que modo os autores da fonte A. apresentam as consequências do regicídio?
2. De que modo o autor da fonte B. descreve o regicídio?
3. Como explicam que o mesmo acontecimento seja caracterizado de forma diferente?

ANEXO 9 – 1/1

→ O avanço republicano

A primeira tentativa de revolução republicana verificou-se em **31 de Janeiro** de 1891. Nessa altura, sectores republicanos portugueses apoiaram uma revolta na guarnição militar do Porto que, embora não tenha sido bem-sucedida, deu sinal à monarquia de que estava em perigo (Doc. 1).

Perante a ineficácia dos partidos monárquicos, patente nas disputas parlamentares que impediam a tomada de decisões, D. Carlos, em 1907, convidou João Franco a formar governo sem recurso a eleições, sob regime de **ditadura** 🗡️. Contudo, a agitação política aumentou e, em 1 de Fevereiro de 1908, o rei e o príncipe herdeiro Luís Filipe foram assassinados – **regicídio** – em pleno Terreiro do Paço, quando regressavam de Vila Viçosa (Docs. 3 e 4).

D. Manuel II tornou-se, assim, o novo rei de Portugal, mas por pouco tempo. João Franco foi demitido, sendo substituído por um governo composto por todos os partidos monárquicos. Todavia, tal unidade não durou muito tempo: a monarquia caminhava para o fim... Apoiados numa organização secreta (a **Carbonária**), os republicanos preparavam-se para tomar o poder, enquanto realizavam manifestações pelo País (Doc. 2).

→ A revolução republicana

O Partido Republicano deu luz verde para a revolução a 25 de Setembro de 1910, ficando Cândido dos Reis como comandante-chefe. Em 4 de Outubro de 1910 teve início a revolução. Nas primeiras horas de **5 de Outubro** juntaram-se na Rotunda (Praça Marquês de Pombal), em Lisboa, os apoiantes da República, liderados por Machado Santos, comissário da Marinha, membros do Exército de baixa patente e civis das classes médias. O Palácio das Necessidades foi bombardeado, e os monárquicos cederam à pressão republicana (Doc. 5). O rei apressou-se a fugir para Mafra e daí para a Ericeira, de onde embarcou para o exílio na Grã-Bretanha.

A **República** foi proclamada da varanda da Câmara Municipal de Lisboa, aguardando-se a sua aceitação nacional e internacional (Doc. 6). O Partido Republicano formou um **governo provisório**, sob a presidência de Teófilo Braga. A composição do Governo foi desde logo polémica e suscitou inúmeras críticas. Os novos governantes tomaram medidas avulsas, sem um programa coerente e definido. A saída de cena de quase todos os políticos monárquicos e a falta de políticos qualificados e experientes entre os republicanos adiaram a tomada de decisões e dificultaram a estabilização do novo regime político.

Documento

1. PARTIDO REPUBLICANO.

[...] O Partido Republicano tem-se alastrado, não porque aos espíritos democratizados aparecesse a necessidade de implantar entre nós as instituições republicanas, como as únicas capazes de realizar certos progressos sociais – mas porque esses espíritos sentem todos os dias uma aversão maior pela política parlamentar, tal como ela se tem manifestado, com o seu cortejo de males, nestes derradeiros tempos.

EÇA DE QUEIRÓS,
«Novos factores da política portuguesa», *Revista de Portugal*,
1891



2. MANIFESTAÇÃO REPUBLICANA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

VOCABULÁRIO

Ditadura 🗡️ Governo autoritário exercido por uma pessoa ou por um grupo de pessoas que tomam o poder e em que o poder executivo se sobrepõe aos outros.

ANEXO 10 – 1/1

Ficha de trabalho

Doc. 1 – Em defesa do regime republicano

“Que a nação tome conta dos seus destinos. O que é a República senão uma nacionalidade exercendo por si mesma a própria soberania? (...). No estado actual da crise portuguesa, só existe uma solução nacional, prática e salvadora – a proclamação da República.

Só assim acabarão os interesses egoístas (...); só assim aparecerá uma geração nova capaz de civismo e de sacrifícios pela Pátria (...).”

Manifesto do Partido Republicano, 1890

Doc. 2 – O socialismo visto por Antero de Quental

“O que é o socialismo? (...) O socialismo (...) é a reclamação da justiça e da igualdade nas relações dos Homens: dos Homens que a Natureza criou livres e iguais e que a organização social transformou em duas raças inimigas, uma que manda, goza e oprime, outra que obedece, trabalha e sofre: de um lado, senhores, aristocratas, capitalistas; do outro, escravos, servos, proletários!

No dia em que esta desigualdade monstruosa e ímpia apareceu no Mundo, apareceu também logo a protestar contra ela o socialismo.”

Antero de Quental (1842-1891), Prosas, t. II

Lê, com atenção, os documentos 1 e 2 e responde às seguintes questões:

1. Indica, com base no documento 1, o que é a República?
2. Refere o que se conseguirá obter com a proclamação da República?
3. Indica, com base no documento 2, o que é o socialismo?
4. Refere quais são os princípios defendidos pelo socialismo?

ANEXO 11 – 1/1




Actividade

Guião de visionamento do Documentário *O Regicídio*


Depois da observação atenta do vídeo, responde às seguintes questões:

1. Indica onde ocorre o Regicídio e em que data.
2. Refere quem são os membros da realeza assassinados.
3. Indica quantos são os regicidas e os seus nomes.
4. Refere quem se torna Rei após este acontecimento.
5. Indica o que sucede a João Franco após o Regicídio.


ANEXO 12 – 1/1



GOVERNO DE
PORTUGAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



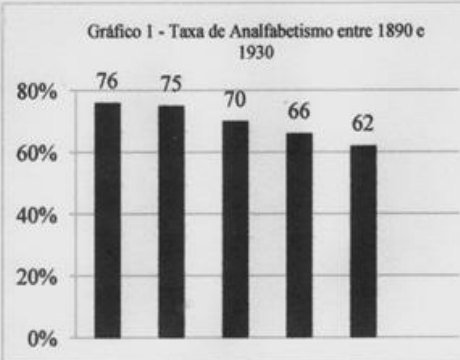
Carnaxide
Agrupamento de Escolas

Nome: _____

Nº.: _____ Turma: 9º D Classificação: _____ Professor: _____


Ficha de Trabalho (TPC)

Gráfico 1 - Taxa de Analfabetismo entre 1890 e 1930



Ano	Taxa de Analfabetismo (%)
1890	76
1900	75
1910	70
1920	66
1930	62

Gráfico 2 - Nº de escolas primárias em 1910 e 1926



Ano	Nº de escolas primárias
1910	5552
1926	7126

Gráfico 1 – Construção própria. Fonte: Nóvoa, 1992, p. 475

Gráfico 2 – Construção própria. Fonte: Diniz, 2007, p. 51

Observa com atenção os Gráficos 1 e 2 e responde, de forma sintética, às seguintes questões

1. Indica a evolução da taxa de analfabetismo, em Portugal, entre os anos 1890 e 1930.

2. Refere, com base no gráfico 2, se consideras ter existido investimento na educação entre 1910 e 1926. Justifica.

3. Explica, relacionando a informação dos dois gráficos, se existiu ou não uma evolução na educação, durante o período da 1ª República, entre 1910 e 1926.

133

ANEXO 13 – 1/3

2 A 1.ª República

→ O governo provisório e as realizações do regime republicano

No domínio político, foi aprovada uma nova **Constituição**, de acordo com o novo regime. Esta estabeleceu a divisão tripartida dos poderes: legislativo, a cargo do Congresso; executivo, da responsabilidade do Governo e do presidente da República; e judicial, entregue aos Tribunais. O Congresso escolhia e podia demitir o presidente da República. O Governo só podia funcionar enquanto tivesse maioria absoluta parlamentar, o que colocava o Congresso acima do próprio Governo; daí a designação de **parlamentarismo**.

Manuel de Arriaga foi eleito primeiro presidente da República Portuguesa em 24 de Agosto de 1911 (Doc. 1). A partir deste momento, o Partido Republicano dividiu-se e iniciaram-se as discussões entre os vários partidos criados. No campo das realizações políticas dos primeiros governos republicanos, são de destacar:

- **Medidas anticlericais:** proibição do ensino religioso nas escolas; nacionalização dos bens da Igreja; expulsão do País das ordens religiosas; criação do registo civil obrigatório, no âmbito da separação entre o Estado e a Igreja (Doc. 5);
- **Medidas de carácter social e laboral:** criação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social; direito à greve; regulamentação do horário de trabalho (48 horas semanais); descanso semanal obrigatório; construção de bairros operários; legalização do divórcio; protecção aos filhos ilegítimos; criação de um Fundo Nacional de Assistência para a Velhice e a Doença (Doc. 4);
- **Medidas no campo da Educação:** escolaridade obrigatória até aos 10 anos; criação de jardins-de-infância (utilização da *Cartilha Maternal* e adopção do método de João de Deus) e construção de escolas primárias; criação do ensino técnico (escolas comerciais e industriais) e reforma dos liceus; criação das universidades de Lisboa e do Porto e criação de institutos públicos de ensino superior (Docs. 2 e 6);
- **Medidas de carácter económico e financeiro:** na agricultura, maior utilização de adubo e importação de máquinas agrícolas; incremento da indústria, especialmente dos sectores têxtil, de cimentos e químico; tentativa de desenvolvimento dos transportes e comunicações (especialmente das ligações interurbanas, do automóvel, do telégrafo e do telefone); tentativa de redução do défice das contas do Estado, destacando-se o governo de Afonso Costa de 1913-1914, que colocou as contas públicas em ordem.



1. **PRIMEIRO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.** Manuel de Arriaga exerceu o seu cargo entre 24 de Agosto de 1911 e 26 de Maio de 1915. Nascido na cidade da Horta, fez esforços, após as eleições, para unir o partido, mas não obteve resultados. O seu mandato foi afectado pelas tentativas monárquicas de restauração.



2. **A PORTUGUEZA.** O regime republicano achou necessário mudar os símbolos nacionais, para reforçar a ideia de uma «refundação» nacional. O hino patriótico *A Portuguesa* (1890), tornou-se hino nacional em 1911 (vê a página 53).

ANEXO 13 – 2/3

```
graph TD
    EXECUTIVO[EXECUTIVO] --> PR[PRESIDENTE DA REPÚBLICA]
    EXECUTIVO --> GOV[GOVERNO]
    LEGISLATIVO[LEGISLATIVO] --> CR[CONGRESSO DA REPÚBLICA]
    CR --> CD[CÂMARA DOS DEPUTADOS]
    CR --> SEN[SENADO]
    JUDICIAL[JUDICIAL] --> TRIB[TRIBUNAIS]
    CIDADÃOS[CIDADÃOS] --> PR
    CIDADÃOS -- "(Sufrágio restrito)" --> CR
    PR -- "escolhe" --> GOV
    PR -- "nomeia" --> GOV
    GOV -- "controla" --> CR
```

3. A ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO DE 1911. O Congresso da República (sobretudo a Câmara dos Deputados) ficava com uma preponderância absoluta.

4. LEIS DA 1.ª REPÚBLICA.

Em 15 de Janeiro de 1915 são instituídos os regimes de duração do trabalho para o comércio (Lei n.º 295) e a indústria (Lei n.º 296), aplicáveis a estabelecimentos com mais de cinco trabalhadores. O período máximo de trabalho diário passava a ser de dez horas.

LUÍS GRAÇA,
História da Saúde e do Trabalho (1801-2000)

5. O ESTADO LAICO.

A partir da publicação do presente decreto, com força de lei, a religião católica apostólica romana deixa de ser a religião do Estado, e todas as Igrejas ou confissões religiosas são igualmente autorizadas como legítimas agremiações particulares, desde que não ofendam a moral pública nem os princípios do direito político português.

Lei de Separação entre o Estado e a Igreja,
20 de Abril de 1911

6. SALA DE AULA EM ESCOLA PRIMÁRIA. O combate ao analfabetismo foi uma das prioridades políticas da 1.ª República.

Actividades

1. Explica de que modo a Constituição de 1911 colocava o Governo e o presidente dependentes do Congresso (Doc. 3).
2. Justifica a seguinte afirmação: «Os primeiros governos republicanos tentaram responder às primeiras reivindicações operárias.» (Doc. 4)
3. «A 1.ª República esforçou-se por tornar a Escola uma instituição que formasse cidadãos e combatesse a influência cultural do catolicismo.» Refere as medidas que confirmam a afirmação anterior.

ANEXO 13 – 3/3

→ A intervenção de Portugal na Grande Guerra

Perante a guerra na Europa a partir de 1914, surgiram em Portugal **duas posições**: aquela que defendia a participação no conflito ao lado dos Britânicos e a que defendia a neutralidade, de modo a evitar os riscos da guerra e a afirmar a soberania nacional perante a Grã-Bretanha.

Os **defensores da participação** na guerra, que incluíam políticos importantes como Afonso Costa e António José de Almeida, tiveram a seu favor argumentos poderosos:

- As **ameaças alemãs** às colónias portuguesas em África eram evidentes desde o fim do século XIX e uma aliança com a Grã-Bretanha forçá-la-ia a continuar a reconhecer os direitos portugueses após a guerra;
- A **legitimação do novo regime** republicano entre as potências europeias sairia reforçada se Portugal, reatando a sua tradicional aliança com a Grã-Bretanha, apoiasse os Aliados no esforço de guerra (Doc. 1).



1. PROPAGANDA A FAVOR DA INTERVENÇÃO NA GUERRA (1916).

→ O Corpo Expedicionário Português

O sinal para a entrada de Portugal na Grande Guerra deu-se com o ataque de submarinos alemães a barcos que cruzavam o Atlântico para abastecer a Grã-Bretanha. Como os Alemães tinham fundeado vários submarinos em portos nacionais, o Governo britânico solicitou a Portugal o seu aprisionamento. Em 23 de Fevereiro de 1916, o Governo português acedeu e, logo de seguida, a Alemanha declarou guerra a Portugal (9 de Março).

Organizou-se o **Corpo Expedicionário Português (CEP)** que, em 1917, partiu para a frente de combate em França com 55 mil homens e se colocou sob o comando britânico (Doc. 2). Grande parte do CEP foi massacrada a 9 de Abril de 1918 pela artilharia alemã (Batalha de La Lys), morrendo mais de sete mil portugueses (Docs. 4, 5 e 6). Foram igualmente enviadas tropas para Angola e Moçambique, que tinham fronteira com colónias alemãs.



2. SOLDADOS PARTINDO PARA A FRENTE DE GUERRA EM FRANÇA. Em primeiro plano, um dos mobilizados despede-se da mulher.

→ As consequências da guerra

As **baixas portuguesas** em combate foram de 15 mil vidas em França e de 21 mil vidas em África. A intervenção na guerra causou ainda grandes **dificuldades económicas** no País, agravando a dívida do Estado português.

No entanto, Portugal conseguiu, além do **reconhecimento internacional**, assegurar um lugar na Conferência de Paz e manter a posse das suas colónias africanas após o conflito.

ANEXO 14 – 1/1

→ As dificuldades políticas da 1.ª República

O regime republicano vivia desde o início numa grande instabilidade política, motivada pela fraqueza dos vários governos, facilmente derrubados por votações adversas no Parlamento. Em dezasseis anos, sucederam-se 45 governos.

Em 1911, o Partido Republicano dividira-se em três forças políticas distintas: os mais fortes eram os **Democráticos** (liderados por Afonso Costa e depois por António Maria da Silva), aos quais se opunham os **Evolucionistas** (de António José de Almeida), os **Unionistas** (de Brito Camacho) e mais um conjunto de pequenos partidos. Democráticos e Unionistas chegaram a formar uma coligação durante a guerra (União Sagrada), mas a luta política manteve-se extremada, assumindo mesmo aspectos violentos (Doc. 5).

Em 1917, Sidónio Pais tomou o poder através de um golpe militar, fez-se eleger presidente da República e pretendeu instalar um regime presidencialista: a **República Nova**. No entanto, em Dezembro de 1918 foi assassinado. Pouco depois, eclodiu uma rebelião monárquica liderada por Paiva Couceiro, que instaurou no Porto, durante um mês, a **Monarquia do Norte**. Estas duas revoltas agravaram a instabilidade política.

→ As dificuldades económicas e sociais

Para fazer face às despesas crescentes com a guerra e à escassez de abastecimentos, os governos aumentaram os impostos e o volume de papel-moeda em circulação, o que degradou o valor da moeda e fez subir o preço de todos os bens — **inflação** (Doc. 1).

O nível de vida foi muito afectado e surgiu uma **contestação generalizada**, sobretudo entre os mais desfavorecidos. O movimento operário, organizado em torno da União Operária Nacional (UON) — depois denominada Confederação Geral do Trabalho (CGT) —, ganhou força e desencadeou uma onda grevista (Docs. 2 e 3). Em geral, os governos reprimiram com violência estas formas de luta operária.

Entre a população rural, as dificuldades também se fizeram sentir, agravando-se com a guerra. Em 1917, as **aparições de Fátima** despertaram o sentimento religioso da grande maioria católica da população, reforçando a posição da Igreja Católica, prejudicada pelas medidas laicizadoras dos governos republicanos (Doc. 4).

Entre as **classes médias**, a crise política e económica também reforçou o descontentamento (Docs. 5 e 6).



1. O «INVERNO DO ZÉ» DEPOIS DA GUERRA. Com a entrada na Grande Guerra, a inflação desvalorizou a moeda e fez disparar os impostos e os preços de todos os bens.

2. PRINCIPAIS PROTESTOS OPERÁRIOS

- 1910** Aparecimento do semanário *O Sindicalista*.
- 1912** Greve geral em Lisboa e outras localidades. Greve da Companhia Carris (Lisboa fica sem eléctricos durante 26 dias). Começa a publicar-se em Évora *O Trabalhador Rural*.
- 1917** Greve dos Correios e Telégrafos. Greve geral em Lisboa e arredores.
- 1919** Intensa agitação política e social, acompanhada de atentados a tiro e à bomba. Início da publicação do diário *A Batalha*, porta-voz da organização operária portuguesa.

ANEXO 15 – 1/1

SUPLEMENTO

ILUSTRAÇÃO

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
TIP. DA EMPRESA
DO ANUÁRIO COMERCIAL
R. dos Restauradores, 21 — Lisboa

Propriedade e Edição:
AILLAUD, L.^{DA}
R. Anchieta, 25 — Lisboa

DIRECTOR: JOÃO DA CUNHA DE EÇA

PUBLIÇÃO QUINZENAL

ANO 1.º — NÚMERO 11

1 DE JUNHO DE 1926



O sr. General Manuel de Oliveira Gomes da Costa, que assumiu a chefia do movimento militar.



O sr. Comandante Mendes Cabocadas, à saída do palácio de Belem, depois de ter recebido do Chefe do Estado o encargo de formar ministério.



O sr. coronel Oliveira Gomes, comandante em chefe das forças concentradas na Amadora.

A REVOLTA MILITAR

Na madrugada de 27 de Maio findo o país foi surpreendido por mais um movimento revolucionário, de carácter militar, com o principal objectivo de derrubar o governo do sr. António Maria da Silva, cuja orientação política estava desagradando a maioria do exército. A revolta teve início em Braga, na 8.ª divisão, dali irradiando para as outras unidades, pelo que se considera plenamente triunfante, com a vantagem de ver atingido o seu fim sem a mínima efusão de sangue e sem ter sequer disparado um único tiro.

Não quis a *Ilustração*, embora o presente número já estivesse pronto a sair, deixar de registar acontecimentos de tão palpitante actualidade, e por isso organizou, a última hora, este suplemento, dando nele alguns aspectos do movimento revolucionário aludido.



O sr. capitão Sotria (à esquerda), à saída da Escola de Aviação de Sotria, na Granja do Marquês.

ANEXO 16 – 1/1



Tarefa

Escrever uma notícia de jornal

Trabalhando com o teu colega, deves compor uma notícia sobre o Golpe Militar de 28 de Maio de 1926. Ao escreveres a notícia deves dar-lhe um título e responder, de forma completa, às seguintes questões, para que o leitor fique bem informado:

1. O que aconteceu?
2. Quando aconteceu?
3. Quem comandava?
4. Onde aconteceu?
5. Porque aconteceu?

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

ANEXO 17 – 1/3

ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMILO CASTELO BRANCO

HISTÓRIA - 9ºD

Teste de avaliação sumativa

28 Novembro 2012

Lê atentamente toda a documentação e as respectivas perguntas, respondendo com clareza e de forma completa às questões.

GRUPO I 25%

Caricatura 1



1.1 Esta caricatura pretende mostrar uma situação de submissão de um país relativamente a outro, ocorrida no final do século XIX.

1.1.1 Identifica quais os países representados pelos dois bonecos.

1.1.2 Indica o acontecimento e a data a que se refere a caricatura, causadora da grande tensão nas relações entre os dois países que identificaste na resposta anterior.

1.1.3 Refere-te à decisão política tomada pelo rei português relativamente a esse acontecimento, apresentando duas consequências de tal acto.

1.2 Transcreve para a tua folha de teste a hipótese correcta, de entre as três abaixo indicadas. Essa hipótese tem que estar de acordo com a afirmação a seguir indicada.

Em 1907, o rei de Portugal tenta travar a crise política, económica e social que o País atravessava, e para isso:

- Convida o Partido Progressista a formar governo em coligação com o Partido Republicano.
- Convida D. Manuel a assumir o poder e parte para Inglaterra.
- Convida João Franco a formar governo, o que ocorre em forma de ditadura.

GRUPO II 12%

2. Lê atentamente o texto.

Há já uns poucos de dias que tinha a ideia de escrever para mim estas notas íntimas, desde o dia (...) do horroroso atentado no qual perdi barbaramente assassinados o meu querido Pai e o meu querido Irmão.

D. Manuel II, *Notas Absolutamente Íntimas*

2.1 Identifica o «Pai» e o «Irmão» a que D. Manuel II se refere.

2.2 Explica o acontecimento aqui recordado pelo rei D. Manuel II, não esquecendo de referir onde e quando aconteceu.

ANEXO 17 – 2/3

GRUPO III 14%

3. Observa a imagem.



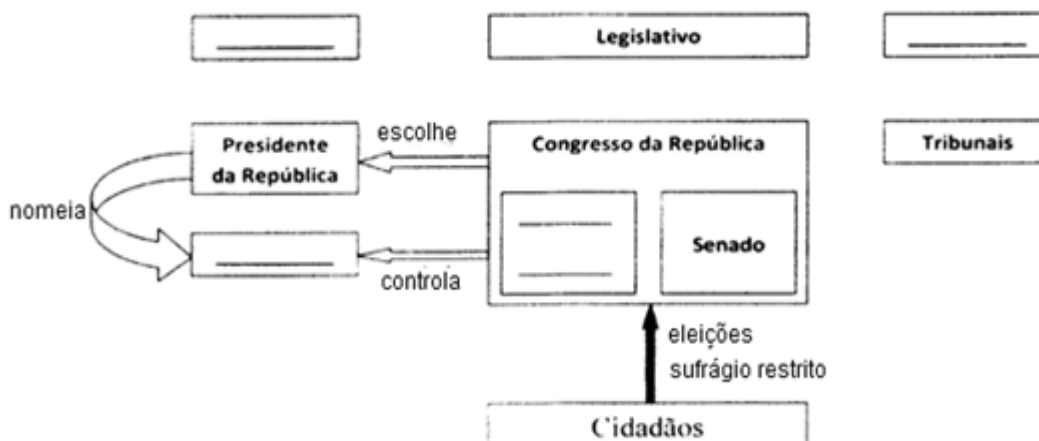
Imagem 1 - Proclamação da República

3.1 Localiza no tempo e no espaço o acontecimento retratado na imagem.

3.2 Explica o que aconteceu à família real após a implantação da República.

GRUPO IV 25%

4.1 Completa o esquema seguinte de acordo com o estabelecido na Constituição da República Portuguesa, de 21 de Agosto de 1911, copiando-o para a tua folha de teste.



4.2 Indica três das várias medidas educativas tomadas durante a 1ª República.

4.3 Numerando-os de 1 a 6, coloca por ordem cronológica os acontecimentos seguintes, transcrevendo-os para a folha do teste.

- Ultimato inglês _____
- Entrada de Portugal na 1ª Guerra Mundial _____
- Golpe Militar chefiado pelo General Gomes da Costa _____
- Implantação da República _____
- Aprovação da primeira Constituição republicana _____
- Regicídio _____

ANEXO 17 – 3/3

4.4 Relaciona os conceitos com as definições correctas e **transcreve-as** na folha de teste, fazendo-as corresponder a A; B; C; D.

Republicanismo	Partido político	Democracia parlamentar	Ditadura militar
----------------	------------------	------------------------	------------------

- A) Regime militar autoritário, em que são suspensas as liberdades individuais.
- B) Regime em que os cidadãos escolhem livremente os seus representantes, através de eleições, cujo órgão político mais importante é o Parlamento.
- C) Agrupamento reconhecido de pessoas que defendem uma determinada ideologia política e pretendem conquistar ou participar no poder.
- D) Ideologia político-cultural cujo objectivo fundamental era abolir o regime monárquico e substituí-lo pelo regime republicano.

GRUPO V 24%

5. Tendo em conta o que estudaste e a imagem, escreve um texto que comprove a afirmação:



A flapper, numa ilustração dos anos 20
O termo designa a jovem emancipada, que ostensivamente, despreza as convenções sociais. Na realidade, o fenómeno flapper teve uma dimensão reduzida e restrita às classes mais endinheiradas, mas acabou por influenciar os padrões de conduta: um vestuário mais livre e cómodo, o uso de maquilhagem, a participação em determinadas actividades, até aí impensáveis para uma mulher respeitável, acabaram por tornar-se socialmente aceites.

As primeiras décadas do século XX representam anos de grandes transformações.

Na tua resposta deverás abordar, pela ordem que entenderes, os seguintes aspectos:

Transformações:

- Políticas
- Económicas
- Sociais
- Mentalidades

Bom teste.
Isabel Pedro
Leopoldo Carvalho

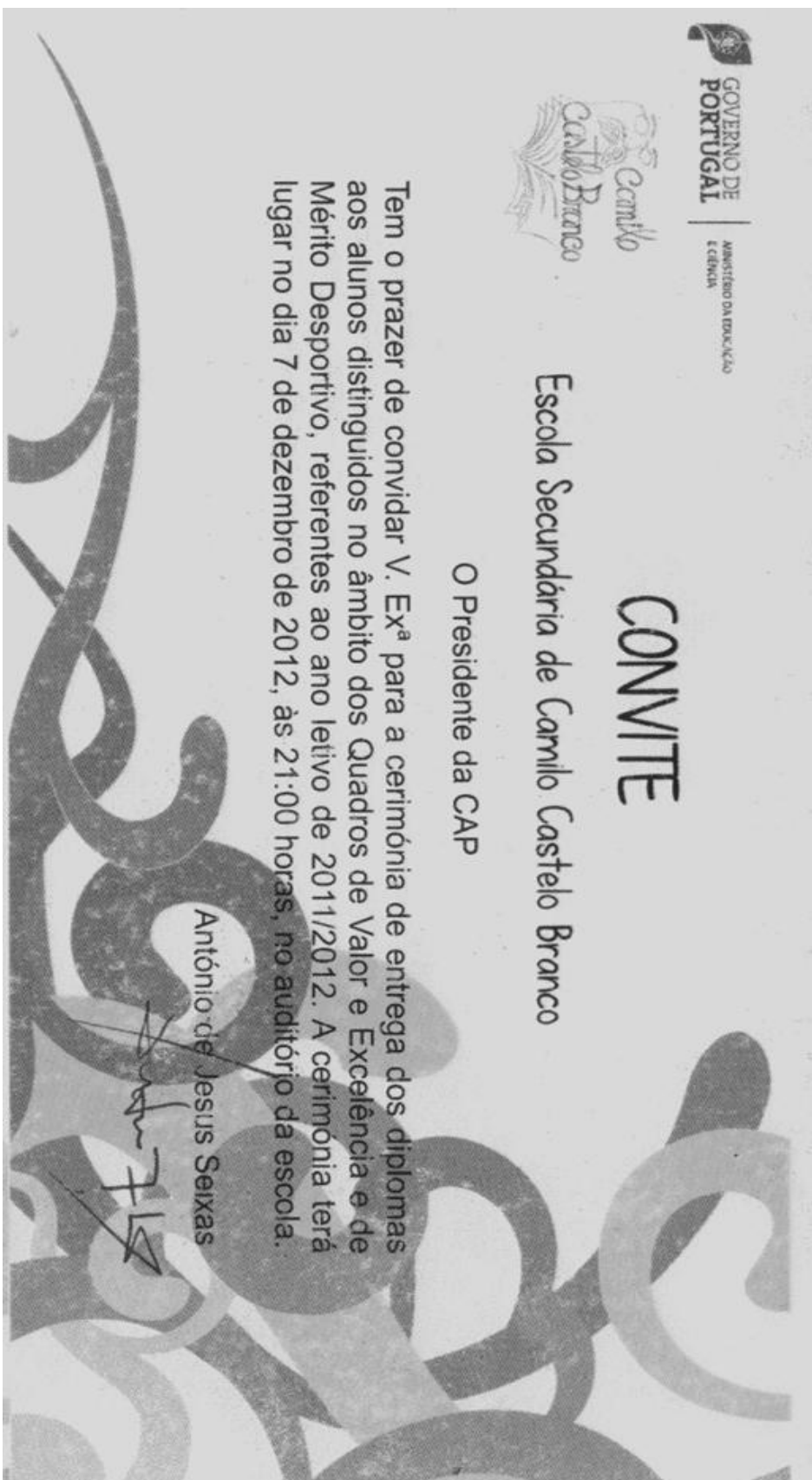
ANEXO 18 – 1/1


GRELHA DE CORRECÇÃO DO TESTE


TEMA: 1ª República e alteração das mentalidades na 1ª metade do séc. XX

N.º	Alunos	Grupos	Grupo I (25%)				Grupo II (12%)				Grupo III (14%)				Grupo IV (25%)				Grupo V (24%)				TOTAL
			Questões	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.2	2.1	2.2	3.1	3.2	4.1	4.2	4.3	4.4	5.	24						
																		Nome	Cotação	6	6	7	
1	André C.		6	6	6	7	6	4	8	3	8	3	5	1	8	5		70					
2	André O.		5	5	5	3	0	0	4	3	0	3	6	0	4	5		38					
4	Breno		6	6	6	6	0	4	2	3	0	3	6	0	8	10		54					
5	Daniel		5	6	6	7	6	4	7	3	8	4	6	3	2	10		71					
6	David		0	0	0	0	0	0	0	0	4	3	6	0	4	5		22					
7	Diana		0	0	0	0	6	0	0	0	0	5	2	1	4	12		30					
8	Diogo		5	6	6	7	6	4	6	6	2	4	0	3	8	5		62					
9	Erica		5	6	6	0	6	4	6	3	7	2	2	1	8	10		60					
10	Gonçalo		6	6	6	6	6	4	7	6	7	5	6	2	4	10		75					
11	Inês		6	6	6	6	6	2	7	3	7	3	6	0	8	20		80					
12	Joana		6	6	6	6	6	4	8	6	7	5	2	6	8	20		90					
13	Krystyna		6	5	5	6	6	0	0	6	4	1	4	0	8	12		58					
14	Margarida		6	6	6	7	6	3	8	3	8	3	2	2	8	20		82					
15	Micaela		6	3	3	7	6	2	6	3	0	2	2	2	4	12		55					
16	Pedro		6	3	3	4	6	4	6	3	6	3	4	0	8	2		55					
17	Rita		5	5	5	3	0	4	6	6	4	4	6	1	4	12		60					
18	Susana		6	6	6	6	6	2	7	3	6	4	6	0	8	20		80					
19	Taissa		5	6	6	0	6	2	6	3	6	4	6	1	4	10		59					
20	Vasco		6	6	6	4	6	4	6	6	5	3	4	1	8	15		74					

ANEXO 19 – 1/1



 GOVERNO DE
PORTUGAL | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

 Camilo
Castelo Branco


CONVITE

Escola Secundária de Camilo Castelo Branco

O Presidente da CAP

Tem o prazer de convidar V. Exª para a cerimónia de entrega dos diplomas aos alunos distinguidos no âmbito dos Quadros de Valor e Excelência e de Mérito Desportivo, referentes ao ano letivo de 2011/2012. A cerimónia terá lugar no dia 7 de dezembro de 2012, às 21:00 horas, no auditório da escola.


António de Jesus Seixas



ANEXO 20 – 1/1



ANEXO 21 – 1/2



Agrupamento de Escolas de Carnaxide

3º Ciclo - DL 139/2012

2012/13 - 3º Período / 9 - Turma D

Agrupamento de Escolas de Carnaxide e Valejas

Alfado em: / /

PAUTA DE PROPOSTAS DE AVALIAÇÃO


Nº Pícc.

Nº Matric.	NOME	PORT.		ING. (LEI)		FRAN. (LE2)		HIST.		GEO.		Mat.		C-NAT.		F-Q.		Ed. Fis.		ED-VI.		Averbaamentos	Nº Pícc.
		FJ	CP	FJ	CP	FJ	CP	FJ	CP	FJ	CP	FJ	CP	FJ	CP	FJ	CP	FJ	CP				
1	André Duarte G. Cordero		3		3		3		3		4		3		3		3		3		3		18919
2	André Figueira P. N. S. Oliveira		2		2		3		2		3		2		3		2		4		3		18049
3	Breno Batista L. S. Moura		2		3		3		3		3		3		2		3		4		3		18094
4	Daniel Figueira C. Faria		3		3		2		3		3		3		3		3		4		3		19107
5	David Rodrigues Lopes		2		3		3		2		3		3		3		2		3		3		18011
6	Diana Figueira A. Dias		1		2		2		2		3		3		3		3		4		3		18013
7	Diogo Alexandre A. Rodrigues		2		3		3		3		3		3		3		3		4		3		18874
8	Érica Fernanda Costa		2		3		3		2		3		2		3		2		4		3		18015
9	Gonçalo Galego Costa		4		4		3		4		4		5		5		4		3		5		18084
10	Índia Estrela Santos		4		4		3		3		3		4		3		3		3		2		18885
11	Jasana Ureca Cabrita		4		3		3		4		4		3		4		3		3		3		18280
12	Kerystina Veltayra		3		3		3		3		3		3		4		3		3		5		18217
13	Margarida Cordero M. Fernandes		3		3		2		3		3		2		3		3		3		3		18987
14	Micaela Alves Pereira		3		4		3		3		3		2		3		2		3		3		18611
15	Pedro Vinícius A. Encido		1		2		2		2		3		3		3		3		2		3		19192
16	Rita Sousa T. Lamas		3		3		3		3		3		2		3		2		3		3		18993
17	Susana Maria C. Barroso		3		4		3		3		3		2		3		3		3		3		18375
18	Tatiana Cereid Borges		3		4		3		3		3		4		3		3		4		4		18032
19	Vasco André B. P. M. Bahia		3		3		3		4		4		3		3		3		5		4		18402

Alunos - 19

AM - Análise Matricial; TR - Transferido; EF - Excluído por Falhas

ANEXO 21 – 2/2



Agrupamento de Escolas de Carnaxide

3º Ciclo - DL 139/2012

2012/13 - 3º Período / 9 - Turma D

Agrupamento de Escolas de Carnaxide e Valejas

Afixado em: ____/____/____

PAUTA DE PROPOSTAS DE AVALIAÇÃO

N.º Matrícula	NOME	T.C.		E.MoralRel.		EPC2.		Avaliações		N.º Proc.	
		FJ	FI	CP	FJ	FI	CP	FJ	FI		CP
1	André Duarte G. Cordero										18819
2	André Filipe P. N. S. Oliveira										19049
3	Breno Bastião L. S. Moura										19094
4	Daniel Filipe C. Forte										19107
5	David Rodrigues Lopes										19011
6	Diana Filipa A. Dias										19013
7	Diogo Alexandre A. Rodrigues										18874
8	Érica Fernanda Costa										19015
9	Georgio Gabriel Costa										19084
10	Inês Estêvão Santos										18885
11	Joana Vitoria Cabrita										19350
12	Kristyna Verityna										19217
13	Margarida Cardeira M. Fernandes										19087
14	Micaela Alves Pereira										18811
15	Pedro Vinícius A. Emílio										19182
16	Rita Sorana T. Lamas										18890
17	Susana Maria C. Barroso										19375
18	Tatiana David Borges										19032
19	Vasco André B. P. M. Oliveira										19402

Alunos - 19 AM - Ausente; Matrícula; TR - Transferido; EF - Excluído por Falhas

ANEXO 22 – 1/1



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMILO CASTELO BRANCO

AUTORIZAÇÃO - VISITA DE ESTUDO

Nuno Jorge Queiroz Correia professor do grupo 400, pede autorização para realizar a visita de estudo ao Museu da Presidência com a (s) turma (s) 9.º A, 9.º B, 9.º C e [redacted] na seguinte data [redacted]

PARTIDA

- Local: ES Camilo Castelo Branco
- Hora: 9 h

CHEGADA

- Local: ES Camilo Castelo Branco
- Hora prevista: 13h 15m

- Meio de Transporte: Autocarro alugado (Empresa Henrique Mota Guerreiro Lda. - orçamento fornecido pelos SAE a 6 de Dezembro de 2012) - Custo Total: 260 Euros + 50 Cêntimos de entrada no Museu por aluno
- Itinerário: Carnaxide - Belém -Carnaxide

Professor (es) Dinamizador (es)	Professor (es) Acompanhantes
Isabel Pedro Maria Natália Vasconcelos Nuno Jorge Queiroz Correia	Maria Paula Carrilho (9.º A) Alcino Lopes (9º C) A designar (9º B) Leopoldo Carvalho

OBJETIVOS:

- Conhecer e valorizar o património histórico e cultural português
- Diversificar a exploração e análise de fontes históricas aplicando princípios básicos da metodologia específica da História.
- Identificar e caracterizar as diferentes fases de evolução e rutura história de Portugal ao longo do século XX.
- Localizar no tempo e no espaço eventos e processos, estabelecendo relações entre o passado e o presente.
- Compreender o contexto histórico do século XX em Portugal, interpretando papel dos indivíduos e grupos na dinâmica social.
- Aprofundar e enriquecer as competências relacionadas com a comunicação através da análise de documentos em contexto de visita de estudo.
- Fomentar o convívio e as relações interpessoais professor/alunos e alunos/alunos

ATIVIDADES PROPOSTAS:

- Visita ao Museu e interação com diversos tipos de documentos e fontes históricas utilizado as nova tecnologias disponíveis no Museu da Presidência.
- Elaboração de relatórios de visita de estudo de acordo com os objetivos apresentados.
- Apresentação de trabalhos em sala de aula sobre a visita efetuada.

PLANO DE OCUPAÇÃO DOS ALUNOS NÃO ABRAGIDOS PELA VISITA DE ESTUDO:

Não se preveem alunos não abrangidos pela visita de estudo.

Aprovado Cons. Pedagógico: ____/____/____	Professor (es) dinamizador (es): 06/12/2012 Nuno Correia	P.º A CAP: 06/12/2012 [Signature]
--	--	---

OBSERVAÇÕES:

ANEXO 23 -1/2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



ESCOLA: ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMILO CASTELO BRANCO

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES - AVALIAÇÃO

ATIVIDADE			
Designação da Atividade: VISITA DE ESTIUDO AO MUSEU DA PRESIDÊNCIA			
Dinamizador(a): Isabel Pedro [docente do 9ºD]			
Destinatários:9ºD			
Data de realização: 10/01/2013		2ºPeríodo	
Descrição da Atividade			
A Visita de estudo ao Museu da Presidência realizou-se de acordo com o que estava previsto e os alunos tiveram oportunidade de enriquecer os seus conhecimentos sobre a República, particularmente sobre as relações da presidência da República com os outros estados mundiais, pois é essa a temática em destaque no Museu. Os alunos recolheram informações para o trabalho que estão a realizar sobre os Presidentes Portugueses.			
Objetivos da Atividade	Não Atingi	Atingi	Superei
Conhecer e valorizar o património histórico e cultural português		X	
Diversificar a exploração e análise de fontes históricas aplicando princípios básicos da metodologia específica da História		X	
Identificar e caracterizar as diferentes fases de evolução e rutura histórica de Portugal ao longo do século XX		X	
Compreender o contexto histórico do século XX em Portugal, interpretando o papel dos indivíduos e grupos na dinâmica social		X	
Aprofundar e enriquecer as competências relacionadas com a comunicação através da análise de documentos em contexto de visita de estudo.		X	
Fomentar o convívio e as relações interpessoais professor/alunos e alunos/alunos		X	
Permitir ao estagiário de História a aplicação prática da Visita de Estudo como potenciador das aprendizagens		x	

Intervenção do docente para o cumprimento dos Objetivos da Atividade:
Uma semana antes da visita os alunos escolheram um presidente, fizeram uma recolha biográfica, enriquecida durante a visita, que será entregue na aula seguinte, para avaliação. Toda a parte burocrática foi feita em colaboração com os colegas responsáveis pelas outras turmas.

ANEXO 23 – 2/2



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Carnaxide
Agrupamento de Escolas

Recursos Utilizados		Custos envolvidos			
Autocarro		335.50			
Entradas no Museu		9.50			
Autoavaliação		IN	R	B	MB
1	Motivação para a participação dos destinatários da atividade.			x	
2	Realização da atividade.				x
3	Interação com o destinatário da atividade.				x
4	Adequação da atividade aos objetivos do projeto educativo.				x
5	Observância da calendarização.				x
6	Participação dos responsáveis na planificação.				x
7	Critérios de distribuição das tarefas.			x	
8	Adequação dos recursos materiais e humanos.				x
9	Implicação dos intervenientes na concretização da atividade.				x
10	Contributo da atividade para o desenvolvimento integral e o enriquecimento curricular dos alunos.				x

Legenda: IN - Insuficiente; R - Regular; B - Bom e MB - Muito Bom

Resultados alcançados com a realização da atividade:
Os alunos recolheram informações para a realização do trabalho e aprofundaram os seus conhecimentos relativos à importância e significado da Presidência da República

A Professora dinamizadora: Isabel Maria H. Pedro

Data: 14/01/2012